



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

ALESSANDRO LEBOREIRO DE SOUZA

**O COOPERATIVISMO COMO PROMOTOR DE CIDADANIA:
UM ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA CANORE, SALVADOR-BA**

Salvador
2016

ALESSANDRO LEBOREIRO DE SOUZA

**O COOPERATIVISMO COMO PROMOTOR DE CIDADANIA:
UM ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA CANORE, SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Souza, Alessandro Leboreiro de

O cooperativismo como promotor de cidadania: um estudo sobre a Cooperativa CANORE, Salvador-BA. / Alessandro Leboreiro de Souza. – Salvador, 2016.

135 f : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes.

1. Cidadania. 2. Cooperativismo. I. Gomes, Carlos Alberto Costa da, orient. II. Título.

ALESSANDRO LEBOREIRO DE SOUZA

O COOPERATIVISMO COMO PROMOTOR DE CIDADANIA:
UM ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA CANORE, SALVADOR-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Carlos Alberto da Costa Gomes – Orientador _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Brasil –
ECEME
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Regina Celeste de Almeida Souza _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Rouen, França
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

José Gileá de Souza _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, UNIFACS
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador ____ de _____ de 2016.

A minha mãe Cândida, “*in memoriam*” por todo o amor, ensinamentos e exemplos transmitidos, a meu pai por sempre me incentivar a estudar e obter boas notas durante o período escolar, a minha esposa Silvia, que junto com meus filhos João Vitor e Vitória, souberam com muito amor, compreender a minha ausência em momentos familiares durante esses dois anos e meio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por tudo que aprendi nesta trajetória.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, em especial aos que contribuíram mais diretamente na realização desta Dissertação: Profa. Dra. Regina Celeste de Almeida Souza pelas valiosas observações, sugestões e críticas apresentadas e ao Prof. José Gileá de Souza, por sua contribuição decisiva no momento mais difícil desta jornada.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, meu Orientador, minha eterna gratidão, que além das orientações acadêmicas e palavras de incentivo, tornou-se uma referência pessoal e profissional, que tomarei como exemplo para o resto de minha existência.

À Universidade Salvador pela bolsa de estudos a mim concedida para a realização do mestrado.

Aos professores: Patrícia Pastori, Protásio Nery, Beth Dantas, Diana Cambeses e Marilúcia Bicalho, pelo convívio, trabalho em equipe e aprendizagem durante as ações do Projeto UNIR (UNIFACS RECICLA).

Aos voluntários do projeto pelo engajamento e apoio durante todo o processo.

Aos Cooperados da CANORE pela atenção e oportunidade de viver umas das experiências mais marcantes de minha vida, ao realizar este trabalho.

Na disputa de forças na sociedade, a cooperativa representa os interesses de seus associados. Entretanto, quando os interesses dos associados extrapolam a satisfação de necessidades imediatas e preconizam uma amplitude cada vez maior de reivindicações no sentido de romper com a lógica da desigualdade e da concentração da riqueza produzida, a cooperativa pode transformar-se numa força política aliada a uma classe social. Alia-se a isso o potencial educativo da cooperativa, que propicia a democracia participativa em suas instâncias, mostrando, com o seu exemplo, que é possível construir novas formas de participação na sociedade como um todo. (ANDRIOLI 2004, p. 35).

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o cooperativismo como promotor de cidadania. A problemática investigada e analisada, buscou responder a seguinte questão: Em que medida a Cooperativa CANORE (Cooperativa dos Agentes Ambientais Nova República) promove cidadania para seus cooperados? O objetivo da pesquisa consiste em avaliar em que medida a CANORE promove cidadania em seus integrantes e subsidiariamente discutir o conceito de cidadania a partir da caracterização das relações de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia; analisar o cooperativismo como promotor de cidadania e avaliar o histórico da CANORE e o resultado de suas ações, com relação a promoção de cidadania em seus cooperados. O método de abordagem empregado foi o fenomenológico, o de aproximação foi o estudo de caso, o constructo baseia-se em entrevistas semiestruturadas e fenomenológicas, conversas e depoimentos, registros fotográficos e observação participante. Os dados coletados foram analisados segundo a técnica de sumarização. Os resultados obtidos são apresentados na forma de tabelas, registros fotográficos e transcrições da percepção dos cooperados, alunos voluntários e professores envolvidos com a cooperativa. Os principais resultados tratam desde a evolução histórica da cooperativa até as características do processo de trabalho, das relações de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia. Destaca-se que, apesar de um aumento na consciência cidadã demonstrada através de atitudes pontuais por parte dos cooperados, a falta de infraestrutura inicial, o modelo de gestão implementado, o histórico de vida e o perfil comportamental destes dificultaram o alcance de resultados positivos compatíveis com os benefícios propostos pelo cooperativismo, principalmente o da promoção da cidadania.

Palavras-chave: Promoção da cidadania. Cooperativismo. Cooperativa CANORE.

ABSTRACT

This thesis has as theme the Cooperativism as Citizenship promoter. The problem investigated and analyzed, aimed at answering the question: How far does the *CANORE Cooperative* (*Cooperativa dos Agentes Ambientais Nova República*) promote citizenship for its members? The objective of the research is to evaluate the extent to which *CANORE* promotes citizenship in its members and additionally discuss the concept of citizenship from the characterization of cooperation, respect, solidarity and autonomy; analyze Cooperativism as citizenship promoter and evaluate the history of *CANORE* and the result of their actions, regarding the promotion of citizenship in its members. The employed method of approach was the phenomenological, the approach was the case study, the construct is based on phenomenological and semi-structured interviews, conversations and depositions, photographic records and participant observation. The collected data were analyzed according to the summarization technique. The results are presented as tables, photographic records and transcripts of the perception of members, volunteer students and teachers involved with the cooperative. The main results deal from the historical evolution of the cooperative to the characteristics of the work process of cooperation, respect, solidarity and autonomy. It is noteworthy that, despite an increase in citizen awareness demonstrated by specific attitudes of members, the initial lack of infrastructure, the management model implemented, the life history and behavioral profile of these hindered the achievement of consistent positive results with the benefits offered by the cooperatives, especially the promotion of citizenship.

Key-words: Citizenship promotion. Cooperativism. *Cooperativa CANORE*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Bairro do Nordeste de Amaralina em março de 2016	60
Figura 2 - Visão aérea da Região do Nordeste de Amaralina em março de 2016.....	60
Figura 3 - Visão aérea da CANORE em março de 2013 e março de 2016	64
Figura 4 - Lançamento do programa UNIR (UNIFACS Recicla) em março de 2013	66
Figura 5 - Primeira visita a CANORE em março de 2013	67
Figura 6 - Reunião dos grupos de trabalho voluntário em março de 2013 na UNIFACS (Prédio da pós-graduação).....	69
Figura 7 - Oficinas e capacitações para voluntários e cooperados em abril de.....	69
2013 na UNIFACS (PA7-anexo).....	69
Figura 8 - Capacitação em educação financeira em maio de 2013 na UNIFACS (PA7).....	70
Figura 9 - Doação do material pela Loja de Material de Construção Ferreira Costa em agosto de 2013	71
Figura 10 - Primeiro mutirão de limpeza e organização da CANORE em setembro de.....	72
2013	72
Figura 11 - Segundo mutirão de limpeza e organização da CANORE em março de 2014.....	73
Figura 12 - Reuniões na CANORE em abril de 2014	74
Figura 13 - Reunião do Santander Universidades em São Paulo em abril de 2014	75
Figura 14 - Formação do ALFASOL no Centro Comunitário da Pituba de maio a dezembro de 2014	76
Figura 15 - Projeto cuidar na CANORE ação de saúde coletiva em maio de 2014	77
Figura 16 - Projeto cuidar na CANORE - vacinação da comunidade em geral em	77
junho de 2014	77
Figura 17 - Projeto cuidar na CANORE - alunos aplicando massagem nos cooperados	78
em julho de 2014	78
Figura 18 - Roda de conversa na CANORE sobre o uso abusivo de remédios e de drogas em	78
agosto de 2014.....	78
Figura 19 - Visita dos consultores do Santander Universidades a CANORE em dezembro de 2014	79
Figura 20 - Planta da Cooperativa CANORE realizada pelo EPAE em março de 2014.....	80
Figura 21 - Reforma dos banheiros e escritório da CANORE em março de 2014.....	81
Figura 22 - Concretagem da área do fundo da CANORE em abril de 2014	82
Figura 23 - Área da CANORE de circulação do caminhão em abril de 2014.....	82
Figura 24 - Caminhão e carro utilizados pela CANORE a partir de abril de 2014.....	83

Figura 25 - Locomoção da esteira da entrada para o fundo da CANORE em maio de 2014	84
Figura 26 - Desenho das etapas da produção	86
Figura 27 - Recebimento dos resíduos coletados em agosto de 2014	86
Figura 28 - Separação dos resíduos coletados em setembro de 2014.....	87
Figura 29 - Prensagem dos resíduos separados e formação de fardos em setembro de 2014 ..	87
Figura 30 - Pesagem dos fardos em setembro de 2014	88
Figura 31 - Movimentação dos fardos em setembro de 2014.....	88
Figura 32 - Armazenagem dos fardos em setembro de 2014	89
Figura 33 - Expedição dos fardos para comercialização em setembro de 2014.....	89
Figura 34 - Técnico da PETROBRAS, fazendo a coleta do óleo para os testes de controle da qualidade em outubro de 2014.....	90
Figura 35 - Construção da casa do óleo e espaço para armazenagem em outubro e novembro de 2014	91
Figura 36 - Treinamento e entrega dos EPIs para o processo do óleo em novembro de 2014	92
Figura 37 - Novo processo de filtragem do óleo de cozinha em janeiro de 2015	93
Figura 38 - Reunião para avaliação das ações em março de 2015	94
Figura 39 - Quadro de avisos da CANORE - Modelo de Gestão à Vista em junho de 2015...	94
Figura 40 - Assembleia para a escolha do novo conselho gestor da CANORE em outubro de 2015	95
Figura 41 - Modelo de controle de horas de trabalho.....	97
Figura 42 - Fluxograma de trabalho CANORE.....	98
Figura 43 - Recibo de pagamento de produção cooperativista.....	98
Figura 44 - Recibo de entrega de produtos.....	99
Figura 45 - Momento de fraternidade entre membros da cooperativa em dezembro de 2015.....	99
Figura 46 - Representação dos entrevistados quanto ao gênero.....	100
Figura 47 - Nível de escolaridade dos entrevistados	101
Figura 48 - Renda pessoal informada.....	102
Figura 49 - Número de pessoas que contribuem para a renda familiar	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Controle de caixa da CANORE - mês de dezembro de 2015	96
Tabela 2 - Produtos com maior valor agregado da CANORE - mês de dezembro de 2015	96
Tabela 3 - Produtos mais comercializados pela CANORE em 2015	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFASOL	Alfabetização Solidária
AMNA	Associação dos Moradores do Nordeste de Amaralina
CANORE	Cooperativa dos Agentes Ambientais Nova República
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPAE	Escritório Público de Arquitetura e Engenharia
GTV	Grupo de Trabalho Voluntário
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.a.
Ph	Potencial de Hidrogênio
PIB	Produto Interno Bruto
RNA	Região do Nordeste de Amaralina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETRAS	Secretaria do Trabalho, Assistência Social, e Esporte
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIR	UNIFACS Recicla
UNISOL	Universidade Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	19
1.2 HIPÓTESE	19
1.3 OBJETIVOS.....	20
2 CIDADANIA.....	25
2.1 CONCEITOS DE CIDADANIA E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	25
2.2 DESIGUALDADES SOCIAIS E CIDADANIA	30
2.3 CIDADANIA E AUTOGESTÃO	36
2.4 CIDADANIA, QUESTÕES MORAIS E POLÍTICAS.....	37
3 COOPERATIVISMO	42
3.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO	42
3.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	46
3.3 RAMOS DO COOPERATIVISMO	50
3.4 AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COOPERATIVAS	52
3.6 COOPERATIVISMO COMO FATOR DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA	55
4 O CASO DA COOPERATIVA CANORE.....	59
4.1 A FORMAÇÃO DA CANORE E O NORDESTE DE AMARALINA	59
4.2 A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA: 2013-2015.....	66
4.3 Resultados daS entrevistaS com os cooperados	100
4.3.1 Entrevista semiestruturada	100
4.3.2 Entrevista fenomenológica.....	103
4.5 A CIDADANIA DOS COOPERADOS	110
5 CONCLUSÕES.....	113
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – COOPERADOS ENTREVISTADOS.....	127
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	129
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	130
APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA FENOMENOLÓGICA.....	133

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como tema central o cooperativismo como promotor de cidadania e como campo de pesquisa a Cooperativa dos Agentes Ambientais Nova República (CANORE) situada na cidade de Salvador, na Bahia, cuja principal atividade consiste na coleta de resíduos sólidos e óleo de cozinha para posterior venda e utilização em empresas de beneficiamento desse material. Embora o tema não represente algo novo, ele tem alcançado um significativo grau de crescimento e de importância nas últimas duas décadas no Brasil, de forma a se tornar objeto de debate por vários segmentos da sociedade.

A situação socioeconômica, o desemprego e as mudanças decorrentes do processo de globalização que interferem direta e indiretamente nas relações de trabalho, apontam para a necessidade de conhecer mais profundamente o cooperativismo. Este estudo aborda toda a sua dinâmica, e trata de um movimento de natureza concomitantemente econômica, social e política que exige alterações significativas na cultura e nos valores da sociedade.

Entender o cooperativismo como gerador de renda e melhoria da vida das pessoas é algo relativamente simples de compreender, no entanto, o objetivo deste estudo é verificar se os princípios disseminados pelo cooperativismo podem empoderar pessoas e o mesmo agir como um promotor de cidadania a todos que passem a trabalhar de acordo com os seus pilares de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia.

Torna-se oportuno fazer a descrição sucinta do campo de investigação escolhido como objeto desta dissertação. A CANORE foi fundada em 2004, através da intervenção do Governo do Estado, do então Governador Paulo Souto, através do Programa Viva Nordeste. Situada na área da Nova República, bairro da Santa Cruz - região do Nordeste de Amaralina, a sua comunidade é formada por pessoas carentes, e em sua grande maioria, negros e negras. Com o crescimento da cidade de Salvador, realizado principalmente na segunda metade do século passado, a região do Nordeste de Amaralina, bairro cuja origem remonta a uma colônia de pescadores, passou a se localizar entre bairros de classe média e classe média alta - Rio Vermelho e Pituba. A CANORE faz fronteira com o Parque da Cidade, um dos espaços públicos mais valorizados da capital baiana. Essa característica geográfica traz alguns cenários importantes: o bairro da Pituba possui inúmeros prédios luxuosos, com moradores aumentando cada vez mais seu consumo e gerando grande quantidade de resíduos, que é a matéria prima fundamental para a existência da CANORE. De alguma forma isto acaba expressando as desigualdades sociais no consumo e a segregação espacial que ocorre naquela região. Essa proximidade dos bairros nobres cria algumas oportunidades de trabalho. Uma

pequena parcela de seus habitantes trabalha como empregadas domésticas, porteiros, caixas de supermercados e outros serviços. As outras oportunidades são as atividades produtivas, que envolvem a venda do próprio produto confeccionado e exige um trabalho organizado, coletivo e em rede. Esta alternativa é que propiciou que naquela região exista uma grande concentração de catadores autônomos. Fato este que deu subsídios para implantação da CANORE.

A palavra cidadania é originária do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Foi utilizada na Roma antiga com o intuito de apresentar a situação política de uma pessoa e os direitos e deveres que essa pessoa possuía ou podia exercer. Segundo Dallari (1998) a cidadania expressa um conjunto de direitos que dão à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. Após séculos de transcurso da história, o ideal de cidadania evoluiu, de acordo com Paiva (2004, p. 369), ampliando-se não só em relação aos sujeitos, mas, sobretudo, em termos de significado, passando a abranger valores como liberdade, igualdade, cooperação, respeito, solidariedade, açambarcando, além do mais, uma série de direitos econômicos, individuais, políticos e sociais, que o consagram como um elemento inerente à condição humana e ao conceito de democracia, passando a constituir a base da maior parte das nações modernas.

No caso brasileiro, a cidadania encontra guarida na Constituição Federal de 1988, não por coincidência, denominada de Constituição Cidadã, que estabelece, no seu Art. 1º, II, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a cidadania, fazendo menção ao termo e à condição de cidadão brasileiro em diversas outras passagens, que reforçam a importância desse conceito para a consagração dos objetivos do país.

No entanto, apesar da previsão constitucional, muitos brasileiros encontram-se ainda à margem da sociedade e, na prática, não se reconhecem nem são reconhecidos como cidadãos de fato. A ausência do Poder Público na prestação de serviços públicos essenciais como saúde, educação e saneamento básico para uma parte significativa da população faz com que muitas pessoas efetivamente não se sintam como cidadãos brasileiros, desconhecendo o sentido dessa palavra ou mesmo o que fazer para exercer a sua cidadania.

Soma-se a essas questões o fato de muitos não acreditarem na possibilidade de mudança dessa realidade. As pessoas acabam por acomodar-se e aceitam que dificilmente haverá algum tipo de melhoria em suas vidas. Nesse contexto é importante destacar o cooperativismo na tentativa da busca pela cidadania.

O cooperativismo representa, segundo Etgeton (2006, p. 11), um movimento econômico e social baseado na participação e colaboração de pessoas que se associam em diversas atividades econômicas com o intuito de alcançar um objetivo comum. Através das cooperativas, os cooperados desenvolvem suas atividades, tendo por base os princípios fundamentais deste modelo de organização social, notadamente os ideais de ajuda mútua, honestidade, democracia, igualdade e solidariedade.

Sob a orientação da abordagem teórica aqui delineada o cooperativismo é uma alternativa de geração de renda, melhoria da qualidade de vida e possivelmente promoção de cidadania, uma vez que permite a associação de trabalhadores para o desempenho de atividades de modo conjunto, com base na autogestão e na geração de benefícios para todos.

No entanto, em se tratando de cooperativas de coleta seletiva, a realidade é um pouco mais complexa, tendo em vista as peculiaridades das organizações que atuam nesse segmento.

As cooperativas de coleta seletiva são uma importante opção para combater o problema do grande volume de resíduos gerados pelos altos níveis de consumo da sociedade moderna. De acordo com Jacobi (2011, p. 135), elas se apresentam como instrumentos capazes de lidar com questões ambientais, sociais e econômicas, proporcionando melhor qualidade de vida e promoção da cidadania para pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, principalmente pela falta de qualificação profissional.

Ademais, estando situadas, em sua maioria, em regiões carentes da cidade, as cooperativas são um referencial de organização e promoção de valores essenciais para o desenvolvimento humano, como altruísmo, equidade e solidariedade. Elas também contribuem para o convívio comunitário, além de se apresentar como porta de entrada para que o poder público, segundo Jacobi (2011, p. 137), possa atuar nesses locais, suplantando a ineficiência na prestação de serviços. No caso específico desse tipo de cooperativa, seus associados ainda podem desenvolver aspectos conceituais importantes relacionados à segurança e preservação ambiental.

Deste modo, o cooperativismo pode contribuir para a promoção da cidadania dos seus cooperados, tendo em vista o seu caráter comunitário e o conjunto de ideais que o movimento cooperativista traz em sua essência (DIAS, 2009, p. 22).

E nesse grupo de pessoas alijadas da condição de cidadãos encontra-se a maior parte dos catadores de materiais recicláveis. Amargando condições de vida lastimáveis e, em muitos casos, desprovidos das condições básicas para a manutenção de uma vida digna, fazendo com que estes pareçam “invisíveis” aos olhos da sociedade. Essas pessoas buscam,

individualmente, a catação de materiais recicláveis como forma de auferir alguma renda e conseguirem sobreviver, o que se reforça diante da falta de oportunidades de colocação profissional, decorrente também da falta de capacitação dos mesmos (DIAS, 2009, p. 310).

Atuando de maneira isolada e sem maior organização, esses catadores são alvo da exploração exercida por empresas privadas e por empreendedores individuais atuantes no comércio de materiais recicláveis, os chamados atravessadores. Por não possuírem o conhecimento acerca de compradores ou de destinatários finais da matéria-prima que coletam, bem como não terem condições de acondicionar os materiais de forma que lhe agregue valor e sejam adequados à revenda, os catadores individuais tornam-se reféns dos intermediários e acabam por vender o material coletado a um preço muito aquém do preço de mercado e, naturalmente, do preço pelo qual será repassado (SILVA, 2007, p. 66).

É importante salientar que na maioria das cooperativas, e em especial nas de catadores de resíduos, as condições precárias de trabalho, a baixa remuneração dos catadores, a perda de valor ao longo da cadeia produtiva e a extrema dificuldade na divisão do trabalho e convivência em grupo, tendem a desmotivar o grupo e a dificultar a permanência na atividade de coleta seletiva, implicando novamente no problema social (desemprego e exclusão social). Assim sendo, durante este processo se instala o ciclo vicioso da pobreza, Myrdal (1972, p. 80), no qual uma constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir independentemente, coloca um país, comunidade ou região pobre em estado de pobreza. Segundo este pressuposto a pobreza acaba gerando mais pobreza. Desta forma a presença de cooperativas, implantadas de uma forma planejada e com acompanhamento técnico pode reverter este ciclo vicioso da pobreza, proporcionando aos cooperados um trabalho que mantenha a subsistência, a dignidade de suas famílias e o exercício dos seus direitos sociais, como participação do indivíduo na riqueza coletiva, o direito à educação, ao trabalho justo e à saúde.

Agrupando-se e organizando-se na condição de cooperados, passando a trabalhar de maneira conjunta através de uma cooperativa de coleta seletiva, os catadores alcançam um novo patamar de condição social conforme Silva (2007, p. 84). Unindo esforços em prol de um objetivo comum, os cooperados conseguem aumentar a rentabilidade da atividade de coleta seletiva, bem como otimizar tempo e esforço físico, além de adquirir maior poder de barganha perante clientes e fornecedores, eliminando a atuação dos atravessadores.

Através da implantação de uma Cooperativa, os catadores adquirem visibilidade perante a sociedade e passam a gozar de maior relevância no cenário urbano, tendo em vista o

reconhecimento da importância e do impacto positivo que a coleta desses resíduos tem para a conservação e o bem-estar das cidades.

Desta forma, ao desempenharem um papel relevante no contexto social, os cooperados sentem-se valorizados e pertencentes à sociedade, adquirindo maior autoestima e sensação de pertencimento, o que se reforça pelo reconhecimento dos catadores como categoria profissional oficialmente descrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), atendendo pelo Código 5192 – 05 - Catador de material reciclável (TORRES, 2008, p. 81).

Avançando no sentido de uma maior profissionalização, “os catadores chegam aos dias atuais caracterizados como profissionais – “catador de matéria reciclável” – e protagonistas de um crescente e importante movimento político” (PINHEL 2013, p. 26), o que torna patente o caráter inclusivo que o cooperativismo assume para essas pessoas na contemporaneidade.

Nessa mesma trilha, a cooperativa de coleta seletiva, devido à sua organização e potencial de negócios, de desenvolvimento dos seus cooperados e de geração de renda, também se coloca como um polo atrativo para novos parceiros, a exemplo de empresas privadas, instituições de ensino e novos fornecedores de materiais recicláveis. Além do mais, a reunião dos cooperados, quase sempre, com trajetórias e circunstâncias de vida semelhantes permite o mapeamento das condições de vida dessas pessoas e da comunidade em que vivem, viabilizando uma atuação mais efetiva por parte do poder público na promoção dos serviços públicos e no atendimento aos anseios das pessoas dessa organização e da comunidade em que estão inseridas (SILVA, 2007, p. 111).

Deste modo, a Cooperativa se torna um vetor para a efetivação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas comunidades e possibilita uma atuação mais eficaz e eficiente por parte do Estado. O apoio do Estado é fundamental para que se diminuam estas desigualdades sociais. Ao invés de investimentos cada vez maiores em políticas assistencialistas, deveria ser dado mais apoio ao cooperativismo, como uma importante alternativa de reversão deste quadro extremamente preocupante. O que acontece atualmente é que o apoio às cooperativas, de uma forma geral, é insuficiente para alavancar o processo e proporcionar resultados positivos.

Por estarem, em sua maioria, situadas em comunidades carentes e afastadas das zonas centrais, as Cooperativas expressam um modelo de organização e trabalho comunitário que fomenta valores próprios como equidade, solidariedade, respeito e cidadania, contribuindo para o crescimento individual dos seus membros e da comunidade onde se insere.

1.1 PROBLEMA

O problema é uma questão ainda não resolvida que é objeto de análise, discussão, investigação e que necessita de decisão ou solução em qualquer campo do conhecimento. Segundo Kerlinger (1980, p. 33) é necessário verificar se o problema de pesquisa formulado se enquadra na categoria de científico, ou seja, verificar se não é um problema de engenharia ou de valor, que no sentido científico não são considerados como problema, pois não podem ser testados empiricamente.

Para ser considerado científico um problema de pesquisa deve envolver variáveis que possam ser testadas. Um problema é uma pergunta que indaga como as variáveis estão relacionadas (KERLINGER, 1980, p. 35).

Um problema de pesquisa está bem elaborado quando o enunciado do problema expressa uma relação entre duas ou mais variáveis e está redigido de modo interrogativo, pois a interrogação apresenta o problema diretamente permitindo a possibilidade de testagem empírica. A testagem empírica significa que seja obtida evidência real sobre a relação apresentada no problema.

A problemática percebida pelo pesquisador, amadureceu ao longo de inúmeras visitas e ações realizadas na CANORE, que o levaram a questionar as condições de vida e de trabalho dos cooperados. Nesta problemática percebida o pesquisador buscou compreender mais profundamente essa realidade e delimitou o Problema que norteou esta pesquisa: Em que medida a CANORE promove cidadania para seus cooperados?

1.2 HIPÓTESE

A hipótese pode ser caracterizada como uma solução possível para um problema investigativo, que foi formulado, preferencialmente, de forma interrogativa. De acordo com Kerlinger (1980, p. 38):

Uma hipótese é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis. Hipóteses são sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis a variáveis. São enunciados de relações, e como os problemas, devem implicar a testagem das relações enunciadas. Problema e hipóteses são semelhantes. Ambos enunciam relações, só que os problemas são sentenças interrogativas e as hipóteses sentenças afirmativas. (KERLINGER, p. 38).

A hipótese construída segue a orientação de Kerlinger (1980) e foi escrita da seguinte forma: O cooperativismo vem se transformando numa alternativa para a geração de trabalho, renda e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Neste sentido também pode colaborar como sendo um promotor de cidadania. Seu modelo de atuação previsto em lei, muitas vezes, tem sua implantação dificultada devido ao nível educacional e condições de vida das pessoas que trabalham nas cooperativas e na própria política pública que não se mantém por tempo suficiente para dar resultados. Outro fator importante para o sucesso de uma cooperativa é saber se efetivamente os cooperados assimilam os ideais do cooperativismo, internalizando os conceitos mais completos de vida em sociedade, especificamente aqueles relacionados com a cidadania, ou se continuam trabalhando de forma isolada e na busca de seu interesse próprio. Assim esta hipótese inicial considera que os cooperados da CANORE apesar de toda a dificuldade já mencionada anteriormente, conseguiram assimilar parcialmente os conceitos de cidadania e passaram a aplicar os mesmos em suas relações pessoais e profissionais. Tendo a cooperativa atuado de forma a promover essas transformações.

Esta hipótese foi realizada para orientar a pesquisa, mediante a análise e interpretação dos dados e informações coletadas, para posteriormente tirar conclusões apropriadas.

1.3 OBJETIVOS

Com o problema e hipóteses definidos e delimitados foram elaborados os objetivos da pesquisa, que segundo Gil (2008) constituem a finalidade de um trabalho científico, assim sendo, o Objetivo Geral a ser atingido com a elaboração desta pesquisa foi: Avaliar em que medida a CANORE promove cidadania para seus cooperados. Para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa e para alcançar o objetivo principal foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) Discutir o conceito de cidadania a partir da caracterização das relações de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia;
- b) Analisar o cooperativismo como promotor de cidadania;
- c) Avaliar o histórico da CANORE e o resultado de suas ações, com relação a promoção de cidadania para seus cooperados.

A escolha do tema da pesquisa que fundamenta esta dissertação inspirou-se nos conteúdos das disciplinas Tópicos Avançados em Sociologia e Cidadania e Tópicos Avançados em Políticas dos Serviços Públicos, do curso de Mestrado em Desenvolvimento

Regional e Urbano da UNIFACS. Nestas disciplinas, os conceitos apresentados e discussões realizadas com os colegas e professores, geraram reflexões que despertaram o interesse pelo tema, que conduziram o pesquisador a buscar um maior conhecimento. Outro fator motivador foi o interesse pessoal do pesquisador em dar continuidade a uma série de reflexões desenvolvidas a partir de um projeto de extensão comunitária, denominado Projeto UNIR (UNIFACS RECICLA), iniciado em 2013. Neste projeto foram feitas intervenções físicas no local e capacitações nas áreas de alfabetização, comportamento, gestão e cuidados com a saúde.

Uma análise cuidadosa do planejamento e das ações da CANORE, no que se refere a uma possível promoção da cidadania, traz chances significativas para uma avaliação do modelo aplicado e uma proposição de melhorias e contribuição para a sociedade. É com esta expectativa que o pesquisador espera que os resultados encontrados sejam aproveitados por todos que se interessam sobre o tema e que seja despertado o interesse para o aprofundamento deste estudo, procurando se entender mais o cooperativismo e de que forma o mesmo possa subsidiar planos, estratégias e ações que visem a melhoria do nível de cidadania dos cooperados.

Considerando as especificidades que envolvem a realização de um estudo de caso numa cooperativa e, principalmente, levando-se em conta a temática estudada que está contida na pergunta científica já formulada anteriormente – Em que medida a CANORE promove cidadania para seus cooperados? – apresenta-se a seguir o proceder metodológico adotado, para que os objetivos definidos neste trabalho de dissertação pudessem ser atingidos. Desta forma compõem a metodologia a descrição da natureza da investigação realizada, os aspectos éticos envolvidos, a definição e caracterização dos instrumentos de coleta de dados, o contexto da pesquisa e os participantes.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram levantadas informações sobre a formação e estruturação da CANORE e realizado um diagnóstico da cooperativa através da análise de registros e entrevistas.

Uma estrutura metodológica é composta por uma composição de métodos. O método que conduz todo o trabalho sob a forma de sua lógica é designado método de abordagem. O método que operacionaliza a pesquisa é o método de aproximação ou investigação. Neste trabalho o método de abordagem empregado foi o fenomenológico, que visa a busca da compreensão do objeto de pesquisa através da visão dos próprios envolvidos no fato social, ou seja, da verdade das pessoas envolvidas no que ocorreu e não sob a ótica do pesquisador. Reafirmando-se: é a busca da explicação através do olhar da população objeto do estudo e não

do eventual observador. Segundo Husserl (2001), que é considerado o pai da fenomenologia clássica, a fenomenologia visa à reflexão sobre os fenômenos, as experiências vivenciais. A trilha metodológica da fenomenologia leva o pesquisador a entrar em contato com o conteúdo da vivência pré-reflexiva, deixando de lado aos poucos, tanto o posicionamento prévio de uma ciência e suas teses, como possíveis pré-conceitos ou pré-juízos. O intento da utilização deste método é de proporcionar uma descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese psicológica (GIL, 2008).

O método de aproximação foi o Estudo de Caso, onde foi realizado um diagnóstico enfatizando os eventos específicos que ocorreram na cooperativa, conforme a classificação para os estudos de caso proposta por Bogdan (apud GIL, 2002), utilizando a exploração dos fatos correlacionados com a percepção da promoção da cidadania na população alvo do estudo. O Estudo de Caso permite mediante a análise de casos isolados ou de pequenos grupos, entender determinados fatos. Este método parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros, ou mesmo de todos os casos semelhantes. Estes casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, etc. (GIL, 2002).

É pelo método escolhido que se define o procedimento de coleta de dados, também designado por constructo. Faz-se necessário então, que o pesquisador defina o delineamento da sua pesquisa, isto é, como irá proceder para obter as informações necessárias à resolução do problema investigado (RODRIGUES, 1997).

Com relação aos instrumentos, procedimento de coleta e análise dos dados e com vistas a selecionar corretamente o tamanho da amostra e viabilizar a pesquisa, foi estabelecido o seguinte: para se obter uma melhor avaliação das ações da CANORE, relacionando-a como uma possível promotora de cidadania, preferiu-se aliar a avaliação qualitativa com uma análise quantitativa dos dados socioeconômicos dos cooperados. A partir desta análise foram descritas as correlações entre o processo observado e o desenvolvimento teórico dos aspectos da cidadania.

O constructo baseou-se em entrevistas semiestruturadas e fenomenológicas, conversas e depoimentos, registros fotográficos, observação participante e os dados coletados foram analisados segundo a técnica de sumarização (MAYRING, 2000).

A população foi definida de acordo com o número de cooperados que participam da CANORE, totalizando 24 cooperados. Foi aplicado uma entrevista semiestruturada para todos os cooperados, estruturado em blocos com perguntas fechadas e abertas, elaborado de forma simples para evitar possíveis distorções, contendo perguntas relativas aos dados dos

participantes, tais como: idade, gênero, etnia, estado civil, escolaridade, onde mora atualmente (casa própria ou alugada), eventos ocorridos na CANORE e aspectos ligados a cidadania.

A estratégia escolhida para verificar a eficácia da entrevista e identificar prováveis falhas com a elaboração das perguntas constou da realização de um pré-teste com um número reduzido de cooperados em estudo, que estivessem acompanhando a cooperativa desde a sua formação.

Ainda como instrumento de coleta foi utilizada a entrevista fenomenológica, visto que a pesquisa envolve as experiências vividas pelos cooperados, sendo necessário um meio que permita a narração das mesmas. Segundo Dale (1996, p. 310), “a entrevista do tipo fenomenológica tem início a partir de uma questão que guiará o processo de coleta; ou seja, é uma questão norteadora e disparadora da entrevista, estritamente implicada com o objetivo da pesquisa”. As entrevistas foram realizadas com três cooperados, que estão presentes desde a fundação da CANORE e que possuem uma história de vida vinculadas a mesma. De acordo com GIL (2010), as entrevistas são essenciais para descrição e interpretação da experiência vivida. As entrevistas foram realizados no período de outubro e novembro de 2015, com a devida autorização de todos os envolvidos.

Foram coletados também depoimentos com os atores sociais que estiveram presentes atuando dentro da cooperativa, os professores e alunos voluntários do Projeto UNIR (UNIFACS Recicla).

Vale ressaltar que todos os depoimentos fornecidos pelos cooperados e registros fotográficos realizados durante o processo e em reuniões da cooperativa, sobre suas experiências, foram registrados num caderno de campo e agrupados por ordem cronológica, seguindo de análise, interpretação e conclusão. Este instrumento é um recurso fundamental para destacar as situações vivenciadas pelo pesquisador no que se refere à análise do processo.

No momento seguinte foi feita uma análise com vistas à construção de conclusões científicas. As observações realizadas durante todo o processo, somadas aos resultados das entrevistas narrativas com os sujeitos da pesquisa foram analisadas e interpretadas com vistas a estudar o modo de vida e comportamento destes indivíduos.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, o trabalho foi subdividido em duas partes que se complementam. Na primeira parte são tratados os aspectos teóricos da cidadania e do cooperativismo, enquanto na segunda parte é feita a análise da prática dos aspectos relacionados ao cooperativismo como promotor de cidadania, a partir da apresentação dos resultados obtidos com o estudo de caso da CANORE.

O presente trabalho é composto de cinco capítulos. Este primeiro capítulo intitulado Introdução, trata da apresentação do tema, pergunta científica, hipótese, objetivos, justificativa e metodologia utilizada.

No segundo capítulo, a temática está dirigida para abordar as bases teórico-conceituais sobre a cidadania, enfatizando o posicionamento de alguns teóricos como Souza e Arendt. Nessa ênfase buscou-se demonstrar uma correlação das perspectivas apresentadas, bem como as principais características e enfoques abordados pelos autores supracitados. A revisão de literatura, contida neste capítulo foi necessária para a compreensão do conceito e especificidades da cidadania abordadas nesta pesquisa, tratando os seguintes temas: cooperação, respeito, solidariedade e autonomia.

No terceiro capítulo encontra-se contextualizado o cooperativismo, a partir de uma revisão do conceito, evolução e tipos que serviu para fundamentar o estudo sobre o significado deste processo como promotor de cidadania, partindo de uma avaliação numa cooperativa específica.

No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos no estudo de caso da CANORE, a partir de sua formação e evolução histórica no período entre 2013 e 2015. São também abordadas as características do processo de cooperativismo, as relações de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia, através da demonstração do processo do trabalho realizado na cooperativa. No capítulo cinco foram feitas as conclusões sobre o trabalho realizado.

2 CIDADANIA

Neste capítulo discute-se o tema cidadania, em suas diversas conceituações, abordando sua evolução no decorrer do tempo, desde a antiguidade clássica até a abordagem dos Direitos Humanos. Questões relativas as desigualdades sociais, moral, cooperação e solidariedade são fundamentais no contexto que esta pesquisa aborda a cidadania.

2.1 CONCEITOS DE CIDADANIA E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Percebe-se que o conceito de cidadania é um tema bastante amplo e complexo, sendo assim é importante estabelecer primeiramente as bases que marcaram a introdução desse conceito em esfera global a fim de atingir a conceituação que nos remete a condição humana em uma dada sociedade, sua participação enquanto agente político-social e de relacionamento intrapessoal e interpessoal, de ação e mudança, pois tudo aquilo que o indivíduo tem contato ou deixa de ter, torna-se necessariamente uma condição de sua existência.

O conceito mais geral e usual de cidadania (XIMENES, 2000, p. 170) é “condição de cidadão” e este por sua vez refere-se à pessoa no gozo dos direitos civis ou políticos de um Estado. Ou seja, confirma-se o que anteriormente foi exposto: a ação político-social de relacionamentos humanos.

Já para a academia, no dizer de Rezende Filho (2008, p. 1), a origem deste conceito remonta a antiguidade e as cidades-estados, ou *pólis*, logo, é possível concluir, que inicialmente, a cidadania assumiu um conceito político, o que é evidenciado até mesmo pela ideia da *pólis*. Foi por meio dessas sociedades antigas que se iniciou a formação conceitual de cidadania como se conhece atualmente.

Sobre esse aspecto, a filósofa Arendt (2010) explica que:

É tarefa deveras complexa estabelecer de modo preciso o surgimento do conceito de cidadania. O que se sabe, no entanto, é que o seu significado tradicional está relacionado à participação na vida política e remonta à antiguidade clássica, notadamente, às cidades-estados gregas, sendo sobre esse modelo de organização urbana que se funda o ideal clássico de cidadania. (ARENDR, 2010, p. 17).

Foram inúmeras as alterações que esse modelo de sociedade gerou, tais como melhorias técnicas, econômicas e até mesmo bélicas, porém é preciso deixar claro que a evolução das polis só foi possível devido a urbanização praticada nas mesmas.

A cidadania era confundida com o conceito de naturalidade, sendo considerado cidadão aquele que nascia em terras gregas, e poderia usufruir de todos os direitos políticos. Desta forma, entendia-se que ser cidadão era um direito negado a qualquer estrangeiro, que obviamente estaria proibido de exercer qualquer papel político.

Arendt (2010, p. 28-29), vai além, e afirma que com o advento das cidades-estados, o homem passa a possuir uma segunda vida, sua *bios politikos*. Cada cidadão possui, agora, dois referenciais de existência: o que lhe é próprio – *idion* - e o que é comum - *koinon*.

É importante destacar, também, que foi na antiguidade clássica o desenvolvimento do conceito de Direitos Naturais - os precursores dos atualmente conhecidos Direitos Humanos - havia essa crença na existência de um “direito natural permanente e eternamente válido, independente de legislação, convenção ou qualquer outro expediente imaginado pelo homem” conforme discorrem Siqueira e Lopes (2012, p. 4) em complemento ao pensamento de Arendt.

Acontece que, somente o homem era considerado cidadão na antiguidade clássica, as mulheres eram tidas apenas como um objeto de reprodução humana, elas não participavam da vida da *polis*, não tendo voz nas ágoras¹, onde os cidadãos – homens - se reuniam para tomar decisões sobre a vida da cidade. Conforme Siqueira e Lopes (2012, p. 4), o exercício da cidadania era restrito a camadas sociais e grupos específicos, excluindo-se da cidadania “as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros”.

Focando a autogestão e cidadania, é possível entender então, que a cidadania consiste, de acordo com (PETERSEN; SOUZA; LOPES 2014, p. 486), na “participação de uma determinada sociedade nos processos políticos que determinam o seu destino, ou seja, a cidadania relaciona-se intimamente com a política”. Destaca-se também que essa relação não se dá apenas por meio de agentes específicos para esta função, como é o caso dos partidos políticos, mas também por meio da atuação do indivíduo em ONGs, associações, instituições religiosas, agremiações diversas.

Portanto, cidadão é o indivíduo que assume responsabilidade sobre as questões referentes a sua comunidade, seja ela bairro, cidade, país, enfim, o cidadão é aquele que tenta “buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade” (TOCQUEVILLE apud BAUMAN, 2001, p. 45).

Sobre esta divisão entre os que possuem o domínio do seu destino e os que não possuem, conforma-se uma verdadeira linha de pobreza no entender de vários autores. Souza

¹ A ágora consistia em um espaço, uma praça, por exemplo, onde os cidadãos se reuniam para tomar decisões e interagir entre si (RADDATZ, 2013, p. 484).

e Arenari (2010) idealizam que só através de uma educação com qualidade e a valorização da cultura e de valores éticos que tragam uma nova simbologia onde priorize o coletivo, e o domínio e apropriação de todos sobre os saberes das novas tecnologias é que se consegue formar um ser mais crítico atento com as demandas e informações necessárias na contemporaneidade para a sua transformação e mudança no mundo. “Mudam-se os jogos da dominação, que pressupõe desconhecimento sistemático da realidade sob a aparência de conhecimento, mas se preserva o mesmo sucesso ao se travestir do espírito quantitativo da época”. (SOUZA ; ARENARI, 2010, p.17).

Arendt (2010) analisa conceitualmente o tema cidadania, trazendo seu significado a partir de uma jornada histórica, que possibilite a compreensão das transformações sofridas ao longo do tempo. Assim, trabalha a ideia de vida ativa como postulado fundamental da condição humana, considerando que este termo se constitui por três aspectos essenciais, a saber: trabalho, obra e ação.

Os indivíduos ao se organizarem para prestar serviços laborais devem ter consciência dos valores que devem desenvolver em virtude da relação de convívio e cooperação entre os vários liderados e o liderando, valores como a autogestão, equidade, solidariedade, respeito, cidadania e responsabilidade, sem os quais não se consegue a harmonia entre as relações. A cidadania inicia-se com o respeito para com o outro, não basta só auferir e melhorar sua renda financeira.

O cidadão precisa mudar suas atitudes em relação ao outro e de como se vê e se percebe a si mesmo, é preciso fazer parte do todo - visão sistêmica - com ações e atitudes críticas é possível trabalhar em prol da coletividade, ajudando a tornar uma Nação cada vez mais justa e equânime para todos.

O trabalho se apresenta como um processo natural, ínsito ao homem, porquanto decorrente da própria fisiologia do corpo humano, cujo desenvolvimento se vincula indissociavelmente às necessidades laborais como afirma Arendt (2010). Destarte, “a condição humana do trabalho é a própria vida”. (ARENDR, 2010, p.8).

Deve-se buscar um novo ordenamento nas relações da sociedade, onde o trabalho não só dê dignidade à pessoa humana como propicie a felicidade, onde o capital não prevaleça sobre as relações de respeito e solidariedade e que essas mudanças de paradigmas se façam sentir nas decisões políticas, econômicas, sociais, financeiras e jurídicas.

De outro lado, a obra consiste no aspecto não-natural da condição humana, a seara na qual o homem, enquanto artífice, cria objetos destinados, em regra, ao uso e a facilitação da própria vida, tendo como fundamento a mundanidade (ARENDR, 2010, p. 8).

Segundo a autora:

A obra de nossas mãos, distintamente do trabalho do nosso corpo – o homo faber, que produz e literalmente “opera em”, distintamente do animal laborans, que trabalha e se mistura com -, fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. (ARENDDT, 2010, p. 169).

Por sua vez, a ação é descrita como a:

Única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação de coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os Homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDDT, 2010, p.8).

Este último elemento, a ação, é identificado por Arendt (2010) como o elemento fundamental para a manifestação da cidadania do sujeito contemporâneo, pois é considerada como vetor de articulação e desenvolvimento conjunto das pessoas em prol da definição dos rumos a serem seguidos pela sociedade.

Nas palavras da própria filósofa, “sem a ação para inserir no jogo do mundo o novo começo de que cada homem é capaz por haver nascido, nada há de novo sob o sol”. (ARENDDT, 2010, p. 255).

As ações a serem promovidas para o perfeito desenvolvimento desse Ser completo é a recuperação de valores, em especial o do respeito e solidariedade, ações isoladas não criam uma cultura solidária e comprometida com a condição humana, melhorar só a parte econômica sem continuamente mudar e ajustar suas ações e atitudes não mudaram a realidade onde se está inserido, não mudará a você mesmo em relação a sua percepção de si mesmo em relação ao mundo e as pessoas, pois quando o conceito de cidadania transcende, ou seja, vai além do fator econômico, ele abarca valores como liberdade, igualdade e fraternidade.

Assim com todos os elementos fundamentais e necessários para nascer um novo cidadão que respeita a si mesmo e os outros, é necessário serem vistos na coletividade não como sujeitos egoístas, onde o interesse individual prevalece sobre o coletivo, devem enxergar-se como um todo, engrenados e necessários para o desenvolvimento harmônico da sociedade, surgindo uma sociedade mais justa.

A atuação do Estado também é fundamental para a proteção e garantia dos direitos individuais e sociais e a prestação dos serviços essenciais como saúde, educação, moradia, lazer e saneamento básico para promoção da felicidade.

Como bem observa o jurista Macedo (2015), em análise acerca do pensamento da referida autora:

Partindo-se do ponto de vista de que a geração do poder reside no agir conjunto dos homens, contagiado pela força da opinião da maioria que conjugam de ideias e ideais semelhantes, que se comunicam no espaço público Arendtiano e se organizam em prol dos interesses da sociedade, é que se compreende a dimensão da Cidadania. (MACEDO, 2015, p. 8).

Destarte, para Arendt (2010), a cidadania consiste no direito de ter direitos, traduzindo-se na possibilidade do sujeito de acessar o espaço público para participar das decisões políticas atinentes a um Estado legalmente constituído. O espaço público, por sua vez, é resultado da ação dos membros da comunidade, cuja participação se dá não com o mero intuito de obedecer, mas sim de apoiar e, de tal modo, legitimar a existência e o cumprimento das determinações adotadas.

Nesse sentido, assevera Mellegari (2012) acerca do pensamento Arendtiano:

A partir da cidadania como prerrogativa política do *direito a ter direitos*, Arendt, além de ter demonstrado a necessidade de um vínculo político jurídico com uma comunidade (Estado), vai criticar a concepção jurídica de cidadania como mera intitulação de direitos, na medida em que essa concepção evidenciou ser incapaz de proporcionar a real participação dos cidadãos na esfera pública. (MELLEGGARI, 2012, p. 12).

Ainda sobre a cidadania “ou o direito a ter direitos só é possível no âmbito do espaço público motivado pela ação como atividade própria do viver político de homens que se realizam como cidadãos, isto é, como agentes políticos”. (MELLEGGARI, 2012, p. 12).

Na sociedade capitalista o ser humano é definido mais pelo nível de consumo do que pelo valor moral e pela sua competência profissional - independentemente de suas atividades laborais que desempenham. O valor ético das classes menos favorecidas economicamente é descartado para as de classes mais altas, no que diz respeito à cooptação para participar do processo de decisões dentro dessa sociedade.

Assim, o que se observa é que a concepção de cidadania trabalhada por Arendt (2010) tem um viés essencialmente político, uma vez que se fundamenta na possibilidade de manifestação do sujeito na esfera pública, não somente no mero reconhecimento formal de direitos, ultrapassando, portanto, o liame jurídico do conceito, muito embora este se faça também deveras necessário (MELLEGGARI, 2012).

É necessário compreender os fatores que levaram as desigualdades sociais apresentadas nos mais diversos países, inclusive o Brasil, e como esse entendimento pode se relacionar com os conceitos de cidadania apresentados anteriormente.

2.2 DESIGUALDADES SOCIAIS E CIDADANIA

Ao trazer o conceito de cidadania da *pólis* deve-se estar atento aos valores que regem essa sociedade e como ela está organizada estruturalmente e a desigualdade apresentada por ela no momento em que exclui determinados setores em detrimento de outros. No Brasil há uma desigualdade muito grande na distribuição de riqueza como afirmam Langoni (2005), Soares (2006), Barros, Foguel e Ulyssea (2006), por consequência disso existe uma classe social que tem o mínimo para a sua subsistência e outra que se encontra abaixo da linha da pobreza², criando assim um domínio cultural e econômico na ideologia e criação da simbologia dos mais favorecidos - classe A e B³ - assim, a inércia e apatia permitem que os meios midiáticos influenciem e ditem o que deve-se acreditar e ser através de uma ideologia dominante, esses símbolos verbais e escrito e não-escrito que a cada momento são modificados e adaptados à realidade trazendo o conformismo.

São mais diversas as explicações acerca da conformação da sociedade brasileira. Segundo Goulart (1999, p. 36):

Em primeiro lugar, há naturalmente o ingrediente autoritário-segregacionista, típico de uma sociedade de origem e herança escravocratas. O problema é que, a despeito de a Abolição já ter atravessado mais de um século e ter-se estabelecido um estatuto jurídico de liberdade e igualdade para todos, a noção de hierarquia social continua prevalecendo. Em outras palavras, a formação da sociedade de classes no Brasil não foi suficiente para incorporar todos os segmentos sociais, os de baixo em geral e os negros em particular. O controle social edificado, mesmo no período posterior à Proclamação da República, foi capaz de construir uma dominação assentada em valores assimilados como inferioridade e subordinação – expressos em comportamentos comuns como humilhação, isolamento e até perda da autoestima –, barreiras estas fundamentais para marginalizar determinados segmentos sociais da competição inerente a qualquer sociedade capitalista. É mister reconhecer o Brasil como distante de uma verdadeira democracia

² “A função de uma linha de pobreza é estabelecer um critério binário que divida os indivíduos em pobres e não-pobres, para calculá-la é necessário saber o que é um pobre. Há uma série de opções a se definir: se a pobreza se reduz ou não à insuficiência de renda, se a condição de pobre é absoluta ou se as necessidades básicas dependem de parâmetros culturais e sociais.” (SOARES, 2009, p. 8)

³ A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP, 2015) formulou um questionário, o chamado Critério de Classificação Econômica Brasil, através do qual consegue-se mensurar e identificar as diferentes classes econômicas presentes no Brasil. Classes A e B possuem renda informada acima de R\$ 4000.

racial e que o problema da desigualdade no acesso aos bens materiais e culturais permanece latente. (GOULART, 1999, p. 36).

Um novo desafio começa com a necessidade de se formar indivíduos com valores e crenças pautado na dignidade e bem-estar coletivo. Este processo inicia-se na esfera familiar com valores internalizados como o respeito e responsabilidade, pois, através do respeito e da responsabilidade individual e coletiva consegue-se ver e perceber o outro e isso ajuda a desenvolver outras virtudes necessárias para o crescimento do indivíduo. Esse é um dos grandes desafios social e político da sociedade.

É esse mesmo raciocínio economicista, que abstrai sistematicamente os indivíduos de seu contexto social, que também transforma a escola, pensada abstratamente e fora de seu contexto, em remédio para todos os males de nossa desigualdade. Na realidade, a escola, pensada isoladamente e em abstrato, vai apenas legitimar, com o “carimbo do Estado” e anuência de toda a sociedade, todo o processo social opaco de produção de indivíduos “nascidos para o sucesso”, de um lado, e dos indivíduos “nascidos para o fracasso”, de outro. Afinal, o processo de competição social não começa na escola, como pensa o economicismo, mas já está, em grande parte, pré-decidiado na socialização familiar pré-escolar produzida por “culturas de classe” distintas. (SOUZA, 2009, p. 17).

Boaventura de Souza Santos discorre sobre a negligência adotada frente a cidadania, quando comparada com os demais princípios de regulação:

As representações que a modernidade deixou até agora mais inacabadas e abertas são, no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação, a racionalidade estético-expressiva. Dos três princípios da regulação (mercado, Estado e comunidade), o princípio da comunidade foi, nos últimos duzentos anos, o mais negligenciado. E tanto assim foi que acabou por ser quase totalmente absorvido pelos princípios do Estado e do mercado. Mas, também por isso, é o princípio menos obstruído por determinações e, portanto, o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação. (SANTOS, 2007, p. 75).

Os indivíduos não deveriam ser diferenciados e excluídos pela classe social a que pertencem, se possuem muitos ou poucos bens materiais (propriedades), mas eles se tornam diferentes enquanto indivíduos únicos e singulares, por sua participação efetiva nos vários papéis que desempenham nos vários palcos de sua vida com a família, trabalho, etc. São seus valores e sentimentos que o fazem participar e também serem os educadores de sua prole, trazendo sentimento de pertencimento e respeito por sua pátria e pelos outros. Isto sim faz diferença para a mudança de mentalidade e símbolos dentro de uma sociedade.

A “cegueira” da percepção economicista do mundo? Reside em literalmente não “ver” o mais importante, que é a transferência de “valores imateriais” na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo. Reside em não perceber que, mesmo nas classes altas, que monopolizam o poder econômico, os filhos só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem também o “estilo de vida”, a “naturalidade” para se comportar em reuniões sociais, o que é aprendido desde tenra idade na própria casa com amigos e visitas dos pais, ao aprender o que é “de bom tom”. Esse aprendizado significa que “apenas” o dinheiro enquanto tal não confere, a quem o possui, aquilo que “distingue” o rico entre os ricos. (SOUZA, 2009, p. 19).

De acordo com Petersen, Souza e Lopes (2014, p. 486), quando o indivíduo abraça a condição de cidadão “a pessoa se implica na construção de uma identidade-metamorfose, que se realiza por meio de uma prática transformadora de si e do mundo”, tal fato é evidenciado pela luta pelos direitos para, segundo sua percepção, mudar suas perspectivas de vida. Porém, um importante aspecto que deve ser ressaltado é a percepção de determinadas camadas da sociedade. Para as classes sociais, nitidamente as exploradas pelas forças capitalistas, se torna cada vez mais difícil internalizar o conceito de cidadão e aplicá-lo em sua essência. As pessoas ficam impossibilitadas de discutir e até mesmo de compreender e por fim transformar suas realidades. Há a ideia que não é possível modificar essa realidade apresentada por mais que a mesma seja a mais injusta possível.

Essa visão de mundo das classes “dominadas” corresponde, de acordo com Motta (1984) ao que Marx e Engels denominaram ideologia, ou seja, há a predominância das ideias das classes dominantes em determinada sociedade. Para Simionatto (apud PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014, p. 487) “a ideologia é disseminada, principalmente, através dos chamados aparelhos privados de hegemonia, dentre os quais, os meios televisivos e os demais veículos da mídia, por exemplo. Estes aparelhos são responsáveis, em grande parte, pela formação do senso comum”. É o senso comum que dificulta a percepção das diferenças sociais e impede que as classes dominadas busquem a mudança de sua realidade, ou seja, impede que esta classe exerça seu papel de cidadania através de mobilizações ou de outras formas de atuação.

O ser humano encontra-se numa variedade de relações com o mundo (transforma-o materialmente, conhece-o, interpreta-o e contempla-o esteticamente). Seu comportamento variado e diverso vai corresponder por sua vez, às variedades das suas relações com o mundo exterior, essa diversidade de relações o enriquece e sua conduta muda a partir desse novo conhecimento. Como a classes de poder aquisitivo mais baixo pode se transformar se não

obtiver esse conhecimento rico e vasto de experiências positivas. Só se convive com a miséria e a pobreza e com o desprezo da própria sociedade, não o reconhecendo enquanto cidadão, excluindo-o dos vários ambientes de participação da sociedade elitista, que tiram deles e de seus filhos todos os privilégios econômicos e sociais.

É esse “esquecimento” do social — ou seja, do processo de socialização familiar — que permite dizer que o que importa é o “mérito” individual. Como todas as condições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis para propiciar a “boa consciência do privilégio”, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias), e torná-lo legítimo. (SOUZA, 2009, p. 20).

Percebe-se uma sociedade que privilegia determinadas classes sociais – mais favorecidas - em detrimento das demais, mais pobres; é necessário entender os motivos que levaram a essas diferenças, e como elas influenciam o desenvolvimento das sociedades.

Para se compreender porque existem classes positivamente privilegiadas, por um lado, e classes negativamente privilegiadas, por outro, é necessário se perceber, portanto, como os “capitais impessoais” que constituem toda hierarquia social e permitem a reprodução da sociedade moderna, o capital cultural e o capital econômico, são também diferencialmente apropriados. O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos. É essa circunstância que torna as “classes médias”, que se constituem histórica e precisamente pela apropriação diferencial do capital cultural, em uma das classes dominantes desse tipo de sociedade. A classe alta se caracteriza pela apropriação, em grande parte pela herança de sangue, de capital econômico, ainda que alguma porção de capital cultural esteja sempre presente. (SOUZA, 2009, p.21).

Concorda-se com Lavallo (2013, p. 81) que existem alguns fatores presentes na desestabilização da cidadania:

Trata-se, em grandes traços, de fenômenos os mais diversos a exprimirem de formas distintas as dificuldades de se representar e processar, com plausibilidade simbólica, questões outrora elaboradas na linguagem do universal: o descrédito das grandes ideologias, a suspeição suscitada pelas categorias totalizadoras (SAVATER, 1989), a emergência e proliferação de identidades restritas (ZERMEÑO, 1987), o desencanto da política (TENZER, 1990), a multiplicação de formas associativas civis a reivindicarem novos princípios de representatividade (DAGNINO, 2002), a

proliferação da chamada política da diferença, entre outras manifestações. (LAVALLE, 2013, p. 81).

Precisamente porque o homem é um ser social ele é obrigado a se desenvolver sempre individualmente e socialmente de acordo com seus interesses, desta forma não pode deixar de levar em consideração as suas responsabilidades morais e políticas. O comportamento responsável envolve a saudação entre as pessoas, o modo de uma pessoa dirigir-se a outra, de atender ao próximo e de ajudar e ser solidário. Através da elevação da responsabilidade dos indivíduos ou dos grupos sociais no seu comportamento prático da moral é que se conseguirá o enriquecimento da vida pessoal e nas relações interpessoais, adquirindo uma importância primordial para a transformação e superação das desigualdades de classe nas sociedades e da prática de atitudes cidadãs.

O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que “cai do céu”, mas é produzido por heranças afetivas de “culturas de classe” distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la. Como a “ralé” se reproduz como mero “corpo”, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele, ela não se confunde com o antigo “lumpemproletariado” marxista. O lumpemproletariado podia funcionar como “exército de reserva” porque podia ser empregado em épocas de crescimento econômico ao lado da força de trabalho ativa. O pressuposto dessa possibilidade de substituição é um capitalismo em estágio inicial em que a “incorporação de conhecimento” técnico pelo trabalhador, para que este possa exercer uma atividade útil e produtiva, era mínimo. Hoje em dia, o capitalismo pressupõe uma alta — comparativamente — incorporação de conhecimento técnico para o exercício de qualquer função produtiva no seu setor mais competitivo. Desse modo, ainda que a “ralé” inegavelmente disponha de “capacidades” específicas que permitem desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essas “capacidades” não são aquelas exigidas pelo mercado moderno em expansão. É por conta disso que foi noticiado durante todo o ano de 2008, quando o Brasil ainda crescia velozmente, o “gargalo” de pessoas bem treinadas para a ocupação de novos empregos no crescimento econômico brasileiro dos últimos anos. É por conta disso também que a “ralé” brasileira moderna não se confunde com o simples lumpemproletariado tradicional. Como ela não encontra emprego no setor produtivo que pressupõe. (SOUZA, 2009, p.23).

Como diz Souza (2009) o lumpemproletariado⁴ tradicional, não consegue alcançar as necessidades do mercado atual, pois eles precisam ter acesso a todos os tipos de cultura, principalmente a exigida pelo mercado, ou seja, esse homem completo e com uma percepção sistêmica não é formado, ficando sempre um déficit nas questões de apropriação cultural e de capacitação profissional, não podendo se modificar na prática por não desenvolver as habilidades técnicas necessárias para obter um bom emprego e conseqüentemente obter um melhor bem-estar para si e sua família. Ele não consegue assim mudar a história de sua vida, reproduzindo aqui que lhe foi imposto pela ideologia dominante.

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los. (SOUZA, 2009, p.24).

Essa classe social desprivilegiada deve assim desenvolver simbologias, sejam verbais ou não-verbais, que os façam crescer também espiritualmente (sentimentos) como a virtude do respeito pelo outro, respeito pela natureza e a transformação da mesma pelo seu trabalho para produzir objetos úteis e sustentáveis; pode-se também distinguir uma relação teórico-cognoscível, que desde as suas origens está em função das exigências dessa transformação prática e pela qual o homem capta o que as coisas são; essas várias relações modificam o olhar e comportamento do indivíduo com o mundo, seja numa perspectiva econômica, política, jurídica, moral etc.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino

⁴Segundo Freitas (2010, p. 15), para a doutrina marxista diz respeito a chamada camada social do proletariado que vive na miséria e caracteriza-se pela ausência da consciência de classe.

comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. Mesmo o famoso, no passado recente, “gargalo” no crescimento econômico, por ausência de mão de obra treinada, é visto apenas O que todos escondem é que não existe o “talento inato”, o mérito “individual” independentemente do “bilhete premiado” de ter nascido na família certa, ou melhor, na classe social certa. O indivíduo. (SOUZA, 2009, p. 21).

2.3 CIDADANIA E AUTOGESTÃO

É importante destacar aqui o conceito de autogestão, ou seja, conforme Petersen (2014, p. 486), “à forma como são administrados empreendimentos que compõem a Economia Solidária, modelo alternativo de produção que tem, como princípios básicos, “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER, 2002, p.10).

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras, então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. (SINGER, 2002, p.18).

Petersen (2014, p. 486) sugere que tanto a autogestão como a Economia Solidária, tem íntima relação com a cidadania, já que existe uma organização dos indivíduos daquele espaço para melhor administração de seus recursos e empreendimentos, além da notada atuação desses indivíduos no que se diz respeito à tomada de decisões políticas internas ao grupo que estão inseridos, tomando-se como exemplo uma cooperativa, “os cooperados organizam-se para administrar, democraticamente, os empreendimentos econômicos, fazendo votações em assembleias para eleger delegados e tomar decisões”.

Pela combinação da prática da autogestão nas atividades econômicas com a ação política - pelo esforço de criação de novos espaços públicos, como os fóruns de economia solidária, os conselhos, as conferências, para o enfrentamento de questões coletivas que extrapolam interesses privados individuais, de empreendimentos isolados, e até mesmo as fronteiras da comunidade e do bairro, e tratam do mundo público -, a economia solidária apresenta novos questionamentos que nos chamam a ultrapassar os limites da teoria, para refletir e atuar pela renovação da política e da democracia na atualidade. (SIGOLO; MASCARENHAS, 2012, p. 104).

Para Arendt, (2004 apud SÍGOLO; MASCARENHAS, 2012, p. 103) a Economia Solidária é uma ampliação do conceito próprio de política:

A política, conforme conceitua Arendt (2004), é a atividade humana que se realiza no espaço público, que se refere a polis, espaço da liberdade e da igualdade política entre homens e mulheres. Por essa perspectiva teórica, a esfera da política se diferencia da esfera da economia, a qual se refere à casa (oikia), ao espaço da necessidade, do privado, da família e da hierarquia. Essa distinção é importante porque a política é compreendida pela autora como a atividade humana fundamental, que se refere à construção compartilhada do mundo comum e à participação no governo e na condução dos assuntos públicos. (ARENDR, 2004 apud SÍGOLO; MASCARENHAS, 2012, p. 103).

O surgimento desse conceito no Brasil, de acordo com Lechat (2004, p. 10):

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular. (LECHAT, 2004, p. 10).

Os indivíduos e grupos sociais de uma sociedade concreta se percebem e se julgam mutuamente, comparando-se constantemente em termos de qualidade de vida, serviço médico e educacional e na garantia de liberdades individuais. Uma construção real da identidade se constrói com cidadãos participativos através de ações eficientes e que produzam resultado de uma sociedade melhor. Rompendo com o ideário simbólico que o homem é o que ele tem.

2.4 CIDADANIA, QUESTÕES MORAIS E POLÍTICAS

Os atos morais são aqueles nos quais é possível atribuir ao agente uma responsabilidade não só pelo que se propôs realizar, mas também pelos resultados ou consequências da sua ação, pois só através de uma consciência crítica do mundo consegue-se alcançar um determinado nível de liberdade de decidir positivamente e eficazmente na transformação de um mundo melhor podendo se responsabilizar pelos seus atos. O sujeito deve estar consciente de suas atitudes e como isso modifica o seu comportamento e que essa

construção aconteça a partir de sua convicção, portanto, o conhecimento de um lado, e a liberdade, do outro, permitem falar efetivamente de responsabilidade e cidadania. Assim a ignorância e a falta de liberdade permitem que o mesmo se justifique e tente se eximir da responsabilidade moral, por ser entendida como uma coação, não escolha.

Ao invés da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o que temos aqui, numa sociedade periféricamente moderna como a brasileira, como nosso “conflito central”, tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas. Enquanto a sociedade brasileira não se conscientizar desse desafio, seremos sempre “modernos para inglês ver”, uma modernidade capenga, injusta, mesquinamente econômica e economicista. A tese central deste livro é a de que a percepção dessa classe “enquanto classe” implica uma percepção radicalmente nova dos problemas centrais que desafiam o Brasil como sociedade. (SOUZA, 2009, p.25).

Para dirimir esse conflito central que é a exclusão de oportunidade material e simbólica nas classes menos privilegiada, tornando-os invisíveis, é necessário dar-lhe responsabilidade pessoal, criando condições necessárias para o seu desenvolvimento, que permitirá que possam decidir e agir de acordo com suas convicções, assumindo sua responsabilidade legal perante o outro e perante o estado.

É precisamente esse “sentido” moral que permite cimentar relações de identificação social e pertencimento grupal de modo a garantir laços efetivos de solidariedade entre os indivíduos e grupos, aos quais o mito se refere. Falo de “moralidade” nesse contexto em dois sentidos. Em primeiro lugar porque ele pressupõe como vimos acima, um processo de aprendizado e de superação de nosso narcisismo e egoísmo primário, naturalizados sob a forma de vínculos locais e de sangue. Em segundo lugar, esse processo é moral porque esse “mito” ou esse “imaginário social” é necessariamente baseado em opções morais como superior/inferior, nobre/vulgar, bom/mal, virtuoso/vulgar etc. Existe, portanto, uma “hierarquia moral”, ainda que geralmente apenas implícita e não tematizada, a todo mito ou imaginário social peculiar. (SOUZA, 2009, p. 26).

Para que se possa agir moralmente, é necessário ser moralmente responsáveis. O sujeito só pode ser moralmente responsável pelos seus atos no momento em que reconheça o perigo de agir na ignorância. Deve-se ser proporcionado a todos, independentemente da sua classe social, os recursos necessários para o seu desenvolvimento cognitivo, moral e cultural, tirando-o da ignorância, para seja retirada a justificativa que agiu por não conhecer as circunstâncias e as consequências dos seus atos.

A ignorância não deve ser um fator que possa a vir eximir o agente de sua responsabilidade, por isso surge a necessidade de propiciar a todos a oportunidade do conhecimento não só formal, através de escolas, mas também informal, através de experiências diversas, proporcionando um desenvolvimento ético, moral e de convivência em grupo e em sociedade.

Fala-se sobre o significado de ser cidadão nas diferenças de classe. É necessário também entender o sentido de Nação. Uma nação se constitui apenas quando os nacionais se identificam efetivamente, em alguma medida significativa, como brasileiros.

Ser cidadão assim ultrapassa a noção de que nosso pertencimento político não se define unicamente por laços restritivos de sangue ou localidade, e sim pela ideia de uma comunidade maior e mais geral onde os direitos e deveres são respeitados e cumpridos.

Segundo Souza (2009, p. 33) “A nação terá que disponibilizar para as pessoas todo um “arsenal simbólico” em ideias e imagens que tem que ser poderoso o bastante para se contrapor com sucesso, não só em relação às lealdades locais, mas também em competição com os exemplos concorrentes dos outros externos”. O indivíduo deve ser capacitado e desenvolver competências necessárias para enfrentar os gargalos e entraves culturais e econômicos que os separam do convívio da sociedade, criando habilidades técnicas de relacionamento e conceituais, para que suas atitudes e atos sejam eficientes na transformação de um mundo mais justo, através dessa nova maneira de si perceber e de conhecer os problemas da sociedade onde vive. É necessário ser responsável pelos atos, assim o agente sai da condição de um mero efeito para ser uma causa consciente de si mesmo e inserir-se conscientemente nas relações sociais, apropriando-se de toda as simbologias necessárias ao seu desenvolvimento integral, constituindo um sujeito como um ser consciente e prático.

A resposta a essa questão exige que compreendamos que o tema do mito nacional ou do imaginário social nacional que estamos discutindo necessita ser “internalizado” pelas pessoas comuns como algo “seu”, como algo indissociável de sua personalidade pessoal, para que possa lograr conquistar o coração e as mentes das pessoas comuns como todos nós. (SOUZA, 2009, p.33).

A criação de uma coletividade onde as responsabilidades são divididas e o respeito e a liberdade de agir são considerados importantes acarretará no sujeito um poder, um controle sobre as suas próprias relações ou sobre os seus próprios atos individuais, com isso ele modifica a natureza com mais consciência e se transforma, criando um processo de autoprodução que é a sua própria história. O conhecimento deve sempre estar associado a

teoria como sua compreensão e a sua prática, como forma de intervenção e transformação do mundo real, assim os níveis de responsabilidades se darão a partir do desenvolvimento do homem como um ser prático, histórico e social.

Nesse contexto, tornou-se possível o ressurgimento da noção clássica de cidadania, tendo em vista o restabelecimento de um poder político central e a possibilidade de participação mediante a concessão de direitos políticos.

Entretanto, foi a partir das modificações estruturais decorrentes das Revoluções Burguesas sucedidas nos séculos XVII e XVIII, e da conseqüente consolidação da burguesia enquanto classe dominante em termos políticos e ideológicos que se passou conceber a ideia de cidadania nos moldes atuais. Calçados no cabedal teórico desenvolvido pelos filósofos contratualistas, como Locke e Rousseau, que pugnavam pela regulação das relações de poder do Estado, bem como pela garantia de direitos civis, políticos e econômicos aos cidadãos, o Estado Burguês inaugura a concepção moderna de cidadania. (RAMOS, 2010, p. 210).

Ao longo do tempo observa-se uma ampliação do ideal de cidadania, que passou alcançar de forma mais abrangente os sujeitos que a exercem, abarcando valores como liberdade e igualdade, compreendendo um conjunto de direitos econômicos, individuais, políticos e sociais, que alicerçam grande parte dos Estados contemporâneos.

O conceito de cidadania passa pelo significado de trabalho, esse trabalho que implica numa transformação prática da natureza externa e, como seu resultado, surge um mundo de produtos que somente existe pelo e para o indivíduo. Nos tempos modernos, o trabalho é percebido como fonte de riqueza - para quem detém os meios de produção - e se louva a laboriosidade e suas virtudes respectivas como abstinência, frugalidade etc. Tendo conseqüências negativas para o trabalhador, que só tem sua força de trabalho, como a miséria, exploração, enfermidades etc. Essa situação para as demais classes privilegiadas é considerada normal ou inevitável. O trabalhador interessa enquanto *homo economicus* ou produtor de lucros.

No ordenamento jurídico pátrio, a cidadania ocupa lugar de destaque e se encontra albergada pela Constituição Federal de 1988, que recebe a alcunha de Constituição Cidadã e traz, já no seu Art. 1º, II, enquanto um dos pilares da República Federativa do Brasil, a cidadania trazendo em seu bojo, diversas outras passagens que mencionam a cidadania e endossam a relevância desse conceito para o estado brasileiro (MACEDO, 2013).

A cidadania no ordenamento jurídico pode ser entendida com a qualidade de pertencer ao Estado, de ser seu cidadão, ou seja, de ser membro do mesmo e, por essa razão, participar

ativamente de suas decisões. A concessão de direitos políticos em sentido amplo - votar, ser votado, peticionar, referendar etc. - sendo assim uma condição de legitimidade do Estado Democrático de Direito.

Arendt, citada por Mellegari (2011, p. 10) destaca a natureza política da cidadania. Trata-se do “direito a ter direitos”:

O direito a ter direitos é o primeiro direito que o homem pode possuir - o direito à cidadania -, ou seja, o de pertencer, pelo vínculo político-jurídico, a uma comunidade política e, dessa forma, ser reconhecido como um de seus membros em termos de direitos e de obrigações, onde possa ser julgado por suas opiniões e ações, e não pela sua condição de nascimento ou por sua natureza humana. (MELLEGGARI, 2011, p. 10).

É importante pontuar que a cidadania assume atualmente também um papel de canalização da solidariedade das sociedades. Há, de acordo com Dagnino (2004), um sentimento moral de responsabilidade da sociedade; “É através desse entendimento de cidadania restrito à responsabilidade moral privada que a sociedade é chamada a se engajar no trabalho voluntário e filantrópico.” (DAGNINO, 2004, p.170).

A própria ideia de “solidariedade”, a grande “bandeira” dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral. Além disso, este princípio tem demonstrado sua efetividade em redefinir um outro elemento crucial no projeto participativo, promovendo a despolitização da participação: na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza. (DAGNINO, 2004, p. 102).

O exercício da cidadania possui estreita relação com as questões morais como respeito ao outro e a si mesmo, não é possível exercer esse direito só melhorando a renda sem se perceber enquanto ator e transformador dessa realidade social, tanto que o princípio da cidadania tem como um dos seus corolários o da dignidade da pessoa humana. Um dos exemplos de aplicação desse exercício de cidadania é um ambiente como o cooperativismo. O tema será abordado no capítulo a seguir.

3 COOPERATIVISMO

Neste capítulo discute-se o tema cooperativismo, apresentando suas origens, aspectos históricos e conceituações, seus ramos de atuação e surgimento no Brasil. Apresenta-se também a autogestão como uma forma efetiva de se manter as premissas originais de sua origem e atingir melhores resultados e por fim abordam-se aspectos específicos das cooperativas de coleta seletiva resíduos sólidos e de que forma estas podem promover a cidadania para seus cooperados.

3.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

O surgimento do cooperativismo remonta ao século XIX, tendo como pano de fundo as experiências das Revoluções Industriais. As ações tomadas pela união de movimentos operários deram origem ao que se conhece como cooperativismo moderno. Apesar de existirem experiências anteriores com um certo caráter cooperativista, foi, somente no século XIX que o mesmo se moldou.

Para Namorando (2005 apud COSTA, 2007, p. 4) a formação do movimento de cooperativas, acima de tudo, e como pode-se inferir até pela sua denominação, se dá principalmente como forma de cooperação entre seus integrantes. “Ora, como sabemos, a cooperação é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas. Nos primórdios da civilização, foi mesmo uma das condições básicas para a sobrevivência da espécie”. (NAMORANDO, 2005 apud COSTA, 2007, p. 4).

É intensa a ligação entre o conceito de cooperativismo e o mundo operário; de acordo com Secco (2005, p. 4) no início do século passado houve um aumento expressivo no número de inscritos em associações sindicais e cooperativas. As cooperativas nascem como uma das primeiras formas de organização de operários que buscavam fugir da forte exploração que o modelo capitalista os infligia. É preciso, também, identificar que as bases propostas no início desses movimentos, muitas vezes permanecem até hoje em dia, caracterizando os diversos modelos de cooperativas existentes.

De acordo com Sales (2010, p. 24) o cooperativismo é uma maneira encontrada para, através da soma de forças individuais, gerar a capacidade de se preservar a força da economia e vida em um grupo de indivíduos que compartilham um mesmo interesse. É possível inferir que um grupo de pessoas comungando um objetivo tem maior força e competência para alcançá-lo, quando se compara a atuação individual de cada membro do grupo, isoladamente.

As organizações cooperativas tem atuado como mecanismos capazes de oferecer de forma satisfatória, respostas a problemas e necessidades de caráter social e econômico. O sistema cooperativista é um sistema que proporciona o desenvolvimento integral do indivíduo. O cooperativismo pode ser reconhecido hoje como um dos sistemas mais adequados, participativos, justos e democráticos que atendem as necessidades e interesses dos trabalhadores. A constituição que rege as cooperativas diferencia da constituição jurídica das demais empresas isso pode ser visto como vantagem e também desvantagem, pois as cooperativas concorrem no mercado com as empresas em geral. (SILVA FILHO, 2001 apud JESUS; MILAGRES, 2012, p. 3).

De acordo com Sales (2010) é necessário considerar os aspectos econômicos relacionados ao nascimento do cooperativismo, mas muitas vezes apenas os aspectos políticos são levados em conta. Para Costa (2007, p. 1) há um tratamento disforme por parte de determinados economistas no que diz respeito ao cooperativismo. “É de ficar perplexo que economistas como Charles Gide, Tougan Baranovisky, Léon Walras, Wicksell e outros não se preocuparam com a aplicação da teoria econômica ao fenômeno do cooperativismo”. Ainda para o mesmo autor, existem atualmente autores com maior rigor teórico ao descrever o cooperativismo “as teorias da cooperativização; global, sistêmica, fiduciária; teorias neoclássicas; a teoria do comportamento cooperativo e a teoria de Munster conhecida, também como teoria econômica da cooperação”.

Pinho, em 1966, assim definiu o cooperativismo:

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino. (PINHO, 1966 apud COSTA, 2007, p. 5).

Relatos de Bialoskorski Neto (2006 apud SALES, 2010, p. 24) dão conta de registros muito antigos de formas que podem ser comparadas ao cooperativismo, e afirma que há indícios de que havia cooperação e associação solidária em povos da pré-história, em indígenas e até mesmo algumas civilizações mais antigas. Autores como Costa (2007),

consideraram essas manifestações mencionadas anteriormente apenas como sendo características da sociabilidade humana e não como experiências de cooperativismo.

Esse tipo de manifestação não pode ser considerada como sendo parte de um movimento cooperativista, essencialmente contemporâneo. A teoria do cooperativismo dá conta de seu surgimento a partir de posições tomadas por operários, principalmente ingleses e franceses, que faziam oposição ao ideal proposto pelo liberalismo econômico europeu na época de suas Revoluções Industriais.

Esse tipo de experiência, envolvendo um movimento social que pregava cooperação mútua não pode ser confundido, portanto, com o movimento cooperativista devido a todo processo histórico citado (COSTA, 2007, p. 4)

Portanto, foi na sociedade industrial do século XIX que aconteceram as mudanças econômicas, principalmente as impostas pelo modelo capitalista, que fomentaram o desenvolvimento da ideia de cooperativismo.

O final do século XVIII, e início do século XIX, período qual aconteceu a revolução industrial, representou a passagem da sociedade rural para a sociedade industrial, a mudança do trabalho artesanal para o trabalho assalariado, a utilização da energia a vapor no sistema fabril em lugar da energia humana; hoje o que se vê a revolução tecnologia, não há a exploração como naquela época, mas uma exclusão, impulsionada pela continuidade da substituição do homem pela máquina, porém de forma mais rápida, ou seja constantes mudanças de cenários; as empresas competem em todo o universo na busca de mercados para seus produtos, produzem cada vez mais e, mesmo com a criação de novas demandas, a produção tem sido sempre mais que o consumo. Paralelamente ao aumento da produção, produz-se também massa de desempregados, que na verdade são consumidores que deixam de consumir os produtos dessas mesmas empresas. (SALES, 2010, p. 24).

A origem do cooperativismo moderno é facilmente associada as primeiras ideias do denominado associativismo coletivista, surgido, inicialmente na Inglaterra e na França; trata-se, segundo Rebonatto (apud AGUIAR et al, 2002, p. 151) de “ideias de auxílio mútuo nas relações de trabalho e na associação coletiva de pessoas, apresentando seus indícios nas construções de armazéns, fábricas, empresas rurais e até mesmo na constituição das repúblicas”.

Os principais centros culturais e econômicos europeus, Inglaterra e França, também foram os principais expoentes mundiais do início do cooperativismo. Sales (2010) afirma que tudo isso foi possível devido a situação complicada que passavam os operários, suas dificuldades eram inúmeras e as condições de trabalho e vida eram degradantes. Portanto, a

péssima qualidade de vida dos trabalhadores nas indústrias francesas e inglesas fez com que surgisse o cooperativismo nessas sociedades.

A grande expansão do modelo cooperativista, foi resultado da experiência exitosa da Cooperativa de Rochdale - também conhecida como Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale. “Entre seus objetivos estavam a educação dos membros e familiares, o acesso à moradia, e ao trabalho para os desempregados e os mal remunerados. Desejavam também o estabelecimento de uma colônia cooperativa autossuficiente”. (MAURER JÚNIOR apud CANÇADO; GONTIJO, 2013, p. 2). Para se ter uma ideia do sucesso dessa cooperativa pioneira e de sua influência para o surgimento de demais experiências, em 1900 havia mais de um milhão de cooperativas somente na Grã-Bretanha (SINGER, 2002 apud CANÇADO, 2013, p. 2).

Segundo Santos (2001 apud SALES, 2010, p. 29) à Cooperativa de Rochdale foi apresentado um estatuto a seus membros, que passou a valer como norma para suas relações. As seguintes ideias regiam o grupo:

A formação de capital para emancipação dos trabalhadores mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; construção de casas para fornecer habitação a preço de custo; criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários; educação a luta contra o alcoolismo; comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um “mal social”; cooperação integral. (SANTOS, 2001 apud SALES, 2010, p. 29).

Na visão de Silva Filho (2001 apud COSTA 2007) a experiência dos Pioneiros de Rochdale foi fundamental para a expansão do cooperativismo pelo restante do mundo, de modo que houve uma maciça divulgação de seus princípios, ideais e objetivos para os demais países. A grande divulgação dessa experiência chegou a inspirar o cooperativismo em outras partes do mundo “de tal modo que os valores e os princípios elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, com algumas pequenas mudanças, adotados pelo movimento cooperativista” (SILVA FILHO, 2001 apud COSTA, 2007, p. 6).

Vários são os autores, entre eles Sales (2010), Aguiar (2002), Lima (2000), Jesus e Milagres (2012) que citam o exemplo de Rochdale como grande marco do início do cooperativismo moderno. A Cooperativa de Rochdale tornou-se um modelo a ser seguido pelas demais cooperativas pois havia nela uma capacidade superior em buscar a adaptação aos mais diversos aspectos que uma economia viva de mercado poderia gerar. Além disso, a

experiência inglesa era vista com bons olhos pois agregava, desde sua implantação, os valores com bases em princípios morais sólidos (VEIGA; FONSECA, 2001 apud JESUS, 2012, p. 4).

Cançado (2007) e Schneider (1999 apud JESUS, 2012, p. 4) definem, entretanto, um contraponto a todo esse sucesso obtido por Rochdale. Os autores afirmam que o crescimento da cooperativa foi tão grande, que os organizadores se viram obrigados a contratarem funcionários. Isso foi visto pelos autores como uma forma de exploração de mão-de-obra, o que define a repetição de uma prática abolida pelos Pioneiros.

O caso dos Pioneiros de Rochdale também chegou a América Latina, tendo se tornado o exemplo de maior sucesso quando se refere a cooperativismo. Tudo que era relacionado a experiência inglesa foi visto, então, como sendo regra absoluta para transformação do mundo e implantação das ideologias cooperativistas. Porém, essas ideias foram confrontadas com experiências de fracasso em toda a América Latina. Existe uma enorme dificuldade na implantação desses modelos no continente latino que constantemente tem exemplos do aparecimento e desaparecimento de cooperativas na região (KEIL; MONTEIRO, 1982, p. 11).

Em países como o Brasil e a Argentina cresce bastante a mística de Rochdale onde cria-se o ambiente para o surgimento de ideais de cooperativismo.

Assim, este cooperativismo complementar ao capitalismo, perde seus aspectos solidaristas e sua força de transformação social e passa a crescer, nas regiões onde consegue afirmar-se (como a Argentina e Sul do Brasil), aceitando aberta ou dissimuladamente a economia da busca do lucro e crescendo sob o uso contraditório da exploração da mão-de-obra assalariada. A busca da participação máxima nas decisões, típico de uma sociedade de pessoas e, portanto, de iguais, é burlada na implantação do modelo cooperativista na América Latina, pois temos a característica de que as Assembleias Gerais reúnem-se muito pouco e as cooperativas acabam adotando a práticas das sociedades anônimas (sociedades de capital, de acionistas), de realizar apenas uma assembleia anual para fins meramente de formalidade democrática. Isto demonstra até que ponto a ideia de cooperação foi abandonada e o princípio democrático deixado de lado na administração do empreendimento cooperativo. (KEIL; MONTEIRO, 1982, p. 11).

3.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo formal é introduzido no Brasil, a partir do surgimento da República, em 1891. A Constituição de 1824 mal via qualquer tipo de associativismo. O registro de atividades de cooperativas foi permitido, a partir da Lei Magna de 1891 (BÚRIGO, 2006, p. 56).

Com a abertura republicana, a primeira cooperativa brasileira – que era do ramo do consumo – foi organizada por empregados públicos de Ouro Preto - MG, ainda na forma de sociedade anônima (PINHO, 2004, p.18). Depois surgiram outras cooperativas de consumo em Limeira - SP em 1891, no Rio de Janeiro - RJ em 1894, em Camaragibe - PE em 1895 e em Campinas - SP no ano de 1897. Em 1892 é fundada a primeira cooperativa de produtores rurais, na região gaúcha de Veranópolis e Antônio Prado. Além desses ramos, nas décadas seguintes são criadas cooperativas de eletrificação rural, de crédito rural e urbano, de habitação, de trabalho e de saúde. (SCHMIDT; PERIUS, 2003 apud BURIGO, 2006, p. 56).

Existe uma considerável diferença entre o modelo de cooperativismo adotado pela Europa e a modalidade aplicada no Brasil pois, “na Europa, o cooperativismo surge como uma reação aos problemas socioeconômicos criados pelo capitalismo. No Brasil, ele nasce com a chancela das elites [...] numa economia predominante agroexportadora” (RIOS, 1987 apud BÚRIGO, 2006, p. 56).

Esse caráter elitista é algo importante de se destacar. Rios (1979, p. 127) destaca que “o tipo de liderança mais comumente encontrado à frente das cooperativas pesquisadas era idêntico ao tipo de liderança dominante no nível municipal”. As pessoas ditas como chefes dessas cooperativas eram pessoas de classes sociais mais abastadas, muitos deles inclusive eram políticos.

Algo que se tornou comum nesses empreendimentos, conforme relato de Rios (1989, p. 16) é a presença do chamado “dono” da cooperativa, ou seja, determinada pessoa era identificada como sendo a responsável por toda a sociedade. Era essa pessoa a única autorizada a formar contratos com fornecedores, por exemplo, ou até mesmo a manter uma relação com instituições financeiras de modo a buscar algum determinado auxílio financeiro.

No Nordeste brasileiro, principalmente, foi através dos grandes coronéis que o cooperativismo se desenvolveu na região; sendo este também um empecilho para o correto estabelecimento de experiências de cooperativas. “Na verdade, o Nordeste ainda não saiu do coronelismo, só fez mudar de nome” (ALMADA, 2011, p. 22). É evidente a dominação ainda persistente que grandes produtores rurais ou até mesmo políticos de grande expressão exerceram na formação das políticas públicas agrícolas da região, influenciando o modo, inclusive, de estabelecimento das cooperativas; o que provocou, logicamente, grandes dificuldades no processo.

O surgimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 1969 possibilitou a identificação das diferenças existentes entre os grandes mandantes das cooperativas brasileiras e o anseio do movimento popular que buscava basicamente a melhoria nas suas condições de vida. “A partir da hegemonia dos produtores rurais e sob a

tutela do Governo Militar, a OCB conseguiu canalizar investimentos consideráveis e privilégios fiscais às suas filiadas, especialmente às cooperativas agropecuárias (coopers) de maior porte” (BÚRIGO, 2006, p. 56). Houve, portanto, o fortalecimento desses tipos de cooperativas, o que gerou a transformação de grande parte delas em expoentes do agronegócio, ou seja, fugindo do objetivo inicial, passando a tornar-se grandes empresas do ramo. Búrigo (2006) comenta também que a atuação como empresas era tão latente nesses tipos de cooperativas que muitas delas adotavam preceitos como a fusão e incorporação de cooperativas menores. “Essas mazelas, além de prejudicar milhares de associados, redundaram na formação de uma imagem negativa do cooperativismo nacional, que perdura em certas regiões do país e estorva a gênese de novas cooperativas”. (BÚRIGO, 2006, p. 57).

Durante os anos 1980, a OCB reforçou sua imagem conservadora quando se manteve distante das lutas pela redemocratização do país e dos processos de reconstrução das organizações sindicais dos trabalhadores, pequenos empresários e agricultores familiares. Além do mais, a partir do fim do período autoritário e da conseqüente ampliação das liberdades de associação, a OCB passou a conduzir uma campanha sistemática para evitar mudanças na legislação do setor, o que lhe retiraria a condição de representante única do sistema cooperativista nacional. (BÚRIGO, 2006, p. 57).

Havia a necessidade de mudança de paradigmas no setor cooperativista brasileiro, principalmente para aquele ligado ao cooperativismo agrícola. As mazelas sociais não estavam diminuindo com o aumento das associações cooperativas, na verdade, a OCB estava por criar gigantes do setor, tão exploradoras como empresas “normais”.

Rios (2006) ainda comenta que “considerava-se então que uma vez eliminados os intermediários que se apropriavam de uma parte significativa dos resultados do trabalho dos lavradores, tudo se resolveria” (RIOS, 2006, p. 2). Ainda havia a necessidade da formulação de um cooperativismo que não estivesse preocupado em favorecer determinado lavrador, isoladamente; era preciso uma reformulação, havia a necessidade da introdução do conceito de ganhos sociais conjuntos para essas pessoas.

Foi então necessário que o cooperativismo fosse pensado em termos maiores, como, por exemplo, em processo de produção para que os ganhos obtidos estivessem em uma escala maior. É nesse cenário que surge a necessidade de se agregar valor via beneficiamento da produção, sendo importante o conceito de agroindústria.

Ainda no âmbito da análise das diferenças entre o cooperativismo tradicional, ou seja, aquele iniciado na Europa em data próxima a Revolução Industrial e o modelo brasileiro, Crúzio (1999, p. 21) destaca uma contradição importante. Segundo ele, as questões referentes

à autogestão, proposta do modelo original, não são cumpridas no Brasil, o que gera menos independência às cooperativas:

Por exemplo, a “Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB” defende que “o cooperado, através de sua participação ativa, direcione as atividades da cooperativa para os interesses que lhes dizem respeito”. Por outro lado, estabelece que “o sistema, através da coordenação nacional, definirá as diretrizes que embasarão a execução da auto-gestão [sic]” (OCB, 1996). Tais políticas são contraditórias porque a “autogestão” proposta pelo modelo original prevê a autocoordenação nas cooperativas, isto é, um governo independente. (CRÚZIO, 1999, p. 21).

Portanto, existe no Brasil essa verticalização do poder; a OCB atua como gestora e até mesmo reguladora das cooperativas associadas a ela, ferindo um dos princípios básicos desse tipo de organização, presente desde as experiências de Rochdale, a autogestão. Uma outra questão apontada por Crúzio (1999) diz respeito a gestão da cooperativa, no qual um conselho de administração formado por membros das cooperativas acaba por perpassar o todo da instituição gerando um conflito de interesses.

Questões como as expostas anteriormente acabam por afastar o cooperado das decisões da organização que ele participa, tornando os membros desse tipo de conselho uma espécie de “donos do negócio da cooperativa”, enquanto que os demais viram meros trabalhadores sem poder de decisão.

O modelo brasileiro tem como pano de fundo o desenvolvimento de cooperativas rurais (agrícolas) “a predominância de cooperativas nas áreas rurais é consequência do baixo custo da decisão coletiva devido à congruência de objetivos e à existência de conhecimento comum”. (SIFERT FILHO, 1998, p. 12).

No caso específico do Brasil, as cooperativas constituem um segmento com expressivas responsabilidades na economia rural. São mais de 1400 empresas instaladas no interior do país, reunindo os interesses de 1 milhão de agricultores e pecuaristas, que movimentam negócios que representam quase 1/3 do PIB agropecuário e exportam cerca de US\$ 1 bilhão. São, além de tudo, a base de um sistema econômico – o agrobusiness – que multiplica por quatro o valor daquilo que é gerado na agricultura. (GRAMACHO, 1997, p. 14).

Ainda segundo Gramacho (1997, p.15) há uma nova forma encontrada pelas cooperativas agrícolas para se posicionarem frente às novas demandas que surgem com a modernidade. Há a preocupação com a utilização de formas mais modernas e mecanismos atuais de gestão do negócio e da produção. Foram muitas as fusões realizadas, acordos

firmados com outras empresas. Tudo isso não chega a descaracterizar o cooperativismo. “Mostram apenas, mas expressivamente, que o cooperativismo também tem condições e capacidade para adaptar-se, utilizando mecanismos mudemos de gestão”. (GRAMACHO, 1997, p. 15).

O desenvolvimento das comunidades e ampliação do mercado agrícola devido a introdução e evolução das cooperativas agrícolas foi destacado por Martinez, Lins e Pires (2002, p. 106). Destaca-se também a atuação do cooperativismo tendo em vista questões mais amplas como a globalização, a abertura de mercados para o livre comércio de mercadorias, dentre elas, as geradas pelo cooperativismo agrícola.

A importância do cooperativismo agrícola reforça a ideia que atribui à agricultura o principal eixo do desenvolvimento rural, especialmente a partir da capacidade de se construir como a principal fonte de ocupação da população rural. Essa perspectiva ganha força pelo fato de o cooperativismo possibilitar a organização da produção, a diversificação das atividades agrárias e a agregação de valor às commodities agrícolas. Desse modo, a viabilidade econômico-social das comunidades rurais está fortemente associada à presença de uma agricultura competitiva e diversificada, desenvolvida por empreendimentos agrícolas (médias e pequenas empresas) capazes de permitir aos agricultores a apropriação de um maior valor agregado. Com efeito, a perspectiva que identifica o cooperativismo agrícola como fator de organização e gerador de riqueza, identifica-o também como um instrumento importante de competitividade do setor agrário e de organização dos produtores sob bases democráticas, contribuindo para a geração de emprego e renda. Além disso, passa a ser também entendido como uma via importante de escoamento da produção para mercados cada vez mais seletivos e competitivos. (MARTINEZ; LINS; PIRES, 2002, p. 106-7).

3.3 RAMOS DO COOPERATIVISMO

Há alguns tipos principais os quais abarcam as cooperativas como são conhecidas atualmente; são eles: as cooperativas de produção, as cooperativas fênix, as cooperativas alternativas, as cooperativas de geração de renda e as cooperativas pragmáticas.

O cooperativismo de produção surgiu do já citado movimento de operários em meados do século XIX. Eram, inicialmente, considerados como socialistas utópicos que pregavam os princípios da autogestão como forma de se contrapor a exploração capitalista advinda da época das grandes Revoluções Industriais da Europa. Esses grupos buscavam o associativismo.

Como afirma Keil (1982, p. 3) o início desse movimento se deu em 1844, ano da criação em Rochdale da primeira experiência cooperativista, através do funcionamento de

empreendimento de operários têxteis; expandindo-se mais adiante para os mais variados países, inclusive latino-americanos.

Esse modelo de cooperativas, seja com relação a produção industrial ou mesmo a produção agrícola é um dos mais praticados no Brasil. São associações coletivistas conforme afirma Christofolli (2000, p. 22) que praticam a autogestão e tem princípios básicos claros como a autoridade, o controle social, a estrutura de incentivos, a estratificação social, entre outros princípios que as norteiam e baseiam suas formas de atuação no mercado.

As unidades autogestionadas que reúnam majoritária ou totalmente trabalhadores rurais, em condições de exercício de propriedade e posse coletivas sobre os meios de produção onde o trabalho dos associados é organizado mediante planejamento e normas coletivas autonomamente decididas e em que os resultados da produção são distribuídos com base na participação do trabalho de cada associado. (CHRISTOFOLLI, 2000, p. 24).

Segundo Lima (2000, p. 48) há um grande número de cooperativas surgidas mais recentemente devido principalmente a crises econômicas e reestruturações pelas quais passaram boa parte das fábricas, muitas delas chegando a fechar. Foi a partir daí que os trabalhadores sentiram a necessidade de organizar-se e garantir a continuidade de seus empregos e a produção de seu local de trabalho. Fizeram isso, muitas vezes com a instituição de cooperativas, as quais, através do modelo de autogestão, passaram a substituir os antigos donos das empresas.

É possível explicar o crescente número de empreendimentos cooperativistas principalmente devido à crise do modelo fordista de produção “Esta implicou a reestruturação organizacional das empresas a par de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada revolução informacional, com a eliminação de barreiras geográficas à produção” (LIMA, 2000, p. 48). Foi nesse cenário que se aprofundaram os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Muitas foram as fábricas e os postos de trabalho em geral que fecharam as portas, reduzindo drasticamente os empregos disponíveis. Além disso, houve o enfraquecimento sindical e de outras associações que buscavam aumento de direitos sociais, muitos destes inclusive foram eliminados.

Passa-se a caracterização das chamadas cooperativas fênix:

As cooperativas “defensivas”, ou cooperativas “fênix” (MELLOR; HANNAH; STIRLING, 1988), são formadas pelos operários visando a manter os empregos a despeito do fechamento ou da falência de fábricas e empresas. Geralmente, a formação da cooperativa é o último recurso quando outras ações de recuperação falharam. Resulta, assim, que essas cooperativas

surtem com numerosos problemas, além de apresentarem uma situação comercial difícil. As fábricas, tecnologicamente defasadas e com baixa produtividade, perdem clientes e mercados. A nova estrutura depende do investimento de trabalho dos operários, boa vontade de clientes e fornecedores, além da ajuda efetiva de sindicatos e de órgãos governamentais. A formação de uma cultura autogestionária é um processo lento e complexo, e grande parte dos operários e do staff administrativo abandona a cooperativa. (LIMA, 2000, p. 48).

No caso do segundo tipo, as cooperativas “alternativas” fogem um pouco do ideal de cooperativa que se conhece, são associações de cidadãos geralmente de classes mais bem-sucedidas, diferentemente da formação clássica de cooperativas. Esse modelo difere um pouco do citado anteriormente. “As cooperativas “alternativas” resultam de movimentos contraculturais dos anos de 1960 e 1970, e seus membros são oriundos de classe média, bem-educada, com ideais democráticos, voltados mais a necessidades sociais do que aos lucros” (LIMA, 2005, p. 48). Esse tipo de cooperativa é mais encontrado em países mais desenvolvidos e, por grande maioria das vezes, formam lojas de produtos naturais, de informática, enfim, pequenas formas de negócio.

O próximo modelo, cooperativas de “geração de renda” surge em momentos de crise, onde há escassez de emprego. Na maioria das vezes são iniciativas governamentais ou privadas de desenvolvimento com o intuito de auxílio a comunidades mais desprovidas de recursos de modo a ajudá-las.

Por fim tem-se as cooperativas “pragmáticas”. Esse tipo de associação visa a redução de custos para a realização da atividade empresarial. Difere bastante das tradicionais cooperativas de trabalho pois não tem como finalidade principal a melhoria de condições de vida de seus cooperados. Esse tipo de cooperativa tem como objetivo primário a redução de custos no momento em que terceiriza determinadas atividades de empresas.

3.4 AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COOPERATIVAS

Conforme relata Nascimento (2004, p. 3) em anos mais recentes, principalmente em meados da década de 1970, um grave problema voltou a assolar os trabalhadores brasileiros: O desemprego estrutural. Juntamente a esse processo, ocorreu o que o autor denominou de “desindustrialização”. Foi nesse contexto que a crise do emprego se aprofundou e o trabalho formal perdeu ainda mais postos.

A perspectiva que se viu, então, foi a de déficit cada vez mais acentuado nos índices de qualidade de vida do trabalhador em geral. Todo esse cenário foi o ideal para que os

conceitos de autogestão e economia solidária voltassem a circular com maior força e com eles “a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na AUTOGESTÃO e o repúdio ao assalariamento”. (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

Como já citado anteriormente, a autogestão era um dos princípios básicos no surgimento das primeiras cooperativas e remontava a ideia de se contrapor ao modelo capitalista tradicional de desenvolvimento das empresas e sua gestão interna.

Todavia, a reinvenção e o avanço da economia solidária não dependem apenas dos próprios desempregados e, não prescinde do apoio do Estado e do fundo público, como também, de várias agências de fomento. Cumpre afirmar que, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

Para melhor classificar as experiências com autogestão no Brasil, Tauile (2001) delimitou dois grandes grupos de empresas brasileiras que praticam autogestão. Um primeiro grupo tem como característica principal o fato de possuir uma estrutura pré-falimentar (ou até mesmo falimentar) em suas bases; além disso, este grupo apresentava aspectos que dificultavam a continuidade da realização de sua operação, ou seja, as estratégias adotadas pelos participantes desses grupos inviabilizavam a manutenção do mesmo.

Outro subgrupo foi caracterizado por Tauile (2011, p. 11) como explorador excessivo. Taxas e outros valores eram cobrados e muitas vezes não aplicados para que se desse a continuidade do negócio, o que também prejudicava a continuidade da operação da cooperativa em questão. Além disso, muitos eram os grupos prejudicados devido a questões externas a eles. Algumas vezes as empresas contratantes simplesmente faliem ou passavam a adotar diferentes posicionamentos de mercado, deixando a cooperativa contratante em situação bastante complicada.

Por fim, é preciso citar, também, ainda pela definição de Tauile (2011, p. 12), que existe um último grupo para caracterização das empresas autogestionárias no Brasil; este grupo, passa a estruturar-se a partir, principalmente de estímulos e subsídios advindos de governos, muitas vezes progressistas, ou até mesmo de iniciativas comunitárias próprias. Muitos grupos que adotam esse estilo são encontrados nos espaços brasileiros. Dentre os subgrupos dessas cooperativas destaca-se as Cooperativas de reciclagem; uma destas especificamente é tema de discussão no decorrer deste trabalho.

3.5 COOPERATIVAS DE RECICLAGEM / CATADORES DE RESÍDUOS

De acordo com Dias (2006 apud ROCHA, 2012, p. 141) foi no estado de São Paulo a primeira experiência de cooperativas de catadores de resíduos; em 1989 foi fundada a Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). Desde então, estima-se que 57,6% de todos os municípios brasileiros possuam algum tipo de programa de coleta de resíduos sólidos, nem que sejam pontos de coleta ou serviços de convênios com cooperativas de catadores.

As cooperativas responsáveis por processos de reciclagem de material possuem uma importância grande, no momento em que não apenas auxiliam inúmeras pessoas com as maiores necessidades possíveis, fornecendo-as um modo de conseguir o mínimo para sua subsistência também atuam como centros importantes para a recuperação de resíduos que, provavelmente, seriam descartados de forma errada pela sociedade. O produto final de todo o processo acaba voltando em forma de benefício para a sociedade (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Conceição ainda discorre sobre o papel do catador de resíduos e sua importância para a manutenção da operação das cooperativas.

O catador é o agente capaz de capturar para o processo produtivo o que foi jogado fora e tornar este recurso “morto” novamente em valor de uso e valor de troca, criando produtos derivados de ricas reservas naturais sem possuir nenhuma; eis a fantástica “mágica” do processo de triagem/ reciclagem de lixo: gerar riqueza de coisas que já tinham seu destino traçado pela irracionalidade humana. (CONCEIÇÃO, 2009, p. 6).

Sobre a participação das cooperativas de catadores de resíduos, Conceição também afirma que os números ainda são modestos. Alguns motivos que explicam essa situação levam em conta a precarização do serviço. A maioria das cooperativas não possuem sequer a mínima organização do espaço de trabalho, de modo que todo serviço fica comprometido e suas áreas subutilizadas. Porém, é devido ao grande número de catadores e o enorme trabalho realizado por eles que a situação é melhor quando se analisa números brutos de toda produção. Estima-se “que se reciclam quase 96% das latas de alumínio, 44% de vidro, 50% de papel, 35% de aço e 19% dos plásticos, resíduos que são jogados diariamente nas ruas, lixões, ou levados nas cooperativas” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Segundo Conceição, (2009, p. 14) há uma estrutura bem delineada na maioria dos empreendimentos de catadores de resíduos. São três componentes principais nestas estruturas. Há a participação do catador, o primeiro elo da cooperativa, sua participação acontece no momento de recolhimento e de separação dos resíduos. Depois, há a participação dos

chamados sucateiros, que são responsáveis pela compra do material reciclado pelas cooperativas e, por fim, há a presença da indústria ou do comprador final do produto. Estes últimos componentes são os grandes beneficiários de todo esse processo, pois conseguem adquirir materiais de seu interesse com preços muito mais baixos.

No fim das contas, há um processo exploratório por parte dessas indústrias sobre o catador de resíduos. Existe, portanto, uma cadeia de cidadãos explorados por essas empresas e pelos chamados sucateiros. Esses são apenas alguns dos problemas enfrentados por essas associações.

É necessário que aconteça um aprimoramento das técnicas utilizadas para a realização da reciclagem desses resíduos, de modo a permitir uma maior organização desses empreendimentos, seus objetivos sejam mais facilmente atingidos. Tudo isso soma-se a importância da cooperativa para a geração de renda para seus membros, logo, uma melhor gestão e organização de seus recursos levaria a melhores receitas no fim de todo processo de reciclagem.

É importante destacar, também, conforme Mazzei e Crubellate (2011, p. 58) a importância desse tipo de empreendimento no resgate da dignidade humana de seus membros “uma vez que antes essas pessoas eram confundidas com o lixo, e ficavam expostas a condições sub-humanas de trabalho, além de ficarem expostas a inúmeras doenças”. Percebe-se, portanto, a forma marginalizada que esses cidadãos eram vistos pela sociedade. A inserção dessas pessoas em ambientes de cooperativas, provocou, segundo Mazzei e Crubellate (2011), uma mudança nessas relações. Os catadores passam a ser enxergados como pessoas “de verdade”, além disso, os conceitos de autogestão aplicados nos empreendimentos facilitam uma tomada de postura do cidadão, fazendo com que muitos deles passem a exercer funções de liderança, por exemplo, algo jamais pensado anteriormente por eles. Ou seja, há a percepção clara de desenvolvimento humano.

3.6 COOPERATIVISMO COMO FATOR DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA

São inúmeras as contribuições do processo de cooperativismo, uma delas, já previamente citada, é a melhoria na imagem do indivíduo. Primeiramente, o cidadão, anteriormente considerado como “lixo” passa a ser visto com diferentes olhos, no momento em que passa a associar-se em cooperativa.

Essa mudança de visão promove uma melhoria em sua relação com seus companheiros, sua família e consigo mesmo. O cidadão passa a se enxergar como parte de um processo maior e não apenas como explorado por uma rede capitalista maior.

Para Souza, (2016, p. 99), pode-se medir o desenvolvimento humano não apenas levando em consideração fatores como renda e crescimento econômico. Para o autor é imprescindível que sejam levados em consideração o cidadão e suas individualidades como oportunidades e capacidades. É nesse âmbito que devem ser estudados os processos que levam a promoção de cidadania para os indivíduos presentes em cooperativas.

Nesta abordagem, o desenvolvimento transcende a acumulação de riqueza, o crescimento econômico e outras variáveis ligadas a renda, pois o proveito da riqueza está nas coisas que ela permite realizar, ou seja, nas liberdades substantivas que ela pode ajudar a obter, se constituindo o crescimento econômico como um meio e não um fim em si mesmo. (SOUZA, 2016, p. 103).

Existem diversos exemplos em que cooperativas buscaram desenvolver um senso de desenvolvimento social e busca de cidadania. Estudo de Deliberador e Vieira (2010), com cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, identificou que havia uma busca diária dentro do próprio movimento para se alcançar a cidadania.

Para as autoras, a luta pela cidadania é advinda da busca por melhores condições para que os indivíduos percebam sua importância perante a comunidade e tornem-se multiplicadores dos conceitos estabelecidos de cidadania. Para que tudo isso aconteça é necessário primeiramente que aconteça a inclusão da educação (formal ou não) no cotidiano dessas pessoas.

Existem ainda, segundo as autoras, determinadas questões importantes ao movimento e que definem de que modo a cidadania estará presente no cotidiano desses cooperados. Para este grupo, a cidadania se demonstra através, principalmente de um respeito ao meio ambiente; afinal, trata-se de um movimento basicamente rural, porém, é possível transportar essa ideia a outros tipos de cooperativas, como as de catadores citadas anteriormente. As pessoas podem passar a ter uma preocupação maior com seu lixo doméstico e o destino final do mesmo, introduzindo aí ideias de preservação ambiental e combate à poluição.

Existe também a questão do trabalho coletivo. Para Deliberador e Vieira (2010), “o trabalho coletivo converge para a cidadania articulada, que concilia o bem comum ao particular. Esses cooperados têm uma opção ideológica clara que fortalece o processo de produção e as tomadas de decisão em conjunto” (DELIBERADOR; VIEIRA, 2010, p. 2).

Essa ideia de pertencimento a um conjunto maior corrobora a análise primária de desenvolvimento humano.

É preciso citar também a questão da divisão do trabalho e participação igualitária dos cooperados. Em uma cooperativa fiel aos princípios desse tipo de organização isto está bem claro. Os meios de produção e forças de trabalho atuam com a única finalidade de procurar o bem-estar e desenvolvimento igualitário de todos os membros. Bastos e Araújo (2015, p. 11) destacam também as questões referentes a saúde dos trabalhadores. É importante, também como forma de exercer a cidadania, a percepção que o indivíduo tem acerca das condições que seu trabalho oferece, dos riscos a sua saúde relacionados a sua profissão e como essas questões influenciam em suas atividades. Catadores, por exemplo, devem estar cientes dos riscos com o manuseio dos vestígios sólidos, por exemplo.

Um outro aspecto que deve ser levado em consideração é o conceito de solidariedade. A cooperativa é um excelente veículo para a propagação desse conceito e sua aplicação em um ambiente real. Através de ações solidárias os cooperados podem conseguir um desenvolvimento maior de seus membros e, conseqüentemente melhor aproveitamento de suas potencialidades, o que geraria uma melhor divisão do trabalho e dos lucros nesses empreendimentos.

Mariotti Fernandes e Karnopp em 2015, demonstraram a importância da solidariedade na esfera do cooperativismo e como ela pode melhorar a relação entre os membros do grupo

As experiências revelam que, por meio da cooperação, ou melhor, do cooperativismo, podem produzir efeitos positivos em relação ao desenvolvimento individual e coletivo dos agricultores familiares, valorizando o trabalho, promovendo a inclusão social e melhorando a qualidade de vida. Contatou-se que as ações desenvolvidas por essas cooperativas estão ancoradas nas virtudes e objetivos cultuados pela doutrina do cooperativismo, destacando-se a democracia, o trabalho em grupo, a participação ampla dos agricultores nas atividades relacionadas à cidadania e à autogestão, gerando conquistas pessoais e coletivas, por meio de ações solidárias, impulsionando a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social. (MARIOTTI FERNANDES; KARNOPP, 2015, p. 21).

É possível afirmar, de acordo com Mariotti Fernandes e Karnopp (2015) que as cooperativas quando bem estruturadas oferecem a seus membros a chance de exercer mais intensamente os conceitos de cidadania, não somente os mais divulgados como a oportunidade de ter uma renda, exercer direitos políticos, mas também questões mais profundas referentes ao desenvolvimento humano, como sentir-se valorizado e pertencente a um grupo na busca por um objetivo único, preocupar-se com questões ambientais referentes a

seu trabalho, ter a oportunidade de se educar e principalmente, a possibilidade de aplicação de conceitos como a solidariedade nas relações humanas, tão importante para o desenvolvimento individual e das comunidades.

4 O CASO DA COOPERATIVA CANORE

Neste capítulo será apresentada a trajetória da cooperativa CANORE, trazendo informações sobre: a formação da comunidade e origem do local onde está situada, a história de sua implantação e mais especificamente os fatos ocorridos entre o período de março de 2013 a dezembro de 2015.

Esta identificação do processo de formação da CANORE permitiu a verificação com maior aprofundamento de todos os fatores ocorridos em sua implantação, a saber: a entrada e características dos cooperados, a escolha e perfil do seu conselho gestor e infraestrutura disponibilizada.

Analisando estas informações iniciais e posteriormente as informações obtidas durante o período de realização desta pesquisa, pôde-se ser feita uma conexão entre a organização do trabalho, modelo de gestão aplicado, melhoria da renda e da qualidade de vida e das relações sociais vivenciadas ao longo da trajetória desta cooperativa, com a análise sobre em que medida a cidadania foi promovida em seus cooperados, à luz do referencial teórico focado nas seções anteriores, evidenciando os resultados encontrados.

4.1 A FORMAÇÃO DA CANORE E O NORDESTE DE AMARALINA

A Região do Nordeste de Amaralina (RNA) faz parte da VII Região Administrativa da Cidade de Salvador. “Composto pelos bairros da Chapada do Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, localizada numa área de topografia acidentada caracterizada por vales e morros.” (SANTOS, 2010, p. 10).

Souza (2008, p. 6) destaca que o bairro em questão possui uma área de 203 hectares e população de pouco mais de 80 mil habitantes. A mesma autora afirma que o bairro pode ser considerado um oásis invertido, pois faz fronteira com bairros de classe média alta como: Rio Vermelho, Pituba, Amaralina, entre outros.

Essa questão propicia o aparecimento de inúmeros fatores de contraste entre os bairros; percebe-se na RNA uma maior taxa de pobreza entre a população, menor acesso a serviços públicos, maior taxa de desemprego, entre outros.

Figura 1 - Mapa do Bairro do Nordeste de Amaralina em março de 2016



Fonte: Google Imagens (2016).

O local onde atualmente situa-se o Nordeste de Amaralina, segundo Souza (2008, p. 50), “era composto por quatro fazendas: Amaralina (antiga Fazenda Alagoas), Ubaranas, Pituba e Santa Cruz”, formavam, originalmente, parte do sistema de Capitânicas Hereditárias que vigorava no Brasil.

Figura 2 - Visão aérea da Região do Nordeste de Amaralina em março de 2016



Fonte: Google Imagens (2016).

A mesma autora cita fato ocorrido em 1932, no qual a Prefeitura de Salvador autorizou a criação de loteamentos, correspondentes as áreas anteriormente citadas, que se tornaram locais utilizados pelas elites soteropolitanas como regiões de veraneio. Somou-se a esse fato a busca de melhores oportunidades de emprego por parte da população mais desfavorecida, o que ocasionou um grande fenômeno de ocupação das áreas mais periféricas das fazendas. Essas localidades ocupadas viriam a formar a RNA.

O surgimento do bairro do Nordeste de Amaralina, segundo a Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina (AMNA, 2015), relaciona-se as antigas colônias de pescadores presentes na cidade de Salvador, mais especificamente, a colônia do Rio Vermelho, cuja origem remonta ao início do século XIX. A mesma associação informa que devido a valorização das terras do bairro do Rio Vermelho os pescadores se viram obrigados a se instalarem nos arredores, muitos deles optaram por viver no alto da colina de Amaralina, mais tarde denominado de Nordeste de Amaralina.

Ambas as versões para o nascimento da RNA remetem a uma composição predominantemente de pessoas mais pobres, com péssima qualidade de vida e vivendo a margem da sociedade. Souza (2008) demonstra a desigualdade presente em localidades tão próximas como o Nordeste de Amaralina e o bairro da Pituba, por exemplo. Enquanto a RNA possui uma relação entre população e área de 408 habitantes por hectare, a Pituba possui números em torno de 82 habitantes por hectare. Ou seja, uma mesma área ocupada por um habitante no bairro da Pituba é habitada por cerca de cinco no Nordeste de Amaralina.

Carvalho e Pereira (2008) afirmam em sua obra “As Cidades de Salvador” que, dentre os domicílios da RNA, 42% eram habitados por moradores pobres. O número de indigentes, ou seja, pessoas com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo, também era alto: 18% de todos os domicílios da região. Além disso, os autores destacam outro dado; das pessoas referenciadas em seus domicílios, 28,2% não praticavam nenhuma atividade remunerada.

Sumarizando as conclusões, constata-se a consolidação do padrão periférico de apropriação e utilização do território de Salvador que se conformou a partir de 1960, paralelamente ao aprofundamento de determinadas tendências anteriores e a algumas novas transformações. Em suas grandes linhas o padrão de segregação se mantém, com a acentuação das diferenças e das desigualdades entre o Centro, a Orla, o Miolo e o Subúrbio, entre a cidade “tradicional”, a cidade “moderna” e a cidade “precária”. A dinâmica dos espaços menores, porém, é bem mais complexa e heterogênea. (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 104).

Os mesmos autores utilizaram um critério⁵, que classificou a Região do Nordeste de Amaralina – e demais áreas de Salvador, de acordo com sua composição populacional, como

⁵ “Essa classificação foi realizada através de técnicas como a Análise Fatorial por Correspondência Binária e o Sistema de Classificação Hierárquica Ascendente (CHA). A primeira cria fatores pela ordem de explicação do problema, permitindo a diminuição da dimensionalidade do universo com que se está trabalhando e o conhecimento da importância de cada variável na composição da variação dos principais fatores. A segunda é um instrumento para definir agrupamentos a partir das informações dos fatores extraídos na análise fatorial, levando em conta a proximidade dos perfis das áreas e sua distância em relação ao perfil médio”. (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 88).

sendo uma área *popular-inferior*. Trata-se de uma região com predomínio de “prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.” (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 88).

O bairro da Santa Cruz, onde se localiza a cooperativa CANORE, por sua vez, faz parte da RNA, compartilhando, portanto, sua origem popular. Dados levantados por Carvalho e Pereira (2008) informam que a população de pardos e pretos nessa região é de 84,2%. Aqui, há um contraste com regiões mais desenvolvidas de Salvador; áreas como a Pituba, por exemplo, possuem população de pardos e pretos de 34%. Caribé (2007, p. 1) também destaca a condição da população do local.

Nos aspectos culturais, sendo forte nessa região as formas organizativas derivadas da resistência, como os terreiros de candomblé e os grupos de capoeira. Mesmo aquelas organizações mais “modernas”, como as associações de bairro (que são inúmeras na região) e os grupos recreativos, carregam os traços desta história. Hoje já são muito fortes as religiões de origem pentecostal, o que gera certos conflitos de identidade e diferentes formas de racismo, que por sua vez provoca desavenças entre os moradores e acentua a fragmentação do tecido social. (CARIBÉ, 2007, p. 1).

Segundo a AMNA (2016) a região sofre diversos problemas decorrentes da péssima qualidade de vida experimentada no bairro: “alta taxa de desemprego, renda baixa, escolas desestruturadas, postos de saúde funcionando precariamente, falta de saneamento básico, lixo, esgotos a céu aberto, muita violência policial e consumo e tráfico de drogas que envolve principalmente os jovens”. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA, 2016).

O bairro da Santa Cruz é o mais pobre quando comparado aos demais integrantes da RNA. Conforme afirma Souza (2008) não há na Santa Cruz nenhuma família sequer que possua renda superior a 10 salários mínimos. Esses números aumentam quando a referência passa a ser o bairro do Rio Vermelho, por exemplo; ali, cerca de um terço das famílias possuem renda superior a 10 salários mínimos.

Souza (2008) discorre sobre dados de educação e escolaridade na região e sua delicada situação atual. Importante destacar o número insuficiente de instituições de ensino que atendem a população do bairro.

Apenas 23% das crianças e adolescentes da Região estão matriculadas na escola pública e que o poder público atende apenas 5% das crianças em idade pré-escolar, 34% daquelas em idade de 1ª à 4ª série, 31% dos jovens em idade de 5ª a 8ª e apenas 25% dos jovens com idade de frequentar o

ensino médio. As associações de moradores do bairro e os diversos grupos que fazem parte das comunidades exercem importante papel no desenvolvimento dos habitantes da localidade, influenciando seus moradores e muitas vezes criando iniciativas que possam contribuir para a melhoria nas condições de vida da população em geral, através de oportunidades de geração de empregos, mesmo que informais. (SOUZA, 2008, p. 9).

A AMNA foi fundada em 1981; através de sua atuação foi possível realizar algumas melhorias para a comunidade da RNA, tais como: construção e melhoria em escolas, postos de saúde, terminais de ônibus, além da atuação conjunta com a polícia militar. A associação também possibilitou o desenvolvimento de diversos grupos de expressão artística e esportiva (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA, 2016).

As associações de moradores do bairro e os diversos grupos que fazem parte das comunidades exercem importante papel no desenvolvimento dos habitantes da localidade, influenciando seus moradores e muitas vezes criando iniciativas que possam contribuir para a melhoria nas condições de vida da população em geral, através de oportunidades de geração de empregos, mesmo que informais. A atuação de associações de bairro, como a AMNA, torna-se fundamental, portanto, para promover um melhor desenvolvimento para a comunidade; ofertando, como pôde-se observar com os exemplos citados acima, uma série de serviços; muitos dos quais deveriam ser atribuição dos poderes públicos.

É nesse contexto que surge a Cooperativa de Agentes Ambientais Nova República (CANORE). Fundada em 2004, a Cooperativa tem atuação na RNA através da coleta de materiais recicláveis e de óleo de cozinha, este último é vendido para a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS). Os recicláveis são vendidos aos chamados “atravessadores”, participantes intermediários do processo.

Em 2006 o Governo do Estado doou o terreno e galpão, que possui uma localização privilegiada, por estar situada entre bairros com moradores de alto poder aquisitivo, o que possibilita de obtenção de grandes quantidades de materiais recicláveis.

Em particular, a Pituba é um bairro fortemente verticalizado, aumentando a densidade demográfica, o que permite existir em uma pequena rua muitas residências. As residências de classe média, por sua vez, produzem uma relação entre “lixo orgânico X lixo reciclável” muito mais satisfatória para a atividade de coleta do que os bairros populares. Ou seja: o lixo acaba expressando as desigualdades sociais não só no consumo, mas principalmente na produção. Mas expressa também a segregação espacial e a disputa pela cidade. (CARIBÉ, 2007, p. 2).

Figura 3 - Visão aérea da CANORE em março de 2013 e março de 2016



Fonte: Google Imagens (2013, 2016).

A história da CANORE confunde-se com a criação do Programa Viva Nordeste. Segundo Souza (2008) a partir de 2003 – com efetiva implantação em 2004, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria do Trabalho, Assistência Social, e Esporte – SETRAS, desenvolveu um programa que tinha como objetivos principais:

Elevar a qualidade de vida da população local, através da implementação de políticas básicas de inclusão social, assegurando mudanças nas condições de educação, saúde, habitabilidade, relações sociais comunitárias, padrões econômico-financeiros e sociais das famílias e das pessoas, em especial, aquelas que se encontram em situação de maior risco social, visando a melhoria do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano no município de Salvador. (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO COMPLEXO NORDESTE DE AMARALINA, 2003 apud SOUZA, 2008, p. 81).

Essa iniciativa tinha como pano de fundo a busca de uma atuação complementar – Poder Público e comunidade, com vistas e busca de soluções conjuntas para os problemas da região, ajudando, assim, no desenvolvimento dos habitantes do local. Conforme Souza (2008), havia duas etapas principais no Programa; a primeira consistia na busca por um engajamento maior da comunidade – incluindo nesse segmento a liderança das associações de moradores, para alcançar um plano para o desenvolvimento da região, a partir daí seriam definidos onde seriam investidos os esforços do Governo e dos parceiros do Projeto.

No que se refere a formação da CANORE, a maioria dos cooperados possuía nível de escolaridade baixo, muitos deles sequer haviam concluído o ensino fundamental. Para Medeiros e Macêdo (2006) essa baixa escolaridade é determinante para a baixa autoestima e faz com que os mesmos se sintam humilhados devido a profissão que exercem e por estarem fora do mercado formal de trabalho.

A faixa etária estava representada por indivíduos na faixa dos 30 aos 60 anos. As autoras afirmam que essa é uma característica da atividade dos catadores devido à falta de maiores exigências para esse tipo de profissão.

De acordo com Castro (citado em Silva, 2003), a idade é um dos fatores que mais afetam a forma de participação no mercado de trabalho urbano formal, o qual, no Brasil, é mais favorável ao recrutamento de jovens. Já na catação, a idade não constitui fator excludente, pois uma das características dessa atividade é a ausência de exigências para o seu ingresso. (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 67).

Para Silva (2007), existe uma certa divisão do trabalho dos cooperados no que diz respeito a participação no processo de produção. Enquanto que mulheres e idosos são responsáveis por atividades como triagem do material recolhido, os homens respondem pelos outros serviços, como acompanhar a coleta e fazer a segurança do material recolhido. Essa divisão é parte do processo democrático de decisões presentes nas cooperativas. No entanto na CANORE, o trabalho a ser realizado não seguia este tipo de critério, independentemente do gênero e idade todos acabavam atuando nas diversas atividades de uma cooperativa.

O Poder Público elaborou uma série de atividades para desenvolver a cooperativa; além disso foi oferecida uma espécie de assessoria que, além de outras coisas forneceu a estrutura inicial para fomentar as atividades da CANORE. Conforme Caribé (2007):

Esse programa forneceu a estes catadores as primeiras atividades de formação, como cursos de cooperativismo e relações humanas, e prestou algum tipo de assessoria técnica. Esse programa também forneceu ao grupo sua atual estrutura material, como um galpão mínimo localizado em um terreno concedido em regime de comodato por uma creche municipal. Também foram fornecidos pelo programa uma pequena prensa, uma balança eletrônica, 08 carrinhos de ferro e materiais de segurança no trabalho. Entretanto, fomentou uma estrutura organizativa muito longe da autogestão, constituindo uma forte especialização do trabalho e uma nítida segregação entre a gestão e a atividade produtiva, com centralidade de poder e formação técnica naqueles que formaram a administração – o viés do programa era o empreendedorismo individual, sendo a CANORE uma exceção. (CARIBÉ, 2007, p. 2).

Esta intervenção inicial foi positiva na estruturação da cooperativa, ocorrendo uma primeira organização dos cooperados em relação ao trabalho, questões ambientais e financeiras, ampliando a visão dos cooperados para além da coleta de material reciclável. Entretanto, no fim do ano de 2006 o Programa Viva Nordeste foi extinto, devido a mudança na Gestão do Governo da Bahia, e a CANORE ficou sem suporte técnico vindo a ter

problemas sérios de gestão e de relacionamento interpessoal. A partir daí, ao longo dos anos outras parcerias com Instituições como PETROBRAS e SEBRAE surgiram no intuito de alavancar o desenvolvimento da CANORE, entre elas a parceria com a UNIFACS, através do Programa UNIR (UNIFACS Recicla).

4.2 A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA: 2013-2015

A CANORE se tornou parceira do Programa UNIR (UNIFACS Recicla), que teve seu lançamento em março de 2013, com a presença dos principais representantes Institucionais da Universidade. O Programa tem como objetivo consolidar a UNIFACS como um importante instrumento de promoção da sustentabilidade, a partir da implementação de ações e práticas multidisciplinares e educativas de cunho ambiental e social, que visavam desde a capacitação e formação de agentes multiplicadores, até a coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis, tendo em vista o desenvolvimento eficaz e eficiente das diversas atividades previstas no programa.

Figura 4 - Lançamento do programa UNIR (UNIFACS Recicla) em março de 2013



Fonte: UNIFACS (2013).

O UNIR consistia de uma ampla campanha pedagógica, que trazia para o cerne da Instituição a dimensão crítica do meio ambiente, para além do discurso midiático, e do consumo consciente como prática cidadã do cotidiano, caracterizada pela mobilização e engajamento de toda a comunidade da UNIFACS em debates sobre temas socioambientais contemporâneos, e de práticas concretas que visavam contribuir para a superação dos

problemas ambientais, propondo a consolidação de uma consciência ecológica no sentido amplo, crítico e transformador. Para tal, desenvolveu ações internas e externas, com vistas a multiplicar este exemplo, com uma atuação em rede, envolvendo parceiros que comungavam com os princípios do eco desenvolvimento e do consumo consciente, e com as instâncias de decisão e implementação das ações.

Em função de sua prática interdisciplinar, o projeto UNIR ampliou e unificou as ações socioambientais em torno de diversos cursos, garantindo uma uniformidade nas ações, gerando resultado impactante positivo para a Instituição. O UNIR estava dividido em quatro grandes grupos de atuação, denominados de GTV (Grupo de Trabalho Voluntário), com atuação nas áreas de comunicação e projetos, sustentabilidade, tecnologias sociais e logística. Havia reuniões semanais de planejamento e alinhamento das ações, com participação dos voluntários e professores.

O primeiro contato do UNIR com a CANORE ocorreu numa visita a cooperativa realizada pelos professores e voluntários no mês de abril de 2015. Essa visita está representada na figura 5.

Figura 5 - Primeira visita a CANORE em março de 2013



Fonte: Autoria própria (2013).

Neste primeiro encontro ficou evidente para os participantes do Projeto o sentimento de desconfiança dos cooperados com relação ao projeto e suas verdadeira intenções. A história de vida destas pessoas, faz com que desconfiem de tudo e de todos e sempre achem que estão sendo usadas e que no final serão abandonadas. O grande desafio deste início de convivência foi quebrar este paradigma e adquirir a confiança dos cooperados para que as atividades pudessem ser realizadas da melhor maneira possível e que os objetivos principais do Projeto fossem alcançados.

A cooperativa vivia um momento em que alguns cooperados estavam indo embora, por causa da baixa renda auferida, cerca de R\$200,00 a R\$ 250,00 mensais na época. Esse fato também foi observado em estudo similar realizado por Maciel, Sena e Saboia (2006). Os autores encontraram casos em que os cooperados deixavam de fazer parte do empreendimento por considerar seus rendimentos insuficientes e compará-los com seus salários advindos de experiências anteriores. Outro fator relevante observado na CANORE foi a falta de respeito mútuo entre eles e a quantidade de brigas e ofensas absurdas, que faziam com que aquele ambiente fosse o mais degradante possível para se conviver.

Conforme demonstram os registros fotográficos, as condições de infraestrutura, organização, limpeza e de trabalho eram as piores possíveis. A máquina de filtragem do óleo de cozinha, doada pelo Projeto Viva Nordeste encontrava-se quebrada e após análise técnica percebeu-se que não seria viável seu reparo e que mesmo em funcionamento não atenderia aos interesses da PETROBRAS, pois o óleo filtrado por ela, não atenderia as especificações de qualidades exigidas para a compra do mesmo.

O pH do óleo ficaria mais ácido que o permitido, inviabilizando a venda para a referida empresa. Após este primeiro contato, que marcou a todos que estiveram presentes, ficou acordado que seria feito um mutirão em conjunto, para que seguindo o princípio da cooperação e trabalho em equipe, fossem dadas condições mínimas de trabalho aos cooperados.

Um dos objetivos do programa era garantir à cooperativa uma formação adequada para a gestão de seus negócios, através da intervenção de professores, voluntários e empresas parceiras.

Todo o planejamento das formações e ações foi feito através de reuniões de trabalho com todos os envolvidos no processo. Essas reuniões foram importantes para a melhor condução dos trabalhos e para serem traçadas as melhores estratégias para que os objetivos principais dos envolvidos no Projeto fossem alcançados.

Figura 6 - Reunião dos grupos de trabalho voluntário em março de 2013 na UNIFACS (Prédio da pós-graduação)



Fonte: Autoria própria (2013).

Foram oferecidos aos membros da cooperativa e voluntários, capacitações nas áreas de informática, segurança no trabalho, educação financeira, meio ambiente e sustentabilidade, logística reversa e realizadas oficinas de reciclagem, para garantir incremento de renda para os membros da cooperativa, visando desenvolver produtos sustentáveis e uma nova tecnologia social direcionada ao processo de filtragem do óleo de cozinha, para ser comprado pela PETROBRAS e utilizado na produção de biodiesel. Como relatam Coelho e Godoy (2011) os cooperados passam a sentir-se melhor preparados e conhecem melhor a organização que estão inseridos quando é oferecido a eles a oportunidade de aperfeiçoamento e capacitação. Muitos chegam, inclusive, a sugerir melhorias na cooperativa que estão inseridos, demonstrando assim, possuírem noções sobre o gerenciamento do negócio.

Figura 7 - Oficinas e capacitações para voluntários e cooperados em abril de 2013 na UNIFACS (PA7-anexo)



Fonte: Autoria própria (2013).

Um dos principais problemas da cooperativa concentrou-se em questões relacionadas ao controle financeiro da mesma. Percebeu-se que esse controle era deficitário, o que prejudicava o bom andamento das atividades da organização. Desta forma ocorreram capacitações e uma orientação constante do Projeto UNIR, para ajudar com esse controle.

Figura 8 - Capacitação em educação financeira em maio de 2013 na UNIFACS (PA7)



Fonte: Autoria própria (2013).

O não preparo e falta de conhecimento dos cooperados na área financeira, mesmo em temas simples como apuração de receitas e despesas, dificultou um melhor acompanhamento. Outro fator relevante foi que a gestão financeira era feita pelo líder da cooperativa, que não apresentava nenhum balanço financeiro aos cooperados. A cooperativa não possuía uma conta bancária própria e os recebimentos oriundos das vendas aos clientes eram depositadas na conta do líder que acabava tendo dificuldades no acompanhamento e que também acabava gerando questionamentos, por parte dos demais participantes do empreendimento.

De acordo com Maciel, Sena e Saboia (2006) existe um certo conflito entre os cooperados que diz respeito a distribuição dos lucros obtidos. Na percepção dos cooperados há uma nítida divisão nos lucros que beneficiaria os que pensam o trabalho, os planejadores, em detrimento dos demais. Os autores ainda afirmam que esse tipo de situação não é combatida nas cooperativas, apesar de amplamente contestada. O mesmo estudo afirma que os cooperados tendem a enxergar os líderes não como colegas, mas como uma espécie de “chefe”, repetindo, portando, as práticas comuns a empresas privadas; esse fato pode ser

explicado pelo fato de os diretores terem sido responsáveis pela fundação da Cooperativa e efetivamente controlarem todas as ações. Além disso, os cooperados, no mesmo estudo, citaram seus líderes como sendo pessoas que possuíam privilégios e melhores rendas quando comparadas as rendas dos restantes dos cooperados. Este comportamento se repete na CANORE constantemente e representa o principal problema existente na cooperativa.

Foi firmada uma parceria com a Loja Ferreira Costa, que doou latas de tinta e massa, vaso sanitário e pisos, dentre outros materiais. Tudo para ser utilizado no mutirão de limpeza e organização a ser realizado.

Figura 9 - Doação do material pela Loja de Material de Construção Ferreira Costa em agosto de 2013



Fonte: Autoria própria (2013).

Conforme afirmam Maciel, Sena e Saboia (2006) em algumas cooperativas existem práticas não condizentes com os princípios desse tipo de organização.

No exemplo levantado pelo estudo dos autores citados, existia uma divisão entre os cooperados; alguns deles buscavam vantagens e privilégios para seu próprio benefício, não levando em conta princípios de equidade comuns para a teoria do cooperativismo.

Um dos fatos mais marcantes observados nesta pesquisa, ocorreu quando foi divulgado pela cooperativa que boa parte do material havia sumido dias depois de dentro do seu galpão. Isto gerou várias reuniões e reflexões e ao fim da investigação, chegou-se à conclusão que houve uma divisão do material entre alguns que, teoricamente, estariam precisando do material para a utilização em suas casas; ou seja, um bem comum foi utilizado de forma a atender interesses individuais.

Esta prática ocorre costumeiramente dentro da cooperativa, reforçando a ideia que o individualismo continua presente em parte de seus membros.

O mutirão acabou ocorrendo num dia de sábado do mês de setembro de 2013.

Figura 10 - Primeiro mutirão de limpeza e organização da CANORE em setembro de 2013



Fonte: Autoria própria (2013).

O trabalho foi desenvolvido em conjunto, mas já neste primeiro contato ficou evidenciado que cerca de dois terços dos cooperados estiveram ausentes no dia e que os poucos presentes tiveram um comportamento de passividade, não se envolvendo na realização do trabalho. A ideia do assistencialismo começou a ser percebida por todos os envolvidos no processo.

Interesses individuais, restrito exercício de participação, oportunismos, presença de práticas clientelistas e a demanda por um “salvador” capaz de resolver todos os problemas relacionados à organização dos catadores foram forças presentes no processo de realização desse projeto. O fato de os catadores não possuírem um histórico de participação em movimentos sociais dificultou a organização destes trabalhadores em prol de interesses coletivos. (BORTOLI, 2009, p. 112).

Uma determinada cooperada comentou: “deixem eles trabalharem que eles estão descansados, eles tem mesmo é que nos ajudar [...] queria ver um deles fazendo a coleta no caminhão ...” Fica evidenciado que a cooperação é uma competência a ser desenvolvida entre os cooperados.

Já em 2014, foi realizado um segundo mutirão de limpeza, agora de uma forma mais estruturada com o apoio da Empresa Revita, que emprestou retroescavadeiras e caçamba, para que fosse feito um trabalho de suma importância para a entrada e saída do material na Cooperativa.

A ideia, definida em conjunto por cooperados e integrantes do projeto, era de deixar livre a área de circulação do caminhão, para que todo o resíduo pudesse ser depositado no fundo da Cooperativa. Inicialmente ocorreria o processo de separação, depois o de prensagem e pesagem do material até a área de expedição que aconteceria na parte da frente da Cooperativa. Isto faria com que o processo ficasse mais ágil, manteria os espaços livres e organizados e haveria um menor desgaste físico e melhor ergonomia no desempenho das funções.

Figura 11 - Segundo mutirão de limpeza e organização da CANORE em março de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Mais uma vez, neste segundo mutirão, a participação dos cooperados ficou a desejar, de acordo com o que era esperado por todos os facilitadores do Projeto. Isto provocou uma inquietação nos professores e voluntários que não entendiam, como algo tão importante para os cooperados não estava motivando-os na proporção esperadas por todos.

Um cooperado comentou: “ [...] não sei porque este trabalho todo, era melhor da forma antiga, eu já estava acostumado naquela bagunça mesmo [...]” a intenção do projeto era de empoderá-los, fazer com eles e não para eles e esta foi a premissa de todo o trabalho realizado durante o período pesquisado.

Mensalmente ocorriam na própria cooperativa, reuniões com todos os envolvidos. Estes encontros sempre eram pautados por muitas discussões e brigas entre os cooperados. Acusações mútuas, conflitos do passados sendo sempre retomados e prejudicando uma relação saudável no presente, e ficava claro que o lugar não representava uma cooperativa e sim um local onde um determinado grupo de pessoas mandava e explorava os demais, baseado na força e antiguidade na CANORE e que de alguma forma obtinham privilégios que não condizem mais uma vez com os princípios da ética, moralidade, equidade e justiça.

Figura 12 - Reuniões na CANORE em abril de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Bortoli (2009) identificou uma série de entraves para o desenvolvimento e melhor organização das cooperativas; dentre elas a autora cita que o convívio entre os cooperados não era dos melhores; eram comuns o excesso de brigas até mesmo por motivos que nada tinham a ver com o propósito da cooperativa. É citado, também, a falta de princípios de solidariedade e humildade entre os cooperados.

Fica evidenciado, portanto, que este tipo de comportamento é comum em cooperativas de coleta seletiva.

No final de 2013, através da atuação dos professores do UNIR, foi submetido o Projeto Reciclando se Faz Renda, ao Prêmio Santander Universidade Solidária. Esta iniciativa rendeu a UNIFACS uma premiação de R\$100.000, 00 (Cem mil reais), para serem aplicados na CANORE num período de dois anos.

O objetivo deste projeto era prestar assessoria técnica e acompanhar o processo produtivo da CANORE, de modo a dinamizar sua produção e proporcionar um incremento da renda dos cooperados.

O projeto Santander universidade, através da Universidade Solidária (UNISOL), tinha por missão promover vivências e intercâmbio de conhecimento entre universitários e comunidades de todo o país, influenciando diretamente no desenvolvimento local, no fortalecimento da pesquisa e extensão universitária e na formação cidadã dos futuros profissionais.

Figura 13 - Reunião do Santander Universidades em São Paulo em abril de 2014



Fonte: Projeto Reciclando se faz renda (2014).

O Projeto disponibilizou uma formação em alfabetização para os cooperados, baseada nos conceitos de Paulo Freire⁶, denominada Alfabetização Solidária (ALFASOL) que tem como objetivo disseminar e fortalecer o desenvolvimento social por meio de práticas educativas sustentáveis. A formação teve início com a participação de cerca de vinte cooperados, mas no decorrer do tempo apenas quatro conseguiram finalizá-la. Foi oferecido um local próximo a CANORE, o Centro Comunitário da Pituba, para a realização das atividades e ofertado um lanche, ou seja, todas as condições foram criadas, mas nem todos demonstraram o interesse nem se esforçaram para participar e aprender. Mais uma vez evidenciam-se atitudes que não coadunam com a prática da cidadania.

Figura 14 - Formação do ALFASOL no Centro Comunitário da Pituba de maio a dezembro de 2014



Fonte: Projeto Reciclando se faz renda (2014).

⁶ Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização baseado nas experiências de vida das pessoas. Em vez de buscar a alfabetização por meio de cartilhas e ensinar, por exemplo, “o boi baba” e “vovó viu a uva”, ele trabalhava as chamadas “palavras geradoras” a partir da realidade do cidadão. Por exemplo, um trabalhador de fábrica podia aprender “tijolo”, “cimento”, um agricultor aprenderia “cana”, “enxada”, “terra”, “colheita” etc. A partir da decodificação fonética dessas palavras, ia se construindo novas palavras e ampliando o repertório. (SOARES, 2013).

Outro ponto importante a ser analisado é a relação do catador com questões relacionadas a saúde. Para Medeiros (2006) é importante relacionar a atividade do catador especificamente a vida diária com resíduo e a carga mais pesada de trabalho em questão com possíveis problemas e condições de saúde. Com o intuito melhorar as condições de saúde dos cooperados foram desenvolvidas ações de saúde coletiva através do Projeto Cuidar na CANORE.

Figura 15 - Projeto cuidar na CANORE ação de saúde coletiva em maio de 2014



Fonte: Projeto UNIR (2014).

Os cooperados tiveram acesso a exames de clínicos e laboratoriais durante o processo e atendimentos proporcionados pela Escola da Saúde da UNIFACS.

Figura 16 - Projeto cuidar na CANORE - vacinação da comunidade em geral em junho de 2014



Fonte: Projeto UNIR (2014).

Por duas vezes, a CANORE se transformou em Posto de Vacinação para atendimento a toda a comunidade. Esta ação fez com que, de uma certa forma, a comunidade local começasse a se aproximar mais da cooperativa.

Figura 17 - Projeto cuidar na CANORE - alunos aplicando massagem nos cooperados em julho de 2014



Fonte: Projeto UNIR (2014).

Serviços de massagem também foram oferecidos, visto que várias cooperados se queixavam de dores nas costas em virtude do tipo de trabalho e da postura inadequada para a sua realização. Durante o projeto foi encontrada uma caixa com remédios encontrados pelos cooperados misturados aos resíduos, onde sua grande maioria estava com a data de validade vencida, e mesmo assim eram utilizados por todos. Outro fator relevante entre parte dos cooperados é o uso abusivo do álcool. Como forma de prevenção e conscientização também foi oferecido um encontro para se mostrar os riscos destas condutas citadas.

Figura 18 - Roda de conversa na CANORE sobre o uso abusivo de remédios e de drogas em agosto de 2014



Fonte: Projeto UNIR (2014).

Existiam também os encontros com os consultores do Projeto Santander Universidades, que vinham semestralmente acompanhar o projeto e verificar se as metas estavam sendo cumpridas, mediante o cronograma físico/financeiro pactuado na parceria firmada. Tudo tinha que ser realizado mediante a participação dos cooperados. Qualquer decisão devia ser tomada em conjunto, fazendo com que todos se sentissem participantes do processo. É o fazer “com” e não “para”.

Figura 19 - Visita dos consultores do Santander Universidades a CANORE em dezembro de 2014

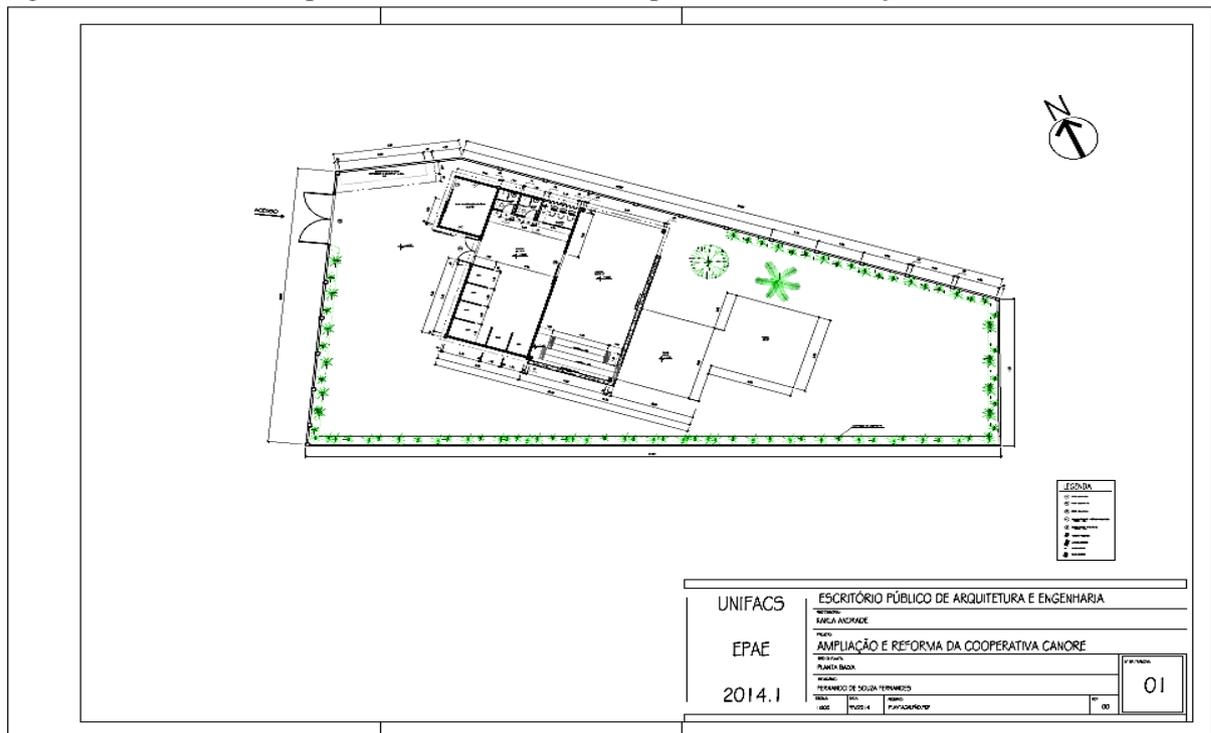


Fonte: Autoria própria (2014).

Nestes encontros percebeu-se claramente que os cooperados procuravam se comportar da melhor forma possível, procurando minimizar questões internas ou qualquer ponto que poderia ser melhorado no andamento do projeto. Nota-se desta forma que o intuito era apresentar a melhor imagem possível, para que não houvesse rupturas e prejuízos para a cooperativa.

No mês de março de 2014 teve início o projeto de recuperação das instalações físicas da CANORE, a partir da elaboração da planta baixa pelo Escritório Público de Arquitetura e Engenharia da UNIFACS (EPAE). Esta iniciativa mostra mais uma ação em conjunto desenvolvida por áreas distintas da Universidade, evidenciando o interesse real da Instituição em realizar ações de extensão comunitária, fortalecendo o tripé de ensino, pesquisa e extensão e promovendo o desenvolvimento regional, que inclusive está registrado em sua missão organizacional.

Figura 20 - Planta da Cooperativa CANORE realizada pelo EPAE em março de 2014



Fonte: Projeto UNIR (2014).

O projeto foi desenvolvido após várias reuniões com os cooperados, para que o mesmo atendesse a todas as suas necessidades, mais uma vez várias discussões e brigas ocorreram, pois os mesmos não chegavam a um acordo que atendesse a sua grande maioria. Havia também a limitação do recurso financeiro disponibilizado pelo Projeto Santander Universidades, que era disponibilizado mediante a entrega dos relatórios e acompanhamento físico financeiro da obra. Também existia todo o controle determinado pela área de compras UNIFACS, com a entrega de no mínimo três orçamentos e posteriormente as notas fiscais dos serviços prestados, para cada etapa a ser realizada. Estes fatores trouxeram limitações e algumas dificuldades nos andamentos dos processos, principalmente porque os cooperados não entendiam esta burocracia. Na cabeça deles o recurso estava em posse dos professores, que de acordo com as necessidades poderiam comprar materiais e atender as demandas da cooperativa. Alguns chegaram a desconfiar da possibilidade dos professores estarem ficando com parte do recurso. Vale ressaltar que cada centavo era depositado numa conta específica que a UNIFACS abriu para a execução do projeto e que em nenhum momento a equipe do projeto teve acesso a qualquer quantia. De certa forma isto incomodou no início os professores, mas que tinham que compreender esta postura como justificado pelo histórico de vida dos cooperados.

A obra começou pela construção de mais um banheiro e reforma do outro e do escritório.

Figura 21 - Reforma dos banheiros e escritório da CANORE em março de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Durante toda a reforma a empreiteira que fez os serviços relatou que teve diversas dificuldades na interação com alguns cooperados que a todo momento atrapalhavam o andamento da obra e reclamavam que a mesma estava retardando o seu trabalho e que não concordavam com o que estava sendo realizado. Eles não conseguiam chegar a um consenso geral e sempre havia uma parte insatisfeita com qualquer decisão que fosse tomada. Este comportamento estava impregnado em cada um deles. Muitas vezes se comportavam como se inimigos fossem. Ocorreu a concretagem de parte do fundo do espaço, para se ter uma área segura e resistente para o trabalho.

Figura 22 - Concretagem da área do fundo da CANORE em abril de 2014



Fonte: Autorial própria (2014).

Também foi feita a limpeza de toda área externa a cooperativa, para servir de circulação do caminhão.

Figura 23 - Área da CANORE de circulação do caminhão em abril de 2014



Fonte: Autorial própria (2014).

Um fator importante ocorrido na CANORE ocorreu quando em 2014 a cooperativa foi beneficiada por dois projetos ligados ao Banco do Brasil: um que disponibilizou um caminhão baú, para ser utilizado em tempo integral pela cooperativa, o que facilitou imensamente a

coleta e entrega de materiais e um outro projeto que disponibilizou um carro, por dois dias em cada semana, para que fosse feita a coleta de óleo de cozinha nos restaurantes parceiros e posteriormente a entrega ao cliente PETROBRAS.

Apesar dos diversos benefícios advindos com a chegada destes dois veículos, alguns problemas ocorreram, como por exemplo: sete multas de trânsito, colisão com carro particular gerando prejuízo, falta de um plano de manutenção, inclusive com a não entrega das notas fiscais dos serviços realizados e a utilização dos veículos de forma particular. Os líderes decidiram que as multas e o prejuízo com a colisão iriam ser rateados por todos os cooperados e mesmo com diversas contestações esta foi a decisão tomada.

Figura 24 - Caminhão e carro utilizados pela CANORE a partir de abril de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Este fato deixou todos os cooperados com uma renda reduzida pela metade, por mais de 4 meses consecutivos.

Um dia importante na CANORE foi quando os cooperados se uniram para locomoverem a esteira para o fundo da Cooperativa. Após inúmeras solicitações para que eles se reunissem e pedissem ajuda a comunidade para fazer a atividade, pois a esteira tinha um peso elevado, os professores do projeto disseram que iriam deixar de realizar as ações na cooperativa, caso o trabalho não fosse feito. No dia seguinte, os mesmos enviaram as fotos da intervenção e disseram que o trabalho tinha sido realizado. Ficou evidente que a cultura da ameaça e possível perda foi o fator gerador desta ação em conjunto.

Figura 25 - Locomoção da esteira da entrada para o fundo da CANORE em maio de 2014



Fonte: Cooperativa CANORE (2014).

Os atos na CANORE tiveram como objetivo o planejamento e a execução das seguintes ações:

- Organizar o espaço de coleta de materiais recicláveis, que vai da separação do lixo, da sua condução até o galpão onde os mesmos são armazenados para ser transportados e comercializados;
- Contribuir para que os cooperados passem a executar suas atividades laborais em grupo, de forma ordenada e organizada, para minimizar os aspectos insalubres;
- Informar sobre a importância da qualidade de vida, no quesito saúde, trabalhando com equipamento de proteção individual (EPI) e não se alimentar de alimentos encontrados no lixo, nem utilizar medicamentos descartados;
- Transportar os materiais coletados com segurança e rapidez;
- Capacitação dos membros da CANORE para a execução das atividades cotidianas, através de planos de trabalhos, cursos sobre diversos temas como: saúde do trabalhador, empreendedorismo, cooperativismo, análise contábil, administração dentre outros.

Ficou evidenciado que boa parte dos cooperados não tinham consciência do seu papel, das atividades a desempenhar e da visão de processo produtivo. Estudos similares como os de Bortoli (2009) e Maciel, Sena e Saboia (2006) evidenciaram esse tipo de situação.

No que diz respeito à apropriação de conhecimento sobre a organização do processo de trabalho, 50% dos catadores afirmaram ter se apropriado dos instrumentos de registro. Entretanto, 87% disseram não saber como organizar a divisão da produção. (BORTOLI, 2009, p. 111).

Percebeu-se no estudo realizado pelos autores anteriormente citados que apesar das dificuldades inerentes a condição que encontram-se os cooperados, os mesmos demonstram possuir o sonho de melhores condições de vida e veem na cooperativa um instrumento para alcançar essas melhorias.

Apesar de não terem uma ideia clara de seu papel na estrutura da cooperativa e de se ressentirem com os dispositivos inerentes ao tipo de remuneração recebida, as expectativas dos participantes da pesquisa são positivas e estão mescladas por idealizações, desejos e vontade de mudança. De uma certa forma, a cooperativa é percebida como este espaço para mudanças e como uma situação que permite a viabilização de projetos pessoais e coletivos num contínuo processo de superação de crises. (MACIEL; SENA; SABÓIA, 2006, p. 547).

A partir da realização das melhorias no processo foi verificada a necessidade de se alterar a mecânica de funcionamento da cooperativa. Toda a operação foi desenhada para funcionar da seguinte forma:

Figura 26 - Desenho das etapas da produção



Fonte: Autoria própria (2014).

O recebimento dos resíduos passa a ocorrer nos fundos da cooperativa.

Figura 27 - Recebimento dos resíduos coletados em agosto de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Após o recebimento dos resíduos (papeis, plásticos, papelões e metais) ocorre a separação e colocação dos mesmos em *bags* (sacos) e posteriormente a armazenagem.

Figura 28 - Separação dos resíduos coletados em setembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

A etapa seguinte é a da prensagem. Este trabalho é importante, pois o material prensado ocupa menos espaço e fica no formato de fardos, facilitando a movimentação e armazenagem.

Figura 29 - Prensagem dos resíduos separados e formação de fardos em setembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

O manuseio da prensa exige uma técnica e procedimentos de segurança, para evitar acidentes. Constantemente os cooperados eram alertados para seguir as orientações, mas por diversas vezes foram flagrados colocando material com a prensa em funcionamento. Questões como esta mostram a dificuldade de boa parte de grupo em seguir regras e padrões refletindo negativamente na questão do cumprimento correto de seus deveres. A etapa de pesagem dos fardos, acaba tendo grande importância, pois o material é vendido por peso, desta forma este tipo de controle faz com a cooperativa não seja lesada em sua comercialização.

Figura 30 - Pesagem dos fardos em setembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Também na pesagem os cooperados não seguiam o procedimento correto definido por todos. Por diversas vezes eles não pesavam os fardos, alegando que esta atividade era muito desgastante. Ao enviar o material para a venda, sem a devida pesagem, a CANORE tinha que aceitar o peso determinado pelo comprador do material. A própria liderança da Cooperativa apoiava esta decisão, inviabilizando qualquer tipo de controle e gerenciamento de uma atividade que está diretamente ligada a obtenção de receita. As informações dos valores também não eram divulgadas de forma clara e isto sempre provocava discussões e desgastes, que infelizmente se tornaram algo habitual.

Figura 31 - Movimentação dos fardos em setembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

A movimentação dos fardos, nem sempre era feita com o equipamento existente e correto para tal atividade. Muitos preferiam “rolar” os fardos, o que sem dúvidas, gera problemas ergonômicos, devido a força e movimentação inadequada da coluna.

Os fardos de papel e papelão sempre ficam armazenados dentro do galpão, evitando problemas com a chuva. Os fardos de plásticos e metal podiam ficar armazenados na parte externa quando havia necessidade.

Figura 32 - Armazenagem dos fardos em setembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

A última etapa do processo é a expedição, quem ter por objetivo fazer com que o material chegue ao seu d

Figura 33 - Expedição dos fardos para comercialização em setembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

O caminhão adentra a cooperativa na marcha ré e é estacionado o mais próximo possível da porta de entrada do galpão facilitando a colocação e armazenagem do material.

Além dos resíduos já citados anteriormente, a coleta e filtragem do óleo de cozinha realizada pela cooperativa, representa sua maior receita.

Todo o óleo era filtrado manualmente pela cooperada Maria, sem a utilização de EPIs e em condições ergonômicas não condizentes com as normas permitidas. Na figura 34, uma visita do Técnico da PETROBRAS, para averiguação da qualidade do óleo.

Segundo o Engenheiro Ashton (2014), o óleo da CANORE é um dos melhores das vinte cooperativas que a empresa coleta. Desta forma o objetivo do projeto é garantir que o

processo de filtragem do óleo possa repercutir positivamente em favor de melhorias das condições de trabalho e que cause um impacto social e ambiental na CANORE.

Figura 34 - Técnico da PETROBRAS, fazendo a coleta do óleo para os testes de controle da qualidade em outubro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Outras ações do Projeto, no aspecto relacionado ao processo do óleo de cozinha foram as seguintes:

- Desenvolver tecnologia social que dinamize a escoação da produção do óleo de cozinha coletado, que representará um incremento de 60% na renda dos cooperados;
- Firmar parcerias estratégicas com empresas de alimentação, condomínios do entorno do bairro (Pituba, Itagira e Rio vermelho) para dinamizar a coleta de óleo.

Na questão do desenvolvimento da Tecnologia Social, a máquina sugerida inicialmente não atendia às necessidades específicas do comprador do resíduo (Petrobras), desta forma foi trabalhada de forma conjunta a construção um novo projeto para o processamento do resíduo, com base nas especificações sugeridas pelo avaliador da Petrobrás. A substituição consistiu na aquisição de duas bombas hidráulicas, e um decantador que deixou o processo mais simples e eficiente.

Inicialmente foi construído um novo espaço para a execução de todo o processo de recebimento, filtragem e armazenagem do óleo.

Figura 35 - Construção da casa do óleo e espaço para armazenagem em outubro e novembro de 2014



Fonte: Autoria própria (2014).

Os cooperados que trabalhavam diretamente com o processamento do óleo receberam EPIs e foram capacitados em sua utilização, mas também seguindo o exemplo anterior não era constante a utilização dos mesmos durante o trabalho.

Os cooperados não mencionaram nenhum acidente de trabalho relacionados com o processo de catação. Atribui-se essa situação ao fato de essas pessoas apenas considerarem acidente de trabalho aquele que tem o potencial de incapacita-la ao exercício de suas funções. Acidentes mais simples, que não deixem sequelas evidentes e incapacitantes geralmente são negligenciados pelos cooperados.

Figura 36 - Treinamento e entrega dos EPIs para o processo do óleo em novembro de 2014



Fonte: Reciclando se Faz Renda (2014).

A utilização correta dos EPIs promove a segurança do cooperado, evitando acidentes e contaminações, preservando a saúde e capacidade de trabalho.

O uso de EPIs diminuiu os riscos e a insegurança no trabalho: 62% afirmaram que as condições de trabalho melhoraram, conquanto ainda existissem riscos. Constatou-se que somente 62% utilizavam os EPIs adequadamente. Para os catadores, a utilização adequada do maquinário, bem como dos EPIs, depende de mais tempo. (BORTOLI, 2009, p. 111).

O processo da filtragem do resíduo óleo foi sistematizado e houve uma necessidade de implementação da metodologia, da capacitação dos cooperados, do acompanhamento das atividades e da avaliação e controle dos resultados para a melhoria contínua dos procedimentos. Para tanto, foi necessário um acompanhamento sistemático do dia a dia de trabalho com a nova máquina, um olhar sensível e uma escuta diária das falas dos cooperados, acerca dessa tecnologia, com vistas a contribuir com o empoderamento de todos, de forma participativa e autônoma. Em algum momento o processo ainda era realizado da forma anterior, mesmo com todo o trabalho de orientação e conscientização realizado.

O novo processo de filtragem do óleo ficou pronto e com os equipamentos instalados, após grande estudo realizado e mediante um grande esforço do grupo de tecnologias sociais, representada pelo Professor Protásio.

Figura 37 - Novo processo de filtragem do óleo de cozinha em janeiro de 2015



Fonte: Reciclando se Faz Renda (2015).

As etapas do novo processo foram: instalação da bomba manual; bomba elétrica de engrenagem utilizada na transferência do resíduo de óleo do decantador para os tanques de armazenamento; utilização da peneira como filtro, utilizada no recipiente no qual o fornecedor armazena o resíduo de óleo; funcionamento da bomba manual.

Todas as ações ocorridas nas CANORE foram desenvolvidas conjuntamente com os cooperados, pois o intuito sempre foi o de fortalecer o sentimento de pertencimento dos mesmos. Foram inúmeras as reuniões de planejamento e verificação de tudo que estava ocorrendo no dia a dia dos cooperados.

Foi uma das poucas vezes que se percebeu no grupo uma atitude firme, harmônica e consciente do que efetivamente era importante para a cooperativa. Foi levantado em assembleia de os cooperados queriam a mudança do conselho gestor e a maioria absoluta dos presentes foi a favor. Neste momento notou-se que houve um empoderamento e que eles foram agentes de mudança de sua própria realidade. Foi eleita um novo conselho, em sua maioria formado por mulheres e a partir de então passou a conduzir a gestão da CANORE.

Figura 40 - Assembleia para a escolha do novo conselho gestor da CANORE em outubro de 2015



Fonte: Projeto UNIR (2015).

A partir dessa nova gestão a cooperativa conseguiu regularizar a conta bancária e a demonstração de contas passou a ocorrer de forma transparente passando a não ser mais questionada. Começaram a ser implantados os controles administrativos e financeiros, com o apoio dos professores do projeto.

Controles como livro caixa, extrato bancário, horas de trabalho, fluxograma de atividades e nota fiscal começaram lentamente a serem introduzidos e assimilados. Este acompanhamento passou a ser feito pela ação de duas cooperadas, que, através da orientação dos professores já conseguem realizar o trabalho mensalmente.

A seguir serão apresentadas tabelas com informações relativas ao ano de 2015, embora a pesquisa tenha abrangido os anos de 2013 e 2014, não existiam informações disponíveis (organizadas ou não).

A tabela 1 apresenta um controle que começou a ser feito, mesmo que de forma insipiente, através de um fluxo de caixa. Devido a não transparência dos valores nem documentos apresentados, não podem ser considerados como reais, mas fica evidenciado

lentamente que a cooperativa começa a fazer algum controle, o que já representa uma mudança importante de comportamento.

Tabela 1 - Controle de caixa da CANORE - mês de dezembro de 2015

Data	Descrição	Empresa	Entrada	Saída	Saldo	Pagamento
01/12/2015	Alumínio/ Cobre	MM.Metais	R\$ 1.561,30			Dinheiro
01/12/2015	PG/Motorista			R\$ 400,00	R\$ 1.161,30	
03/12/2015	PG/da Prensa			R\$ 700,00		
03/12/2015	Papel branco					
03/12/2015	Plástico/sopro	Atravessador	R\$ 1.010,00			Dinheiro
04/12/2015	Plástico	Bahia Ecologia	R\$ 1.156,00			Cheque/Sacado
04/12/2015	Pet	Bahia Ecologia	R\$ 1.859,00			Cheque/Sacado
04/11/2015	Papelão	Sapelba	R\$ 2.147,00			Cheque/Sacado
04/11/2015	Plástico/sopro	(Atravessador)	R\$ 1.060,00			Dinheiro
04/11/2015	Alumínio/cobre	M.M.Metais	R\$ 550,00			Dinheiro
16/12/2015	Papel branco	Bahia Ecologia	R\$ 947,20			Cheque/Sacado
16/12/2015	Pet	Bahia Ecologia	R\$ 416,00			Cheque/Sacado
16/12/2015	Sopro	Bahia Ecologia	R\$ 144,00			Cheque/Sacado
16/12/2015	Alumínio/ Cobre	M.M.Metais	R\$ 1.757,30			Dinheiro
23/12/2015	Alumínio/ cobre	M.M.Metais	R\$ 502,30			Dinheiro
30/12/2015	Alumínio/ Cobre	M.M.Metais	R\$ 473,70			Dinheiro
			R\$ 13.583,80			

Fonte: Projeto Reciclando se Faz Renda (2015).

A maior rentabilidade na venda dos resíduos é proveniente da venda do óleo, seguido pelo papelão e depois pelas garrafas pet, segundo dados coletados junto a cooperativa. Atualmente a CANORE recolhe e comercializa em média 6000 litros de óleo por mês e vende por R\$ 1,45⁷.

A tabela 2, a seguir, indica os produtos com maior valor agregado coletados pela Cooperativa.

Tabela 2 - Produtos com maior valor agregado da CANORE - mês de dezembro de 2015

Produtos com maior valor agregado	Valor (1000 kg)	Tempo médio necessário para atingir 1000 kg	Renda anual
Cobre	R\$ 11.000,00	6 Meses	R\$ 22.000,00
Garrafa Pet	R\$ 1.500,00	2 Meses	R\$ 9.000,00
Óleo de Cozinha	R\$ 1.450,00	5 Dias	R\$ 105.000,00

Fonte: Projeto UNIR (2015).

⁷ Valor estimado. Não existe transparência nas informações financeiras, apesar de insistentes orientações da equipe de professores.

A tabela 3 apresenta os produtos mais comercializados pela CANORE. Ambas as tabelas informam qual a participação de cada produto na formação da renda anual da cooperativa. Através da comparação entre os resultados, é possível perceber que o incremento da renda dos cooperados pode ser garantido através de uma ampliação da comercialização do óleo de cozinha.

Tabela 1 - Produtos mais comercializados pela CANORE em 2015

Produtos mais vendidos	Valor (1000 kg)	Tempo necessário para atingir 1000 kg	Renda anual
Papelão Prensado	R\$ 200,00	6 Dias	R\$ 12.000,00
Papel	R\$ 270,00	6 Dias	R\$ 16.200,00
Óleo de Cozinha	R\$ 1.450,00	5 Dias	R\$ 105.000,00

Fonte: Projeto UNIR (2015).

A figura a seguir, revela uma das melhorias propostas pelo grupo atuante na CANORE, onde foi sugerido que os cooperados utilizassem um sistema para verificação e controle mensal das horas trabalhadas, esse modelo possibilitou um melhor acompanhamento por parte dos cooperados. Ainda existem aqueles que se negam a preencher e dizem que trabalham muito e não precisam ficar anotando num “pedaço de papel”. Mas estes controles são importantes e a expectativa é que ao longo do tempo sejam internalizados por todos.

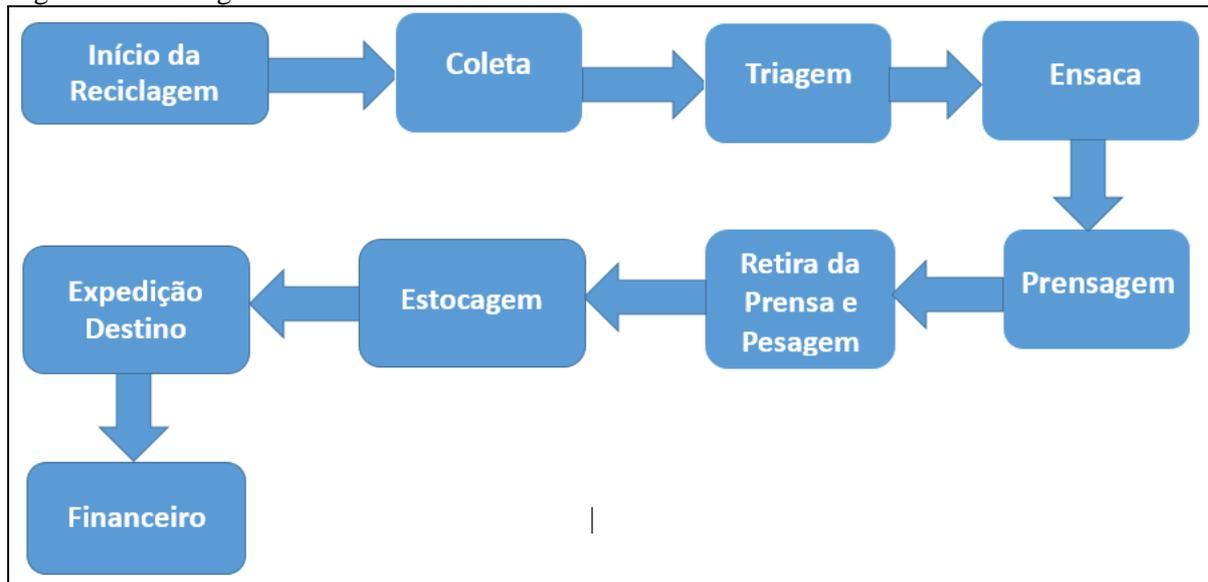
Figura 41 - Modelo de controle de horas de trabalho

 CONTROLE DE HORAS DE TRABALHO							
NOME DO COOPERADO:						MÊS:	
ASSINATURA DO COOPERADO:							
DATA	ENTRADA	SAÍDA	ALMOÇO	ENTRADA	SAÍDA	ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
01							
02							
03							
04							
05							

Fonte: Projeto Reciclando se Faz Renda (2015).

A figura 42 apresenta todas etapas do processo da cooperativa. As ações incrementadas na CANORE tiveram como um de seus objetivos a melhoria de sua produção e logística. Mesmo após o desenho deste fluxograma e constante treinamento e acompanhamento. Os cooperados muitas vezes continuam a não cumprir estas etapas, prejudicando todo o processo produtivo.

Figura 42 - Fluxograma de trabalho CANORE



Fonte: Projeto Reciclando se Faz Renda (2015).

Uma das sugestões para melhor controle dos recebimentos dos integrantes da cooperativa foi o estabelecimento de um sistema de controle via recibos, como o apresentado na figura a seguir; através dele os cooperados também tiveram a possibilidade de ter a comprovação da movimentação de caixa da CANORE.

Figura 43 - Recibo de pagamento de produção cooperativista

RECIBO DE PAGAMENTO DE PRODUÇÃO COOPERATIVISTA

Valor bruto:
Descontos:
Valor líquido:

_____, CPF nº _____,

declaro que recebi da **COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DA NOVA REPÚBLICA**, CNPJ 14.863.428/0001-72, localizada à Av. Nova República nº 146, Santa Cruz, Amaralina, CEP 41925-195, Salvador-BA, a quantia líquida de R\$ _____, referente às operações cooperativistas realizadas no mês de _____ de 201 ____.

Fonte: Projeto Reciclando se Faz Renda (2015).

A figura abaixo trata-se do recibo de entrega dos produtos, que tem por objetivo o acompanhamento dos produtos de que deixam a cooperativa.

Figura 44 - Recibo de entrega de produtos

RECIBO DE ENTREGA DE PRODUTOS			
CNPJ: 14.863.428/0001-72		DATA: ___/___/___	
Razão Social: COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DA NOVA REPÚBLICA – CANORE Endereço: Av. Nova República, nº 188 - Nordeste de Amaralina, CEP: 41925-195 Salvador/Bahia			
Cliente: Razão Social:			
CNPJ:			
TIPOS DE PRODUTOS			
ALUMINIO DURO		OLEO	PLASTICO DURO
ALUMINIO MOLE		PAPELAO	SOPRO
BALDE/BACIA		PLASTICO BRANCO	VIDRO BRANCO
FERRO		PLASTICO COLORIDO	VIDRO COLORIDO
Nº LOTE	PESO	Nº LOTE	PESO

Fonte: Projeto Reciclando se Faz Renda (2015).

Além das relações de trabalho, o próprio cooperativismo proporciona desenvolvimento das relações interpessoais. Dentro da cooperativa existiam alguns momentos de descontração e demonstração de amizade e respeito entre seus membros. Existiam grupos que estavam mais juntos e conseguiam nutrir estes sentimentos.

Figura 45 - Momento de fraternidade entre membros da cooperativa em dezembro de 2015



Fonte: Projeto UNIR (2015).

Para Petersen (2014) “a construção da cidadania, dentro da sociedade como um todo, pressupõe a existência de espaços que viabilizem a construção de vínculos afetivos entre seus semelhantes, e onde as pessoas possam sentir-se, ao mesmo tempo, autoras e protagonistas de sua própria história” (PETERSEN, 2014, p. 494).

A CANORE ainda não representa este espaço de formação de vínculos. Este processo está em construção e requer um maior tempo de maturação.

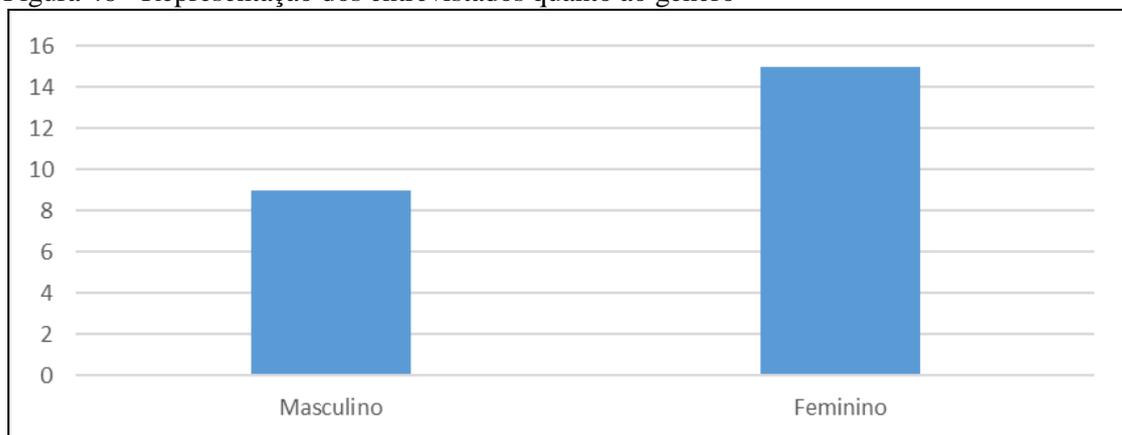
4.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS COOPERADOS

Serão abordados em duas partes nesta seção. A primeira parte refere-se a um questionário com perguntas abertas e fechadas e a segunda trata da entrevista fenomenológica propriamente dita, a fala dos personagens e a interpretação do pesquisador.

4.3.1 Entrevista semiestruturada

Neste tópico da presente dissertação serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação das entrevistas com os cooperados da CANORE. Dos 24 entrevistados, 15 – ou 62,5%, tinham idade entre 19 e 40 anos à época da realização da pesquisa, ou seja, havia um predomínio de jovens trabalhando na CANORE. Trabalho similar, realizado por Medeiros (2006) determinou que a faixa etária com o maior número de cooperados era a entre 30 e 60 anos; percebe-se, portanto, uma diferença quanto aos dados encontrados por esse pesquisador. Quanto a etnia, a maioria 62,5% se declararam negros ou pardos. Quanto ao gênero, 62,5% dos entrevistados foram mulheres conforme pode-se observar no gráfico a seguir:

Figura 46 - Representação dos entrevistados quanto ao gênero



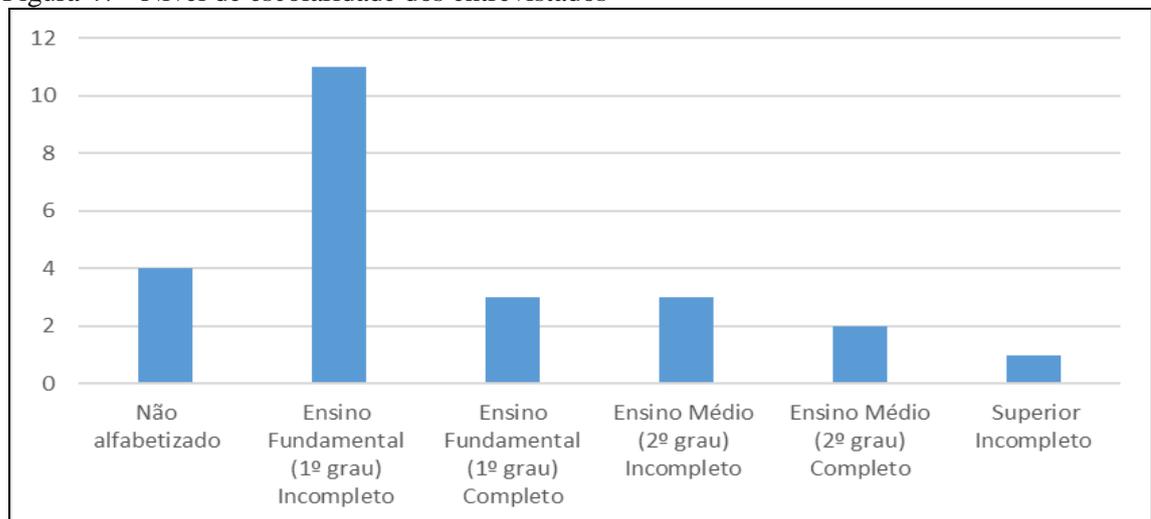
Fonte: Elaboração própria (2015).

No quesito escolaridade, 45,88% dos cooperados chegaram a cursar o ensino fundamental, porém não o concluíram. Essa informação é similar a encontrada nos estudos de Medeiros (2006); esse fator segundo a autora é crucial para a baixa autoestima encontrada nessas pessoas no momento em que se sentem excluídas da sociedade por ter baixa escolaridade.

Estudo realizado por Carvalho (2008) a partir de achados similares aos da presente Dissertação avaliou que o relacionamento entre os cooperados não é prejudicado devido a questões de idade, gênero, escolaridade; pelo contrário, segundo a autora os cooperados se sentem menos rejeitados dentro de seu ambiente de trabalho, o que facilitaria uma maior cooperação e entendimento entre eles.

Depreende-se que a baixa escolaridade, assim como a idade e as peculiaridades do trabalho relacionado a coleta seletiva é um elemento aglutinador do grupo e pode e deve ser considerado em estudos que reportem o cooperativismo nestas condições. Aspectos cruciais nas relações de trabalho, como equidade de renda ou “justiça” nas distribuição dos resultados do trabalho, nestes casos, não são tão importantes para os cooperados como a acolhida pelo grupo, permitindo assim a existência de fatos nitidamente prejudiciais ao grupo, mas de certa forma aceito pela maioria em nome desse convívio.

Figura 47 - Nível de escolaridade dos entrevistados



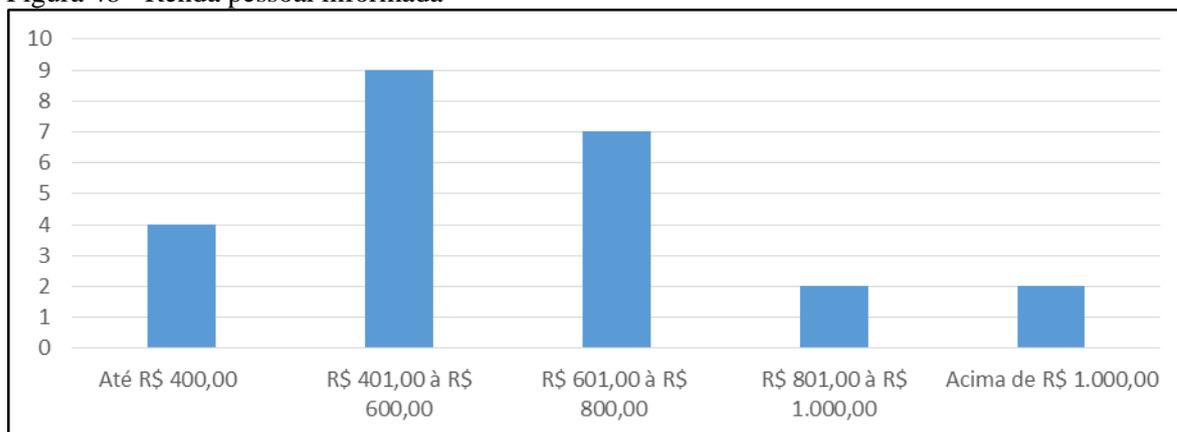
Fonte: Elaboração própria (2015).

A maioria absoluta dos entrevistados, cerca de 83%, relataram possuir renda inferior a um salário mínimo, dentre eles, 37,5% declararam renda entre 400 e 800 reais; apenas 2 dos cooperados que responderam a entrevista afirmaram possuir renda superior a 1000 reais. Onze dos entrevistados, ou cerca de 46% são os únicos responsáveis pelo sustento da família. Carvalho (2008) salienta que essa renda de até um salário mínimo tem como finalidade para

uma parte considerável dos cooperados em seu estudo a ajuda a outros membros de suas famílias, tais como filhos e netos.

Na figura a seguir é possível determinar a segmentação dos cooperados por faixas de renda,

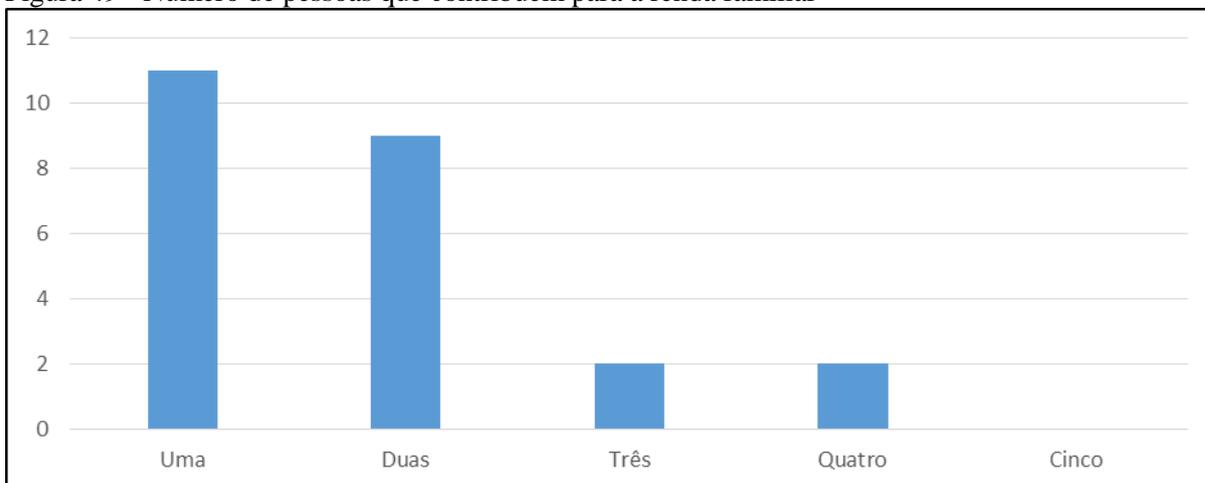
Figura 48 - Renda pessoal informada



Fonte: Elaboração própria (2015).

A seguir tem-se informações referentes a quantidade de pessoas responsáveis pela renda total nas famílias de cada cooperado.

Figura 49 - Número de pessoas que contribuem para a renda familiar



Fonte: Elaboração própria (2015).

Parte-se agora para a análise das respostas dos cooperados quando as perguntas se referem a cidadania. Quando questionados acerca do conceito de cidadania, algumas respostas se repetiram; grande parte dos entrevistados respondeu à pergunta afirmando que cidadania corresponde a ações de ajuda ao outro, através de atitudes de companheirismo, respeito. Outros responderam que cidadania é a possibilidade de exercer direitos e deveres perante a

sociedade. Alguns ainda relataram que cidadania reflete a capacidade de se trabalhar bem em grupo respeitando-se as diferenças individuais.

Todos os entrevistados responderam que são bons cidadãos. Ao serem instigados a darem exemplos de aplicação dessa cidadania relacionando-os com aspectos de solidariedade eles em sua maioria citaram que são pessoas esforçadas, honestas que ajudam o próximo, trabalham de forma correta, ajudam os familiares, não prejudicam os colegas e não se envolvem em discussões.

Os entrevistados foram questionados se alguma vez já teriam sido desrespeitados na CANORE. Apenas 3 participantes afirmaram nunca terem sofrido desrespeito. A maioria relatou ter sido acusada de furtar equipamentos da cooperativa, 2 citaram envolvimento com brigas e ameaças de agressões físicas. Dois cooperados relataram agressões verbais por parte do próprio presidente da CANORE.

Os cooperados foram questionados, por fim, sobre como exercem seu papel de cidadão. As respostas variaram entre as seguintes:

- Ajudando todo mundo, mas lutando pelos meus direitos
- Sempre procuro meus direitos;
- Fazendo minhas tarefas com responsabilidade e cumprindo horários
- Procuro ser receptiva e fazer o meu papel dentro da CANORE;
- Estando sempre atento as minhas obrigações e direitos;
- Cumprindo minhas obrigações e afazeres;
- Buscando sempre fazer o melhor;
- Tento exercer, mas encontro dificuldades neste meio que vivo (sic).

4.3.2 Entrevista fenomenológica

Passa-se agora para os resultados da entrevista fenomenológica. Para Giorgi (1986 apud SADALA, 2004, p. 2) a fenomenologia ocupa-se inicialmente da descrição das situações cotidianas. É importante destacar que isso se dá a partir do olhar do pesquisador.

Neste momento, é importante a atitude fenomenológica adotada pelo pesquisador, que lhe permite abertura para viver a experiência de uma forma gestáltica, ou seja, na sua totalidade tentando isolar todo e qualquer julgamento que interfira na sua abertura para a descrição. Ele procura deixar

de lado todo e qualquer pensamento predicativo, concepções, julgamentos que possa ter. (SADALA, 2004, p. 2).

Martins e Bicudo (1989 apud SIMÕES; SOUZA, 1997, p. 13) citam que a entrevista fenomenológica é “como um “encontro social”, com características peculiares como a empatia e a intersubjetividade, onde ocorre a penetração mútua de percepções. É colocar-se no lugar do outro”.

Na visão de Ranieri e Barreira (2010) a fenomenologia utiliza-se do pressuposto de não possuir nenhuma teoria prévia sobre o tema em questão, deve-se, portanto, utilizar um posicionamento bastante rigoroso. Para os autores deve-se definir bem o objeto de estudo a fim de adotar-se a fenomenologia como método para a realização da pesquisa: “a experiência – ou algum aspecto dela – é o objeto da investigação.” (RANIERI; BARREIRA, 2010, p. 3)

No caso da pesquisa envolvendo as experiências vividas de pessoas, remete-se a um meio que permita a narração das mesmas: tal instrumento pode ser denominado de entrevista fenomenológica. O instrumento de coleta não é definido como método da investigação; método é o caminho para se chegar em determinado lugar – cumprimento do objetivo e resposta do problema da pesquisa –, valendo-se de procedimentos e instrumentos adequados e específicos. As entrevistas podem ser baseadas em roteiros ou questionários, compostos de perguntas ou tópicos. Sinteticamente, esses roteiros podem ser organizados a partir do nível de estruturação: de não-estruturados a estruturados, havendo ainda o híbrido semiestruturado. (RANIERI; BARREIRA, 2010, p. 3).

Foi isso que pretendeu-se desenvolver na realização desta etapa. Foram entrevistados três cooperados. Para o pesquisador foi importante a realização dessas entrevistas para que fosse possível adotar uma postura crítica e reflexiva acerca do tema da pesquisa e suas implicações no cotidiano dos cooperados. As mais diversas questões foram levantadas para se compreender o mundo em que vivem e trabalham os personagens do presente estudo. Passa-se agora ao relato dos principais pontos abordados durante as entrevistas.

O entrevistado nº01 relata inicialmente uma série de ocupações anteriores a sua experiência na CANORE. O mesmo afirma ter trabalhado lavando carros inicialmente, depois passou a ter uma ocupação em um hotel, entre outras localidades, sempre residindo próximo a Região do Nordeste de Amaralina, área próxima a cooperativa.

Afirmou também que antigamente se desentendia muito com sua família, relatando inclusive ameaças de morte. Citou que seu pai por divergências, por ser “do sistema ranzinza” (sic), em algumas vezes chegou a ameaçar sua irmã mais velha por discordar de determinadas atitudes tomadas por ela. Mas “hoje a gente tem paz”. Afirmou também que na localidade

havia muita violência, porém, essa situação foi melhorada quando da instalação de base da polícia militar na área.

Lamenta não ter abraçado as oportunidades para melhorar sua qualificação e aumentar seu nível de instrução. O entrevistado nº01 também comenta que após seu período de dez anos trabalhando em um hotel, passou tempo sem conseguir um trabalho adequado para suas necessidades. A partir daí segundo relato do mesmo, passou a frequentar as reuniões da igreja evangélica, incentivado por sua mãe, principalmente para “largar o vício em cigarro”.

Seu início na CANORE já havia completado 8 anos, a época da realização da entrevista. Quando questionado se acredita ser ruim trabalhar com resíduos sólidos sua resposta foi que não, pois são esses materiais que ajudam no seu sustento e de sua família pois “tudo que gera benefícios não é lixo”.

Quando questionado sobre os conflitos internos na cooperativa relatou que no início da operação da CANORE havia uma série de desentendimentos, mas cita que sente que “as coisas começaram a se acalmar” a partir do momento da chegada e participação dos professores e voluntários no projeto. Para o cooperado pequenas divergências sempre irão acontecer no empreendimento, porém deve-se manter o respeito entre os membros do grupo para evitar episódios de grosserias. O mesmo, porém, relata que as vezes se sente estressado quando alguns cooperados não demonstram ter proatividade para a realização das tarefas diárias, “tem que soltar o verbo”.

Afirma que os cooperados precisam de “um pouco mais de conscientização, calma” principalmente pelo motivo de estarem lidando com materiais perigosos que podem ir a provocar alguns acidentes. Além disso, citou que deseja “ver essa cooperativa mais humana”, na verdade referiu-se a uma maior organização do local e completa relatando a importância do UNIR para o desenvolvimento da cooperativa; a melhoria na estrutura promoverá melhores rendimentos para todos.

A entrevistada nº 02 tinha 54 anos na época da realização da entrevista. Relatou sua infância e disse que com oito anos deixou a localidade de São Felipe sozinha “porque não gostava de trabalhar na roça... eu dizia sempre ‘um dia eu vou me embora, um dia eu vou fugir’”, veio para Salvador e já iniciou trabalhando como babá. Passou a falar sobre suas outras experiências prévias com outros empregos “vários restaurantes, casa de família e aí fui levando a vida”.

Afirma que no total possui 14 filhos, sendo 11 pais diferentes. Nenhum deles havia assumido nenhum dos filhos da mesma. Relata que os filhos sentem a ausência dos pais, mas que quando eles perguntam ela diz “pai e mãe sou eu”.

Seu início na CANORE foi logo no início das atividades do grupo. Havia o pensamento de se utilizar um galpão para que os materiais provenientes de reciclagem pudessem ser armazenados. Relata que muitas vezes ia com os próprios filhos para que os mesmos a auxiliassem nessa tarefa.

A cooperada relata o início das atividades da cooperativa propriamente dita. Cita a importância do auxílio do Programa Viva Nordeste, já abordado na presente dissertação. “Eu não acreditava, aqui nada vai para a frente” afirma a cooperada sobre sua incredulidade quando do início dos trabalhos na CANORE.

A entrevistada nº 02 demonstra compreender um pouco sobre os princípios da economia solidária no momento em que a cooperativa fez com que a mesma e os demais colegas se desenvolvessem, conseguissem melhor estrutura de trabalho, além de novos parceiros. Nesse ponto a mesma cita parcerias governamentais e com instituições privadas, como é o caso do UNIR.

Ela é responsável pelo tratamento do óleo na cooperativa CANORE. Relata na entrevista sua experiência na coleta e tratamento do óleo, as parcerias formadas. Comentou a melhoria do seu serviço quando foi disponibilizado um carrinho para facilitar o transporte do óleo coletado. Atualmente possuem um veículo próprio para realizar essa atividade.

A entrevistada nº 02 conta como aprendeu a realizar o serviço de separação do óleo: “experiência minha mesmo, que eu disse assim “esse óleo fica aqui em cima, a água fica embaixo, eu posso pegar uma bucha, sugar esse óleo e deixar a água e a sujeira lá”. Esse trabalho, segundo a entrevistada nº 02 é muito importante pela questão ambiental envolvida, tanto com o trabalho com óleo ou resíduos sólidos para reciclagem. Posteriormente passa a falar sobre os conflitos internos da CANORE. Relatou, que no início não existiam conflitos, os cooperados eram unidos. Afirma que as pessoas levam seus problemas pessoais para dentro da cooperativa. Ressalta a importância da união entre os cooperados para o melhor desenvolvimento da cooperativa e começa a pontuar um ponto importante. Muitos cooperados questionam o fato dela ter um salário maior que os demais, o que vai de encontro aos princípios do cooperativismo, já que se busca a equidade nas relações entre os cooperados. A entrevistada nº 02 afirmou que essa situação ocorre pois ela “não faz só um serviço, faço vários serviços”. Ainda afirma que os demais cooperados a enxergam como “dona da CANORE”. “Aqui não tem dono, não tem chefe, mas sempre tem que ter um ou dois para dar a voz”.

Por fim a entrevistada nº 02 afirma que o Projeto UNIR contribuiu para a melhoria das condições gerais da cooperativa, inclusive, os conflitos foram diminuídos com o tempo. Aos poucos há melhora na condição do local.

Por fim, passa-se ao depoimento da entrevistada nº 03. Moradora há 45 anos na Região do Nordeste de Amaralina e que possui uma história similar a anterior. Veio de uma outra localidade para tentar, em Salvador, a melhoria na qualidade de sua vida. Também relatou a importância do Programa Viva Nordeste para o início da atuação da CANORE.

Relata a dificuldade na prestação de contas da cooperativa “a gente não vê recibo nenhum”. Afirma que apesar de a quantidade de material estar sempre aumentando, o rendimento dos cooperados é insuficiente. Diferentemente dos outros entrevistados, a entrevistada nº 03 afirma que não conseguiu ainda comprar nenhum bem ou melhorar de vida advindos da cooperativa. Mesmo não considerando a CANORE como um local que propicie melhora em sua qualidade de vida, afirma que sempre vai trabalhar. “A gente trabalha muito e ganha pouco”

Também afirma que a forma para melhorar essa situação é a mudança na coordenação da cooperativa. No seu ponto de vista a atual coordenação “se acha poderosa” e é responsável pela distribuição dos rendimentos de todos.

É possível, portanto, a partir da análise dos relatos acima, evidenciar questões importantes, que muitas vezes não condizem com os princípios do cooperativismo. Pode-se identificar que os cooperados consideraram que não há união entre seus colegas de empreendimento, daí pode-se tentar explicar o excesso de conflitos observados por este pesquisador.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de determinados cooperados estarem num patamar diferenciado com relação aos outros; os rendimentos de todos não são iguais, como prega o cooperativismo em seus princípios básicos. Alguns cooperados chegam a se questionar a respeito disso, mas nenhuma ação com vistas a proibir esse tipo de prática é tomada. Aí a repetição da prática de hierarquização comum às empresas capitalistas em geral.

Através dessas atitudes percebe-se que alguns conceitos relacionados à cidadania ainda não foram desenvolvidos perante os cooperados. Nota-se que os mesmos possuem consolidados em si próprios questões referentes a respeito, união, cooperação, mas, na prática, não as aplicam em seu dia-a-dia.

4.4 RESULTADOS DOS DEPOIMENTOS DOS PROFESSORES E VOLUNTÁRIOS

A pesquisa para a realização da presente dissertação completou-se com a realização de entrevistas com os professores e os voluntários que atuaram no projeto. Os mesmos foram instigados a responder e relacionar todo o projeto com a absorção do conceito de cidadania pelos cooperados. O primeiro grupo permitiu o uso e identificação de suas entrevistas. O segundo grupo, por tratar-se de alunos voluntários, embora tenham permitido o uso e identificação de suas entrevistas, neste trabalho optou-se por mantê-los sob pseudônimos para evitar a identificação. Os entrevistados estão identificados nas referências.

Segundo Lima (2016), professora atuante no projeto foi possível apresentar aos cooperados da CANORE um conceito de cidadania que permitisse aos mesmos aplicar em seu dia-a-dia no convívio com o outro, através de modelos que tinham como base a cooperação mútua. Destaca, também, que essa situação foi possível devido ao ambiente de cooperação estabelecido entre os diversos agentes desse projeto, sejam eles os próprios cooperados, a comunidade que estão inseridos ou os agentes externos como professores e alunos da instituição. Lima cita também que a relação entre as partes citadas anteriormente aconteceu perante valores harmônicos de respeito, solidariedade e responsabilidade mútuos.

Lima (2016) também destaca o caráter contínuo da construção da cidadania. “É um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações, seja do próprio Estado ou de outras instituições.” (LIMA, 2016).

Para Andrade (2016), também professor da UNIFACS participante do projeto na CANORE desde 2013, muitas ações não obtiveram o resultado esperado pelos idealizadores do projeto, porém foi possível observar que aconteceram algumas mudanças que evidenciaram certo desenvolvimento de conceitos de cidadania nos cooperados.

Andrade comenta que alguns cooperados passaram a demonstrar interesse em participar mais efetivamente das decisões da organização, fato demonstrado pela atuação mais presente nas assembleias da cooperativa. Andrade argumenta que esse fato se deveu as diversas atividades propostas pelos idealizadores do projeto tais como: oficinas de conscientização e a formação para alfabetização; destaca, também, que essas ações não provocaram uma mudança radical e imediata no pensamento e ações dos cooperados mais incutiram nos mesmos a semente necessária para um início de uma maior conscientização.

O dito professor finaliza seu depoimento afirmando que considera que houve “progressos em valores como equidade, solidariedade, respeito, responsabilidade e harmonia” e, principalmente a promoção da cidadania entre os cooperados.

Para a também professora participante do projeto Cambeses (2016) o início do processo de reconhecimento da cidadania na CANORE passou pelo reconhecimento dos cooperados como Seres Humanos em suas realidades individuais familiares e laborais. Ressalta também que observou um esforço de todos com o objetivo de gerar mudanças e melhorias para a cooperativa e que isso comprovaria a busca da cidadania para os participantes do projeto.

Cambeses (2016) ressaltou que “as questões particulares a todos que adentram aquele galpão e se envolvem com questões muito mais que individuais ou coletivas, questões de luta pela sobrevivência, questões inimagináveis de dores, físicas ou psicológicas, e histórias de sofrimento e resistência, marcadas pela segregação e não acesso a renda, que tão quanto gera a dor da "Fome”.

Para o voluntário nº 01. (2016) havia um grande conflito entre os cooperados no que dizia respeito a divisão dos lucros. O voluntário observou uma distribuição inadequada dos recursos da cooperativa. Havia a concentração de recursos nas mãos de poucos. T.C. ainda afirmou que “os cooperados buscam com garra por sua melhora financeira, porém tomam atitudes isoladas atuando de forma singular, e acabam por não compreender a importância da preservação de valores, como o respeito, a solidariedade”.

O voluntário nº02 (2016) corrobora com o pensamento dos professores citados anteriormente e afirma que as ações desenvolvidas na cooperativa CANORE, como as reformas na estrutura, capacitação via alfabetização e conscientização geram mudanças que levam ao crescimento da organização.

Para 03, também voluntário do projeto UNIR, havia uma desigualdade na distribuição da renda recebida e, acima de tudo, os cooperados pareciam aceitar essa situação sem questionar a legitimidade desse fato; certos cooperados detinham benefícios que os demais não possuíam: “A submissão pura e a “esperteza” de outros transformaram a CANORE em um “coronelismo moderno” onde um que é detentor do dinheiro manda, outros capachos ajudam, e as demais se submetem”.

Além disso, o voluntário relata um ambiente onde eram constantes as ofensas e desentendimentos entre os cooperados. O voluntário também relata que passou a acreditar que o papel deles era de tentar devolver a autoestima dos cooperados. Por fim, a voluntária 04 relata as situações de desrespeito entre os cooperados.

De fato, as discussões podem ser consideradas como constantes em toda a experiência vivida na cooperativa; porém, Carvalho (2008) acrescenta ao tema uma opinião importante: as demonstrações de discussão como as citadas podem ser consideradas como uma das primeiras manifestações da prática da democracia. Muitas vezes essas manifestações ocorrem em assembleias, onde são tomadas importantes decisões para o futuro da organização. Para a autora isso é resultado da maior liberdade que os cooperados possuem em criticar e questionar seus líderes; algo que, certamente, não teriam em empresas privadas

Voluntária 04: Comunicação falha e abusiva, falta de comprometimento com o trabalho, entre uma série de outras coisas negativas... todos os momentos junto a CANORE foram parte de um processo que ainda se faz presente nos dias atuais, entretanto, hoje vejo um cenário onde as informações são compreendidas e onde cada indivíduo tem a noção que seu trabalho é necessário para que o resultado da cooperativa seja efetivo e benéfico. As potencialidades adquiridas pelos cooperados como ler, escrever, contar, comunicar-se com respeito, entender que fazem parte de um grupo e que são indispensáveis a esse grupo, aprimorou não só suas rendas financeiras, mas a qualidade do trabalho que é realizado atualmente.

4.5 A CIDADANIA DOS COOPERADOS

Os resultados advindos das experiências vividas por este pesquisador durante o tempo compartilhado na cooperativa conjuntamente com os relatos dos cooperados da CANORE, professores e voluntários do projeto permitem analisar as situações que refletem princípios da cidadania. A cidadania na CANORE pode ser exemplificada através de alguns pontos principais abordados a partir de agora.

O fato de haver boa participação dos cooperados em assembleias e reuniões pode ser considerado um dos fatores de promoção da cidadania entre os cooperados. Nestes ambientes podem ser desenvolvidos aspectos cívicos importantes como a escolha de representantes, a aprovação de novos parceiros para a cooperativa. Para Mello (2005, p. 155 apud CARVALHO, 2008, p. 195) “viver democracia é algo diferente. Viver a democracia é vivê-la diariamente, no cotidiano, nas relações com seu próximo, com sua família, com os companheiros de trabalho. Isto é difícil”.

É importante destacar também certas atitudes dos cooperados da CANORE que demonstram um grau de comprometimento, ainda que inicial, com seus colegas e a própria comunidade. Um dos principais exemplos foi a “força-tarefa” comandada pelos próprios cooperados para realocar a esteira necessária para o bom funcionamento do empreendimento. Apesar de esta não ter sido uma atitude espontânea dos cooperados os mesmos uniram-se em

torno de um objetivo comum, aplicando assim, alguns princípios componentes da cidadania, como a própria cooperação.

Apesar da presença desse exemplo, algumas ações promovidas pelo projeto com auxílio dos professores e voluntários não surtiram os resultados esperados. Destacam-se os mutirões realizados para melhor arrumação e disposição dos equipamentos da cooperativa. A maioria dos cooperados não se propôs a ajudar para a realização de algo que traria benefícios para eles próprios.

Outro fato importante a ser tratado é a presença de determinados cooperados que são vistos como “donos” do empreendimento. A estas pessoas são fornecidas diversas regalias e benefícios renegados aos demais cooperados. Essa atitude revela dois pontos básicos importantes de serem analisados.

O primeiro diz respeito a falta de comprometimento e ausência de princípios básicos referentes ao cooperativismo por parte dessas lideranças. Muitos acreditam que devem sim ter esses privilégios e ainda os justificam ou por terem estado presentes durante a fundação da cooperativa ou por considerarem seu trabalho como mais valioso à cooperativa do que o trabalho dos demais cooperados.

Um segundo ponto importante que deve ser levado em conta na análise dessa situação refere-se a uma certa passividade observada em alguns membros da cooperativa CANORE. Muitos não questionam essa diferença de rendimentos entre os cooperados o que acaba por reproduzir as relações de trabalho em empresas privadas. Essa mentalidade ainda dificulta a absorção de elementos importantes para a formação e desenvolvimento do cooperativismo e da cidadania.

Deve-se destacar também, o forte clima de discussão e conflitos entre os cooperados vivenciados durante as etapas da pesquisa. Isso demonstra relações pessoais instáveis e falta de confiança nos demais cooperados, fatores importantes que levam a não aplicação da solidariedade e companheirismo entre eles.

Essas atitudes comprovam o fato de que boa parte dos cooperados ainda não assimilou conceitos básicos de cidadania, não a vivem de modo pleno; porém, esse é possível afirmar que ações como as desenvolvidas através do Projeto UNIR e Reciclando se Faz Renda resultaram em eventos pontuais onde pode ser percebido o exercício da cidadania e no início de uma visão que contemple a cidadania abarcando a solidariedade, companheirismo e melhores relações interpessoais.

Portanto, não houve promoção da cidadania em sua plenitude como pode-se comprovar com as afirmações anteriores. Atitudes como a presença de cooperados nas

oficinas programadas pelos voluntários e professores, participação no Programa ALFASOL e maior aderência a iniciativas desenvolvidas como o uso de EPIs levam a concluir que está em curso um processo de mudança de pensamento e atitudes entre os cooperados o que pode levar ao pleno exercício da cidadania por parte dos mesmos e maior desenvolvimento da cooperativa.

5 CONCLUSÕES

A dissertação apresentada: “O cooperativismo como promotor de cidadania: Um estudo sobre a cooperativa CANORE, Salvador–BA”, teve como tema o cooperativismo como promotor de cidadania, e como problema de pesquisa a seguinte pergunta - em que medida a CANORE promove a cidadania em seus cooperados. O objetivo geral que orientou o trabalho, ou seja, onde o trabalho deveria chegar foi avaliar em que medida a CANORE, promoveu a cidadania em seus cooperados. Para isso foram estabelecidos objetivos parciais ou específicos: discutir o conceito de cidadania a partir da caracterização das relações de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia; analisar o cooperativismo como promotor de cidadania e finalmente avaliar o histórico da CANORE e o resultado de suas ações, com relação a promoção de cidadania em seus cooperados.

Para atingir estes objetivos, o desenvolvimento da pesquisa esteve pautado nos pressupostos da cidadania e cooperativismo. Foi abordada a evolução da cidadania no decorrer do tempo, desde a antiguidade clássica até a abordagem dos Direitos Humanos e questões relativas as desigualdades sociais, moral, cooperação e solidariedade que foram fundamentais no contexto de cidadania para esta pesquisa. Após a sua realização pode-se concluir que foi alcançado o objetivo geral, originalmente estabelecido, de avaliar em que medida a CANORE promove a cidadania em seus cooperados. Isso foi possível, principalmente, a partir da abordagem dos conceitos existentes de cidadania, discutindo-os a partir da caracterização das relações de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia.

A realização da presente pesquisa permitiu uma maior aproximação do pesquisador com a problemática dos cooperados da CANORE. Foi possível desenvolver um olhar mais próximo levando em conta a realidade dos catadores, suas conquistas diárias, dificuldades encontradas para realizar seu trabalho, relações interpessoais, enfim, foi possível compreender todo universo que cerca os participantes dessa organização.

No primeiro e no segundo capítulo, do presente trabalho, o foco foi o estabelecimento das principais visões acerca da cidadania. O aprofundamento nessa questão foi importante para o desenvolvimento da pesquisa na medida em que forneceu as bases para o estudo e possibilitou a interpretação dos resultados obtidos através das entrevistas e relatos dos participantes.

O estudo acerca do tema cidadania foi importante no momento que determinou qual seria o enfoque a ser adotado na definição da presente dissertação. Foram abordadas diversas conceituações até se atingir àquela que remete a condição humana no contexto da sociedade,

sua participação como agente político-social, de relacionamento intrapessoal e interpessoal e de ação e mudança, tornando-se necessariamente uma condição de sua existência.

De acordo com Rios (2008) há a tendência em relacionar o conceito de cidadania com atitudes que levariam a mudança e conseqüente melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Porém, como destaca a autora “esta tendência apresenta alguns riscos ao colocar todo o aparato estatal que está diretamente ligado ao exercício da cidadania a serviço de práticas e objetivos que findam por promover desigualdades no corpo social”. (RIOS, 2008, p. 34). Essa definição vai ao encontro da aceção proposta na presente dissertação. Não se deve apenas considerar como sendo cidadania os aspectos cívicos comumente associados à palavra, mas também, questões referentes a dignidade humana e suas relações pessoais.

De acordo com Jakobsen (2001 apud RIOS, 2008) no Brasil associa-se cidadania com oportunidades e inserção no mercado de trabalho. Para o autor existe uma parcela da sociedade que não se enquadraria no conceito de cidadania já que não possui direitos e benefícios. Esse é o caso dos trabalhadores autônomos, incluídos aqui os catadores de resíduos sólidos, personagens do presente estudo.

Como citado anteriormente, buscou-se um conceito de cidadania que abarcasse aspectos importantes das relações sociais e do bom convívio entre os indivíduos. Para tanto, utilizou-se a definição construída por Hannah Arendt. Para Arendt (2010) os indivíduos ao se organizarem para o trabalho devem ter consciência dos valores de convívio, cooperação, autogestão, equidade, solidariedade, respeito e responsabilidade. A cidadania inicia-se com o respeito para com o outro, não basta só auferir e melhorar sua renda financeira. Cidadão é o indivíduo que assume responsabilidade sobre as questões referentes a sua comunidade e que busca seu próprio bem-estar e de todos que os cerca.

Ações isoladas não criam uma cultura solidária e melhorar somente a parte econômica, sem mudanças de atitudes não modificam o indivíduo nem a realidade onde se está inserido. Quando o conceito de cidadania ultrapassa o fator econômico, ele abrange valores como liberdade, igualdade e fraternidade.

Segundo Langoni (2005) deve-se estar atento aos valores que regem uma sociedade e a desigualdade apresentada que exclui determinados setores em detrimento de outros, como ocorre no Brasil na questão da distribuição de renda.

Os indivíduos não deveriam ser excluídos pela classe social ou quantidade de bens materiais que possuem, as diferenças existentes seriam apenas por sua participação efetiva nos vários papéis que desempenham com a família, trabalho, sociedade, país.

Para Souza (2009) o indivíduo deve ter consciência de suas atitudes e como estas modificam o seu comportamento e ter ciência que essa construção acontece mediante sua convicção, portanto o conhecimento e a liberdade permitem falar efetivamente de responsabilidade e cidadania. Assim, a ignorância e a falta de liberdade permitem que o mesmo se justifique e tente se eximir da responsabilidade moral, por ser entendida como uma coação, não escolha.

Para dirimir esse conflito nas classes menos privilegiadas, onde existe a exclusão de oportunidade material e simbólica é necessário dar-lhes responsabilidade pessoal, fornecendo meios para o seu desenvolvimento, fazendo com que decidam e ajam de acordo com suas convicções, assumindo responsabilidades legais por suas ações.

Para Petersen (2014) autogestão e a economia solidária, se relacionam com a cidadania, visto que existe uma organização dos indivíduos para melhor gerir o trabalho e tomar decisões políticas internas ao grupo que estão inseridos, como por exemplo uma cooperativa.

Com base nessa abordagem e nos enfoques acima relatados chegou-se à elaboração dos fundamentos neste trabalho, que serviram de referencial teórico para compreender o conceito de cidadania no contexto desta pesquisa.

O seguinte capítulo teve como foco principal o cooperativismo. Inicialmente buscou-se delimitar os fatos históricos que contribuíram para o surgimento desse tipo de organização. Destaca-se aqui experiências exitosas como as dos Pioneiros de Rochdale, precursores daquilo que se conhece hoje por cooperativismo. Destacou-se também os princípios básicos que vieram a nortear o surgimento de outras experiências, inclusive no Brasil.

Passou-se a discussão sobre definições acerca das acepções envolvendo o cooperativismo. A primeira dessas definições refere-se a autogestão e economia solidária. Esse modelo considerado como precursor do cooperativismo no Brasil surgiu como uma resposta, de acordo com Nascimento (2004), de um país assolado com altos índices de desemprego, pobreza e diminuição da qualidade de vida da população. A autogestão era a proposta para se opor ao modelo de produção capitalista e tinha como premissa a busca pela igualdade nas relações de trabalho, ou seja, o fim da excessiva exploração que sofriam os trabalhadores.

Para Carvalho (2008) a economia solidária apresenta-se como uma forma de se reinserir no mercado de trabalho as pessoas que dele foram excluídas e remonta a uma crítica ao modelo de produção capitalista no qual há exploração da mão-de-obra e “pressupõe a propriedade coletiva dos bens e meios de produção pelos trabalhadores e a união e a

autonomia dessa classe” (CARVALHO, 2008, p. 38) O objeto do presente estudo era analisar uma experiência de aplicação da economia solidária, a Cooperativa CANORE. O cooperativismo vem sendo difundido no Brasil em parte devido a atuação de grupos com objetivos similares aos do Projeto UNIR.

São inúmeras as entidades que, nos últimos anos, vem acompanhando o desenvolvimento de cooperativas no Brasil. São comuns os casos de universidades, sindicatos, associações de moradores, ONGs e outras entidades que apoiam o surgimento desse tipo de organização pois compartilham da ideia que assim será oferecida uma melhor qualidade de vida e uma distribuição de renda mais justa entre os cooperados.

Conceição (2009) ressaltou a importância de empreendimentos como a CANORE para a inserção de trabalhadores antes marginalizados no mercado de trabalho. Esse tipo de cooperativa passa a atuar como fornecedora da mínima dignidade desses indivíduos, gerando uma certa melhoria nas condições de vida. Porém, deve-se citar também as péssimas condições em que estas organizações são instaladas. O espaço físico, os equipamentos e as condições de higiene e saúde encontradas pelos trabalhadores são, muitas vezes, precárias, o que dificulta a correta realização da atividade.

O catador é um profissional já estigmatizado pela sociedade devido a sua profissão e, sem possuir o mínimo de condições para realização de seu trabalho essa situação se agrava. Outro fator importante é a exploração sofrida por essas pessoas por parte dos atravessadores, ou sucateiros e por fim por parte das grandes corporações industriais, beneficiárias finais do resultado do trabalho nas cooperativas.

Percebe-se, então que um dos objetivos primários da formação de uma cooperativa muitas vezes não é cumprido: a ausência de exploração no meio de trabalho. As indústrias e os atravessadores acabam por fazer as vezes dos capitalistas exploradores.

Portanto, percebe-se a importância que o movimento cooperativista tem no cenário brasileiro, onde sobram situações de desemprego, miséria e falta de oportunidades, porém, o que ficou claro durante a realização dessa pesquisa foi a necessidade urgente que melhores condições sejam oferecidas para esse tipo de empreendimento, de modo a otimizar a produção, reduzir os níveis de exploração e melhorar a qualidade de vida dos cooperados.

Ao final deste capítulo que trata sobre o cooperativismo fica clara a importância desse tipo de organização em uma sociedade cada vez mais marcada pelas diferenças sociais, nas quais boa parte dos indivíduos é deixada à sua margem, não podendo usufruir de direitos básicos para sobreviver.

A próxima parte da presente dissertação teve como enfoque a CANORE. Num primeiro momento buscou-se relacionar a cooperativa com a comunidade em que ela está inserida – a Região do Nordeste de Amaralina. Foi possível demonstrar que essa área localizada entre diversos bairros nobres da cidade de Salvador funciona como um verdadeiro “oásis invertido” conforme as palavras de Santos (2010).

São gritantes as contradições observadas quando se compara o bairro do Nordeste de Amaralina aos bairros que com ele fazem fronteira. Souza (2008) destacou a desigualdade manifestada pela densidade demográfica desses locais. Enquanto que no Nordeste de Amaralina esta densidade chegou ao patamar de 408 habitantes por hectare, em bairros nobres como a Pituba esse índice corresponde a 20% daquele citado.

Tudo isso soma-se com outros fatores como a pobreza da maioria dos habitantes da região, falta de qualificação da população – aí inclui-se a baixa escolaridade. Além disso, é possível perceber, conforme relato da Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina (2016) que a região é muitas vezes abandonada pelo poder público. São várias as reclamações de falta de escolas, postos de saúde, áreas para práticas esportivas e culturais, enfim, percebe-se o descaso no tratamento recebido pelos moradores por parte das autoridades públicas.

Passou-se a partir dessa discussão teórica a se tratar da Cooperativa CANORE propriamente dita. Fundada em 2004 a cooperativa tem como principal fonte de renda a coleta e venda de resíduos recicláveis e de óleo de cozinha. Possui como principal parceiro na venda de óleo a PETROBRAS. Importante lembrar da atuação do Governo do Estado na promoção das atividades da cooperativa. Isso aconteceu no momento em que efetuou a doação e de um galpão e alguns equipamentos para as atividades da organização.

Importante destacar também o Programa Viva Nordeste, esta iniciativa permitiu aos cooperados da CANORE e demais entidades do bairro do Nordeste de Amaralina terem apoio do Governo para uma série de atividades como realização de cursos, oficinas, enfim, ações que possibilitaram uma melhor organização inicial do empreendimento.

Passa-se agora a uma avaliação sobre os resultados encontrados pela presente pesquisa que resultaram na presente dissertação. Para se responder à pergunta da pesquisa houve a necessidade de se rememorar as ações desenvolvidas através do Programa UNIR juntamente a cooperativa desde 2013.

As atividades propostas pelo UNIR tinham como um de seus objetivos implantar junto aos cooperados valores importantes para a realização de seu trabalho, porém isso era feito de uma maneira tal que os trabalhadores se sentiam parte dessa transformação.

O conceito de cidadania defendido pela presente dissertação pressupõe o desenvolvimento da cooperação e outros valores referentes a solidariedade. Os primeiros contatos dos integrantes do UNIR com os cooperados da CANORE demonstraram, entretanto, o oposto.

Eram muitas as demonstrações de hostilidade entre os membros, muitas agressões verbais, ou seja, um clima nada propício para boas relações interpessoais. Além disso, percebeu-se no decorrer do tempo um certo grau de comodismo nos cooperados, fato comprovado pela baixa participação dos trabalhadores nos dois mutirões de limpeza e arrumação realizados pelo UNIR. Era difícil para os professores e voluntários do Projeto compreenderem o motivo dessas atitudes. Os cooperados não haviam assimilado um conceito básico da economia solidária: os meios de produção são conjuntos, não há “donos” ou padrões.

Uma das explicações para essa situação reside no fato que determinados cooperados, notadamente alguns fundadores do empreendimento, sentem-se como verdadeiros donos da cooperativa. Isso se traduz em diferenças nos rendimentos destes para com os demais cooperados. Atitudes como essas são conhecidas por todos, porém, poucos cooperados as questionam. Importante destacar que, aos poucos, com o decorrer do Projeto UNIR, a mentalidade dos cooperados no que diz respeito a essas questões vem se alterando. Alguns cooperados passaram a demonstrar um certo desconforto com relação a essas questões.

Com o passar do tempo houve maior participação dos cooperados nas atividades promovidas pelo UNIR. As oficinas, cursos, atendimentos médicos tiveram boa aceitação por parte dos trabalhadores da CANORE.

Verifica-se que houve maior assimilação dos conceitos de cidadania aqui defendidos no momento em que os cooperados se uniram para realizar o transporte da esteira, equipamento imprescindível para o correto funcionamento da cooperativa. Houve união para um objetivo único, um dos princípios básicos do cooperativismo, que remonta até mesmo à experiência dos Pioneiros de Rochdale.

Soma-se a essas atitudes a participação dos cooperados nas assembleias da CANORE. Para Petersen (2014) é na assembleia que acontece o maior exemplo de cidadania para as cooperativas, são atitudes cívicas que demonstraram um maior envolvimento dos cooperados nos seus assuntos internos como decisões importantes, novas parcerias, balanços financeiros, etc.

Tratando agora dos assuntos gerenciais da cooperativa, percebe-se que, através do auxílio prestado pela assessoria do Projeto UNIR para a CANORE foi possível melhorar a

forma com que os cooperados lidavam com questões financeiras e distribuição de lucros. Tudo isso possibilitou um maior controle de todos os aspectos econômicos e de logística inerentes ao empreendimento.

O resultado das entrevistas aplicadas revelou que todos os cooperados se veem como cidadãos e a representação dessa cidadania ocorre no momento em que, na visão dos mesmos, realizam corretamente seu trabalho, são responsáveis com as atividades da CANORE e buscam seus direitos.

Por fim, é possível afirmar que a experiência da CANORE promoveu algumas atitudes cidadãs em alguns cooperados; destaca-se aqui a atuação em assembleias e os aprimoramentos promovidos com a ajuda do UNIR. Porém, a cidadania ainda não é exercida em sua plenitude pois foram raros os momentos que os membros demonstraram atitudes de cooperação, respeito, solidariedade e autonomia.

Avaliar em que medida a CANORE promoveu a cidadania em seus cooperados é na verdade, um processo em construção; percebe-se que houve, ainda que embrionário, uma maior consciência acerca da cidadania. Projetos como o UNIR são importantes para que essa transformação ocorra em sua totalidade. A continuidade de ações como essas são fundamentais para o desenvolvimento da cooperativa e da comunidade localizada em seu redor, cumprindo dizer que em uma sociedade que no seu todo não atingiu a maturidade da percepção individual dos deveres e direitos que delimitam a cidadania, seria extremamente ambiciosa a meta de promover a cidadania plena nos cooperados, sujeitos ao convívio com as desigualdades e injustiças sociais que limitam sua liberdade.

REFERÊNCIAS

ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. [S.l.], 2015

AGUIAR, Cristina Silveira. As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho. **Sociedade em Debate**, v. 8, n. 3, p. 149-185, 2012.

ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. **Desenvolvimento social e reconhecimento**. Disponível em: <<http://www.alfasol.org.br/alfasol/sobre/>>. Acesso em: 31 maio 2016.

ALMADA, Sylene Ruiz de et al. Desafios para a formação de cooperativas agrícolas na cadeia de suprimento de biodiesel no estado do Ceará. **Reuna**, v. 16, n. 4, p. 13-26, 2011.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação: um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas**: na região fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação. (Mestrado em Educação nas Ciências)- Unijui, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA. **Nossa História**. Disponível em: <[http:// http://amnaluta.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html](http://http://amnaluta.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html)>. Acesso em: 31 maio 2016.

BARROS, Ricardo Paes de Organizador; FOGUEL, Miguel Nathan Organizador; ULYSSEA, Gabriel Organizador. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. [S.l.]: [s.n.], 2006.

BASTOS, Hugo Manuel; DE ARAÚJO, Geraldino Carneiro. Cidadania no contexto dos catadores autônomos de materiais recicláveis. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BÚRIGO, Fabio Luiz. **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE

INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3, 2005. **Anais...** 2005.

CARIBÉ, Daniel. **Estudo de viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos**. [S.l.]: [s.n.], 2007.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Assis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia)- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Flávio Leonel de; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Indicadores de avaliação de desempenho econômico em cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 3, 2011.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan et al. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo. Limites e possibilidades [The collective rural workers cooperatives development in capitalism. Limits and possibilities]**. Germany: University Library of Munich, 2000.

COELHO, Diego Bonaldo; GODOY, Arilda Schmidt. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 721-49, 2011.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera; MEDEIROS, O. R. A Reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos e o uso das Cooperativas de Reciclagem: uma alternativa aos problemas do meio ambiente. **Revista Enciclopédia Biosfera. Goiânia**, v. 5, n. 8, p. 1-16, 2009.

COOPERATIVA CANORE. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/cooperativa.canore/photos>>. Acesso em: 31 maio 2016.

COSTA, Luciano de Souza. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL, 6., 2007, Cascavel-RS. **Anais...** 2007.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo? **Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 2, p. 18-26, 1999.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. **FACES**, Caracas, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DALE, G. A. Existential phenomenology: emphasizing the experience of the athlete in sport psychology research. **The Sport Psychologist**, v.10, p. 307-321, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DELIBERADOR, Luzia M. Yamashita; VIEIRA, Ana Carolina Rampazzo. Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa de assentamento do MST. **Comunicação & Educação**, v. 11, n. 3, 2010.

DIAS, Eleutério. A cidadania e os direitos humanos. In: CONGRESSO TRANSDISCIPLINAR DIREITO E CIDADANIA, 3., 2009, Dourados (MS). **Anais...** 2009.

ETGETON, a. et al. Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. **Maringá Management**, v.2, n.1, 2006

FREITAS, Cesar Augustus Labre Lemos de; DEUS, João Batista de. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. [S.l.]: [s.n.], 2010.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE IMAGENS. Disponível em: <[GOULART, Jeferson. Desigualdade Social, Estado e Cidadania. **Revista Impulso**, v. 11, n. 25, 1999.](https://www.google.com.br/search?q=imagens&safe=off&espv=2&biw=1366&bih=667&site=webhp&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwic5pznqKPNAhVEIZAKHXZDCMQQ_AUIBigB#safe=off&tbm=isch&q=Vis%C3%A3o+a%C3%A9rea+do+Bairro+do+Nordeste+de+Amaralina&imgc=_> Acesso em: 12 jun. 2016.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GRAMACHO, Amílcar. Cooperativas agrícolas e globalização. **AgroANALYSIS**, v. 17, n. 8, p. 14-15, 1997.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia**. São Paulo: Madras, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, abr. 2011.

JESUS, Wanessa Lane; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. Princípios cooperativistas: analisando sua aplicação na cooperativa de crédito Sicredi - Araguaia Tocantins de Palmas/TO. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DO COOPERATIVISMO, 2., 2012, Porto Alegre (RS). **Anais...** 2012.

KEIL, Ivete Manetzeder; MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo: [s.n.], 1982.

KERLINGER, F. N. **Metodologia de pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. [S.l.], FGV Editora, 2005.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, v. 59, p. 75-93, 2003.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Economia Solidária**, v. 1, p. 4, 2002.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Red Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.

MACEDO, Caio Sperandéo de. Cidadania na Constituição Federal de 1988 à luz da concepção de Hannah Arendt. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica**, v. 48, n. 62, 2015.

MACIEL, Regina Heloisa; SENA, Filadélfia Carvalho de; SABÓIA, Iratan Bezerra de. O mal-estar nas novas formas de trabalho: um estudo sobre a percepção do papel dos cooperados em uma cooperativa de trabalho autogestionário. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 6, n. 2, p. 535-560, 2006.

MARIOTTI FERNANDES, Denise Medianeira; KARNOPP, Erica. O cooperativismo como indutor da inclusão social no território: casos no brasil e na argentina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015. **Anais...** 2015.

MARTÍNEZ, Inmaculada Buendía; LINS, Maria Luiza; PIRES, Silva. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 99-118, 2002.

MAYRING, Philip. **Análise de conteúdo qualitativa**. 2000. Disponível em <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0002204>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MAZZEI, Bianca Burdini; CRUBELLATE, João Marcelo. Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR. **Revista Inteligência Organizacional**, v. 1, n. 1, p. 43-61, 2011.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

MELLEGARI, Iara Lúcia Santos. A natureza política dos direitos humanos como o direito a ter direitos em Hannah Arendt. **Litterarius**, v. 10, n. 2, p. 172-196, 2012.

MENDONÇA, Gismália Marcelino. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Salvador: UNIFACS, 2013.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. As empresas e a transmissão da ideologia. **Revista de administração de empresas**, v. 24, n. 3, p. 19-24, 1984.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o novo cooperativismo**. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004. v.1.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Cooperativismo**: Forma ideal de organização. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PAIVA, Angela R. A difícil equação entre modernidade e desigualdade. **Interseções**, v. 6, 2004.

PETERSEN, Fernando; SOUZA, Thiago Galdino de; LOPES, Andréia de Araripe. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 483-495, 2014.

PINHEL, J. R. (Org.). **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PROGRAMA UNIR. **Voluntários Unir**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/voluntariosunir>>. Acesso em: 31 maio 2016.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil; JAQUES, Marcelo Dias. **Ágoras high tech**: as cibercidades como instrumento da democracia. [S.l.]: [s.n.], 2013

RAMOS, Cesar Augusto. Hannah Arendt e os elementos constitutivos de um conceito não liberal de cidadania. **Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 22, n. 30, p. 267-296, 2010.

RANIERI, Leandro Penna; BARREIRA, Cristiano Roque Antunes. A entrevista fenomenológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS (SIPEQ), 4., 2010. **Anais...** 2010.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A evolução do conceito de cidadania**. Departamento de Ciências Sociais e Letras. Universidade de Taubaté. Disponível em: <<http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>, 2008.> Acesso em: 15 maio 2016.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., Quito, 2006. **Anais...** 2006.

ROCHA, Diego Luz. Uma análise da coleta seletiva em Teixeira de Freitas–Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 13, n. 44, 2012.

RODRIGUES, F. L.; CAVINATTO, V. M. **Lixo: de onde vem? Para onde vai?** São Paulo: Moderna, 1997.

SADALA, Maria Lúcia Araújo. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004. **Anais...** 2004.

SALES, João Eder. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia - RBGE**, n. 1, p. 23-34, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A transição paradigmática: da regulação à emancipação**. [S.l.]: [s.n.], 1999.

SANTOS, João Paulo. O RAP: um movimento cultural no Nordeste de Amaralina. In: **ENECULT**, 6., 210, Salvador. **Anais...** Salvador: Facom – UFBA, 2010.

SECCO, Lincoln. Cooperativas e conselhos operários. **Lutas Sociais**, n. 9/10, p. 169-178, 2005.

SIFFERT FILHO, Nelson. Governança corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. **Revista do BNDES**, v. 5, n. 9, p. 123-146, 1998.

SÍGOLO, Vanessa Moreira et al. Participação Popular, espaço público e autogestão. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 101-120, 2012.

SILVA, L. F. S. da. **Prospecção de oportunidades para cooperativas de catadores de reciclagem de plásticos na região de São Carlos**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília**. [S.l.]: [s.n.], 2010.

SIMÕES, Sonia Mara Faria; SOUZA, Ívis Emília de Oliveira. Um caminhar na aproximação da entrevista fenomenológica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 5, n. 3, p. 13-17, 1997.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho**. [S. l.]: SENAES, 2004. (mimeo).

SIQUEIRA, Lígia Airemoraes; LOPES, Marcelo Leandro Pereira. **Evolução Histórica dos Conceitos de Cidadania e Direitos Humanos**. [S.l.]: [s.n.], 2002.

SOARES, Luis. **Método Paulo Freire de alfabetização: as lembranças emocionadas da primeira turma**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/04/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao-as-lembrancas-emocionadas-da-1a-turma.html>> Acesso em: 12 jun. 2016

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. [S.l.]: [s.n.], 2006.

_____. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais**. [S.l.]: [s.n.], 2009.

SOUZA, Jessé; ARENARI, Brand. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, José Gileá de **Desenvolvimento? Como compreender e mensurar: um estudo sobre o município do Conde-BA**. 2016. 307f. Tese (Doutorado)- UNIFACS Universidade Salvador, 2016.

SOUZA, Tatiane dos Santos. **Cultura e desenvolvimento local: reflexões sobre a experiência do Programa Viva Nordeste**. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2008.

TAUILE, José Ricardo. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Groupe de recherches sur l'économie solidaire au Brésil. Disponível em: < www.ecosol.org.br > Acesso em: 12 jun. 20001

TORRES, Daniela et al. **Santa Cruz: um estudo sobre os modos e a moda das marcas**. [S.l]: [s.n.], 2015.

TORRES, Henrique R.; ZANETI, Izabel C. B. B. Resíduos sólidos urbanos: uma gestão de valores. In: ENCONTRO NACIONAL DAS ANPPAS, 4., 2008. **Anais...** 2008.

UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA. **Programa Universidade Solidária**. Disponível em: <<http://www.unisol.org.br/unisol/sobre/>>. Acesso em: 31 maio 2016.

VERAGO, Josiane Lombardi. Autogestão e relações de mercado capitalistas: autonomia ou adaptação. In: COLÓQUIO MARX & ENGELS-CEMARX, 5., 2007. **Anais...** 2007.

WINKLER, Silvana. Igualdade e cidadania em Hannah Arendt. **Revista Direito em Debate**, v. 13, n. 22, 2013.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

**APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – COOPERADOS
ENTREVISTADOS**

BRAZ, Maria do Carmo Fernandes. Cooperada

CARDEAL, Felipe de Jesus. Cooperado

CARMO, Jeferson de Jesus do. Cooperado

COSTA, Ivone de Jesus. Cooperada

CRUZ, Rosimeire dos santos. Cooperada

FILHO, Manoel Queiroz dos Santos. Cooperado

MACEDO, Ana Cristina Barbosa. Cooperada

MACEDO, Orlando Coutinho. Cooperado

MACHADO, Josélia de Jesus Souza. Cooperada

MELO, Antônia dos Santos. Cooperada

OLIVEIRA, Domilson Henrique de. Cooperado

OLIVEIRA, Marilene Gonçalves de. Cooperada

OLIVEIRA, Vanusa Nery de. Cooperada

SANTANA, Tânia Regina de. Cooperada

SOUZA, Carlos Antônio de Jesus Souza. Cooperado

SANTOS, Débora Almeida dos. Cooperada

SANTOS, Jucineide Nascimento. Cooperada

SANTOS, Jurimar Claudionora dos. Cooperada

SANTOS, Manoel Bernardo dos. Cooperado

SANTOS, Nívea Teles dos. Cooperada

SANTOS, Sheila Claudionora dos. Cooperada

SOARES, Admilson de Almeida Alves. Cooperado

SILVA, Gilberto Nunes da. Cooperado

SILVA, Raquel Mendes da. Cooperada

ENTREVISTA FENOMENOLÓGICA – COOPERADOS ENTREVISTADOS

BRAZ, Maria do Carmo Fernandes. Cooperada

SILVA, Gilberto Nunes da. Cooperado

SILVA, Raquel Mendes da. Cooperada

DEPOIMENTOS DOS PROFESSORES

ANDRADE, Protásio Nery. Professor

BRAGA, Marilúcia Bicalho. Professora

CAMBESES, Diana Sallenave. Professora

LIMA, Patrícia Pastori Reynaldo Costa. Coordenadora de Extensão Comunitária da
UNIFACS

DEPOIMENTOS DOS VOLUNTÁRIOS

CASAL, Manuel Reis Garrido. Projeto UNIR

CARDINESE, Natalle. Voluntária Projeto UNIR

JESUS, Gabriel Neves de. Voluntário Projeto UNIR

JUNIOR, Pedro Alves Moreno. Projeto UNIR

MASCARENHAS, Ronildo Batista. Voluntário Projeto UNIR

SOUZA, Tássio Cintra de. Voluntário. Projeto UNIR

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA DE MESTRADO – VINCULADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO DA UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS

TÍTULO: O COOPERATIVISMO COMO PROMOTOR DE CIDADANIA: UM ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA CANORE, SALVADOR-BA

PESQUISADOR:

Alessandro Leboreiro de Souza

OBJETIVO: Compreender a percepção dos cooperados, analisando em que medida as ações da CANORE promovem cidadania em seus integrantes.

METODOLOGIA: a metodologia consiste na realização de entrevistas semiestruturadas com os cooperados e também através da Observação participante.

RISCOS E BENEFÍCIOS: Não possui risco. Ao participar da pesquisa, estará contribuindo para a compreensão do fenômeno, denominado, promoção da cidadania.

CONFIDENCIALIDADE: As informações prestadas subsidiarão o trabalho de dissertação do pesquisador supracitado, orientado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, e em qualquer circunstância, sua identidade será mantida em sigilo, caso seja sua opção.

DIREITO DE RECUSAR OU DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO: A participação nesta pesquisa é voluntária, podendo recusar-se a participar. Negar-se a participar ou interromper sua participação não trará nenhuma consequência.

Declaro que li e entendi este termo de consentimento e que sou voluntário (a) para participar da pesquisa.

Nome:

CPF:

QUESTÕES: Em caso de dúvidas, entre em contato com o pesquisador pelo número (71) 99617-6478 ou e-mail: alessandroleboreiro@hotmail.com

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Prezado (a) entrevistado (a),

Esta pesquisa será utilizada para coleta de dados e posterior análise, com o objetivo do desenvolvimento de uma Pesquisa acadêmica realizada na Cooperativa CANORE.

Suas informações serão analisadas de forma sigilosa e serão utilizadas somente para fins acadêmicos.

1. qual o seu nome? _____

2. Qual a sua idade?

- Menor que 18 anos
- De 18 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

3. Gênero:

- Masculino
- Feminino

4. Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça/etnia

- Branca
- Negra
- Parda
- Amarela
- Indígena

5. Em relação à moradia:

- Mora em casa própria
- Não tem casa própria

6. Qual seu nível de escolaridade?

- Não alfabetizado
- Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º grau) Completo
- Superior Incompleto

7. Qual seu status de relacionamento?

- Solteiro(a)
- Noivo(a)
- União estável
- Casado(a)
- Divorciado(a)

8. Quantos filhos possui?

- Não possui filhos
- 1 (um)
- 2 (dois)
- 3 (três)
- 4 (quatro)
- 5 (cinco)
- mais de 5 (cinco).

9. Qual sua renda pessoal?

- Até R\$ 400,00
- R\$ 401,00 à R\$ 600,00
- R\$ 601,00 à R\$ 800,00
- R\$ 801,00 à R\$ 1.000,00
- Acima de R\$ 1.000,00

10. Qual sua renda familiar?

- Até R\$ 400,00
- R\$ 401,00 à R\$ 800,00
- R\$ 801,00 à R\$ 1.200,00
- R\$ 1.201,00 à R\$ 1.600,00
- Acima de R\$ 1.600,00

11. Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda familiar?

- 1 (uma)
- 2 (duas)
- 3 (três)
- 4 (quatro)
- 5 (cinco)

12. Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar?

- 1 (uma)
- 2 (duas)
- 3 (três)
- 4 (quatro)
- 5 (cinco) ou mais

13. Para você, o que é cidadania?

14. Você se considera um bom (boa) cidadão / cidadã?

15. Você procura respeitar o próximo a agir com solidariedade? ()Sim ()Não

Cite um exemplo ocorrido dentro da CANORE que justifique a sua resposta.

16. Você já foi desrespeitado(a) dentro da CANORE? () Sim () Não

Em caso positivo explique como ocorreu este fato.

17. De que forma você exerce seu papel de cidadão / cidadã?

APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA FENOMENOLÓGICA**Entrevistado 1: SILVA. Gilberto Nunes da. Cooperado**

01. Qual seu nome, idade e onde nasceu?
02. O que você fazia quando trabalhava em “casa de família”?
03. Eles tratavam você bem?
04. Quantos anos já tinha nessa época?
05. O senhor tem filhos?
06. O senhor depois de lavar carros passou a trabalhar num hotel?
07. Sempre morou aqui?
08. Quantas pessoas moravam na sua casa?
09. Que tamanho era a casa?
10. Todos continuam morando junto? Quantos são hoje em dia?
11. Como era a relação de vocês em casa?
12. Por qual motivo essas situações aconteciam?
13. Como é a vida aqui no bairro?
14. E o lixo? Quando o senhor começou a trabalhar com o lixo?
15. O senhor queria estudar informática? E não deu certo?
16. E essas oportunidades de estudar, por que o senhor perdeu?
17. O senhor que quis sair?
18. Depois o senhor foi mandado embora do hotel?
19. E depois o que o senhor foi fazer?
20. Nesse período o senhor não estava trabalhando?
21. Para poder ir para a igreja?
22. E quando o senhor foi convidado para trabalhar com lixo, o senhor aceitou facilmente?
23. O senhor já fazia isso antes então?
24. O que é o lixo para o senhor?
25. Então o senhor não trabalha com o lixo?
26. Como é o trabalho de vocês aqui? Tem muitos conflitos?
27. Os conflitos que existiam na família do senhor parecem com os que acontecem aqui?
28. As coisas que seu pai não aceitava são parecidas com as coisas que o senhor não aceita aqui?
29. O que o senhor espera de seus companheiros aqui?
30. Como é a relação entre os homens e mulheres aqui?
31. O senhor acha que os homens mandam mais que as mulheres aqui?
32. Para se ter essa consciência, o que é preciso fazer?

Entrevistada 2: BRAZ, Maria do Carmo Fernandes. Cooperada

01. Qual seu nome completo e idade?
02. Mora aqui faz quanto tempo?
03. Você veio para cá com quantos anos?
04. Veio com quem?
05. Você veio de onde? E por que foi embora?
06. Você trabalhava na roça?
07. Desde quantos anos?
08. Nunca mais os viu?
09. Na verdade você estava ganhando a vida aqui, trabalhando em casa de família?
10. Ajudou a criar os filhos dela?
11. E seu primeiro filho, você teve com quantos anos?
12. Foram quantos ao todo?
13. De pais diferentes?
14. Algum deles assumiu, ajudou?
15. E os meninos perguntam por ele?
16. Desde quando você começou a trabalhar como catadora?
17. Começou entregando jornal?
18. Quantos anos tinha nessa época?
19. Quem te ensinou a fazer o trabalho de catadora?
20. Você usava uma carroça? Como que era?
21. Quando que você teve a ideia de vir para a CANORE?
22. Em quantas pessoas vocês trabalhavam?
23. Daí começou a trazer as coisas para a CANORE?
24. Vocês eram em quantos no começo?
25. Você acha que é vantagem catar para si mesmo?
26. Você sofreu muito pré-conceito por trabalhar como catadora de lixo?
27. Como você aprendeu a trabalhar com o óleo?
28. Quantos litros vocês pegavam?
29. Como você aprendeu a filtrar o óleo?
30. Você que descobriu esse jeito?
31. Qual a importância para você de realizar esse trabalho com o óleo?
32. O que acontece com a CANORE que possui muitos conflitos internos?
33. As pessoas trazem seus problemas pessoais para a CANORE?
34. Tem alguma ordem de quem manda mais aqui?
35. Você acha que aqui, como não há um chefe, as pessoas acabam se acomodando? Gerando conflitos?
36. Você acha que as pessoas não entendem o sentido de cooperar?
37. Antes do trabalho da UNIFACS muita gente veio aqui promover coisas para vocês?
38. O que mudou com a chegada da UNIFACS?
39. O que você acha do projeto da alfabetização?
40. O que você já aprendeu lá?
41. E isso está melhorando a relação de vocês?
42. Você tem vontade de fazer alguma outra coisa da vida?

Entrevistada 3: SILVA, Raquel Mendes da. Cooperada

01. Qual seu nome?
02. Mora há quanto tempo aqui? Na mesma casa?
03. Onde a senhora morava antes?
04. Por que veio para cá?
05. Já tinha algum parente aqui?
06. A senhora mora sozinha?
07. E o pai dos seus filhos?
08. A senhora ainda vê seu ex-marido?
09. Antes da CANORE a senhora trabalhava com o que?
10. Que tipo de trabalho a senhora fazia?
11. Tem força para tudo não é?
12. Separado daqui a senhora já faz reciclagem?
13. E como começou a CANORE?
14. E ela chamou vocês?
15. A senhora reciclava há quanto tempo?
16. A senhora sempre teve uma jornada dupla?
17. Qual que era a ideia aqui na CANORE?
18. Mesmo com tanta demanda de trabalho não dá dinheiro suficiente?
19. Mas a quantidade de material está aumentando, não é?
20. E mesmo depois de doze anos vocês não conseguiram se organizar financeiramente?
21. Por que a senhora acha que não está vindo dinheiro?
22. Vocês já sentaram para conversar sobre isso?
23. Como é sua relação com todos aqui?
24. Qual foi o maior conflito que a senhora já viveu aqui?
25. E quem que organiza o trabalho?
26. E por que existem esses conflitos?
27. A falta de renda faz com que vocês se irriteem então?
28. Tem algum jeito de melhorar essa situação?
29. Quantas vezes vocês se reúnem para falar disso?
30. A senhora vê diferença no trato entre homens e mulheres aqui?
31. Os homens têm mais poder que as mulheres?
32. A senhora tem conflitos em outros lugares? Família?
33. E nas aulas? O que mudou?
34. O que impede vocês de irem?
35. A senhora pensa em parar de trabalhar?
36. A senhora tá com quantos anos?
37. O que a senhora acha que poderia funcionar melhor aqui na organização do trabalho?
38. Ganhando melhor, trabalha melhor?
39. O que a senhora acha que tem para melhorar?
40. E o lixo? O que é o lixo para você?
41. A relação de vocês é diferente aqui e lá (na alfabetização)?